

Nívia Barreto dos Anjos

Mestra em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador. Especialista em Instituições Públicas de Ensino e também no Programa de Integral da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Projea) pelo Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (Cefet – BA). Assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), campus Santa Inês, atuando com a Política de Assistência Estudantil. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (Gepesse) e do Grupo de Pesquisa em Educação, Linguagens, Anticolonialismo e Subjetividades (Gepeds).

E-mail:

nivia.barreto@ifbaiano.edu.br
Orcid: 0000-0002-4225-9868



Appris
editora



Esta obra oferece à(ao) leitora(leitor) a oportunidade de percorrer um itinerário de experiências exitosas relacionadas à assistência estudantil. É produzida fundamentalmente por autoras e autores do chão da escola, que percebem em, sua prática profissional, a ausência de produções científicas relacionadas às estratégias para permanência e êxito escolar.

Nesta coletânea de textos, podem ser encontradas discussões sobre as bases epistemológicas que compõem a Política de Assistência Estudantil, a execução de programas sociais, o compartilhamento de vivências sobre o assessoramento pedagógico e a atenção às necessidades específicas dos estudantes, além de diversos exemplos práticos da aplicabilidade de ações de assistência estudantil relacionadas à promoção da saúde dentro da escola.

São tessituras que constroem com vigor a urdidura dos elementos que integram uma assistência estudantil fortalecida, criativa e essencial, tomando por objeto a mitigação das vulnerabilidades e desigualdades sociais dentro da escola, trabalhando em prol da redução da evasão e promoção da justiça social.

É um convite a todas e todos que pretendem compreender a importância da assistência estudantil para o revigoramento das instituições de ensino como ambientes inclusivos, acessíveis e comprometidos com a formação humana e cidadã, sem tirar de vista o bem-estar biopsicossocial de seus estudantes, valorizando o tecido social heterogêneo em que estão inseridos, sua cultura e individualidade.

O que nos une é a certeza de que é possível fazer mais se estivermos dispostos a trocar conhecimentos, experiências e ideias e, também, a transpor obstáculos.

As organizadoras

editora Appris

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

AS MÚLTIPLAS INTERFACES

Emily Lima Carvalho Nívia Barreto dos Anjos (org.)

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

AS MÚLTIPLAS INTERFACES



Proex
INSTITUTO FEDERAL BAIANO

INSTITUTO FEDERAL
Baiano

Appris
editora

Emily Lima Carvalho

Doutoranda em Saúde Pública (ISC/UFBA - 2020-2024). Mestra em Saúde Comunitária pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA). Especialista em Terapia Intensiva (UFBA - 2014). Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc). Enfermeira do IF Baiano, campus Governador Mangabeira, atuando com a Política de Assistência Estudantil.

E-mail:

emily.carvalho@ifbaiano.edu.br
Orcid: 0000-0002-1145-9306



ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

AS MÚLTIPLAS INTERFACES

Editora Appris Ltda.
1.ª Edição - Copyright© 2021 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte
Elaborado por: Josefina A. S. Guedes
Bibliotecária CRB 9/870

A848a Assistência estudantil : as múltiplas interfaces [recurso eletrônico] /
2021 Emily Lima Carvalho, Nívia Barreto dos Anjos (orgs.). - 1. ed. - Curitiba :
Appris, 2021.
 1 arquivo. - (Coleção geral).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-250-0205-7

1. Estudantes - Programas de assistência. I. Carvalho, Emily
Lima. II. Anjos, Nívia Barreto dos. II. Título. III. Série.

CDD - 378.3

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
Editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Emily Lima Carvalho
Nívia Barreto dos Anjos
(org.)

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
AS MÚLTIPLAS INTERFACES

Appris
Editora

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL	Augusto V. de A. Coelho Marli Caetano Sara C. de Andrade Coelho
COMITÊ EDITORIAL	Andréa Barbosa Gouveia (UFPR) Jacques de Lima Ferreira (UP) Marilda Aparecida Behrens (PUCPR) Ana El Achkar (UNIVERSO/RJ) Conrado Moreira Mendes (PUC-MG) Eliete Correia dos Santos (UEPB) Fabiano Santos (UERJ/IESP) Francinete Fernandes de Sousa (UEPB) Francisco Carlos Duarte (PUCPR) Francisco de Assis (Fiam-Faam, SP, Brasil) Juliana Reichert Assunção Tonelli (UEL) Maria Aparecida Barbosa (USP) Maria Helena Zamora (PUC-Rio) Maria Margarida de Andrade (Umack) Roque Ismael da Costa Güllich (UFFS) Toni Reis (UFPR) Valdomiro de Oliveira (UFPR) Valério Brusamolin (IFPR)
ASSESSORIA EDITORIAL	Alana Cabral
REVISÃO	Andrea Bassoto Gatto
PRODUÇÃO EDITORIAL	Juliane Scoton
DIAGRAMAÇÃO	Luciano Popadiuk
CAPA	Sheila Alves
COMUNICAÇÃO	Carlos Eduardo Pereira Débora Nazário Karla Pipolo Olegário
LIVRARIAS E EVENTOS	Estevão Misael
GERÊNCIA DE FINANÇAS	Selma Maria Fernandes do Valle
COORDENADORA COMERCIAL	Silvana Vicente

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL AS MÚLTIPLAS INTERFACES

Alana Assunção Damasceno de Souza

Alexandra Bomfim de Oliveira

Ana Vitória Moreira Silva

Catarina Prado Sakai

Cleidiane Maurício dos Santos

Davi Rodrigues

Emily Lima Carvalho

Gabrielli Ornellas Schramm

Giovanna de Melo Ferreira

Iana de Oliveira Soares

Jardelson Rocha Oliveira

Jussara Barreto

Leonízia de Jesus Sena de Almeida

Malu Oliveira Santos

Mariana Mendes Novais de Oliveira

Neide Pinto dos Santos

Nelian Costa Nascimento

Nívia Barreto dos Anjos

Tailan Bomfim Andrade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Milton Ribeiro

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Wandemberg Venceslau Rosendo dos Santos

REITOR

Aécio José Araújo Passos Duarte

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Ariomar Rodrigues dos Santos

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Luciana Helena Cajas Mazzutti

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Leonardo Carneiro Lapa

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Hildonice de Souza Batista

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Rafael Oliva Trocoli

PREFÁCIO

*Com o tempo aquele menino
que era cismado e esquisito
Porque gostava de carregar água na peneira
Com o tempo descobriu que escrever seria o mesmo que carregar água
na peneira
Você vai encher os vazios com as suas perallices
E algumas pessoas vão te amar por seus despropósitos.
(BARROS, Manoel de, 1916)*

A escrita deste prefácio entrecruza-se com o poema “Exercícios de ser criança”, no recorte textual de “O menino que carregava água na peneira”, de Manoel de Barros. Pertencer à assistência estudantil é carregar dores, políticas públicas descontínuas, cortes orçamentários, mas, acima de tudo, é também acreditar e lutar pela esperança, pelo sonho da transformação de estudantes a partir da educação e da assistência estudantil.

A dificuldade em carregar água na peneira é a grande metáfora desta obra e perpassa pelo conhecimento das atividades desenvolvidas pelas organizadoras deste livro no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). As profissionais Nívia Barreto dos Anjos e Emily Lima Carvalho, que compõem um segmento raro de seres humanos envolvidos(as) com a assistência ao(à) educando(a), alimentam-se cotidianamente do recomeçar e do acreditar em cada discente. São inquietas e incansáveis, transformam “água na peneira” em ações e pesquisas e buscam sempre novas saídas.

Uma é assistente social e a outra, enfermeira. Uma está há mais de 15 anos na rede de educação federal e a outra consolida seus passos como profissional e servidora pública. Ambas mulheres, ambas pesquisadoras e extensionistas, ambas atuantes diretas da assistência estudantil e da defesa incansável da permanência, inclusão, diversidade e êxito de cada estudante.

Portanto, esta obra, intitulada *Assistência estudantil: as múltiplas interfaces*, pode representar o “encher os vazios” por meio de escritas que abordam o fazer da assistência ao(à) educando(a) no IF Baiano. Cada capítulo revela um sonho cumpliado, há muito acalantado, um ato de cidadania traduzido em palavras, um anseio de colegas, estudantes, amigos(as), e responde a uma cobrança de que as organizadoras e os(as) autores(as) sistematizassem reflexões, compartilhassem saberes, práticas e propostas no âmbito da assistência estudantil.

Em meio à lida diária e inconformadas com as diferentes facetas da assistência estudantil, as organizadoras compilaram com maestria diversos pensamentos, pesquisas, análises críticas e enfrentamentos de diferentes profissionais que atuam nessa área.

Nesta obra, os(as) autores(as) dialogam sobre as possibilidades de mudanças, os desafios, e apontam caminhos concretos para o campo da assistência estudantil. Cada leitor(a) poderá evidenciar neste livro uma profunda abordagem teórica que consolida a prática e norteia as ações desenvolvidas no cotidiano da ambiência escolar. Esta obra aprofunda princípios, diretrizes e experiências capazes de instaurar inúmeras perspectivas de atuação nas políticas de permanência, êxito e de saúde estudantil.

Os(as) autores(as) de cada capítulo contemplam os diferentes segmentos que atuam junto à assistência estudantil (pedagogos(as), odontólogos(as), psicólogos(as), enfermeiros(as), professores(as), estudantes, egressos(as), assistentes sociais e alunos(as), médicos(as) etc.), que apresentam alternativas concretas para os atuais e futuros(as) profissionais envolvidos(as) com esse trabalho, tendo como aporte bases legais, a saber o artigo 205, da Constituição Federal Brasileira de 1988 (p. 123):

A educação, direitos de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento das pessoas, seu preparo para

o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96 em seu artigo 4º, inciso VIII (p. 2):

O dever do estado com educação pública será efetivado mediante a garantia de [...] VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência a saúde.

Esta obra foi constituída por muitas mãos e pensares e por um esforço coletivo de quem constrói novos caminhos metodológico-investigativos e problematiza a relação da educação científica, profissional e tecnológica em seus diferentes níveis e modalidades, e a assistência estudantil.

Ao adentrar na leitura de cada capítulo, alguns questionamentos são emanados: como as ações desenvolvidas pela assistência estudantil podem contribuir para o acesso, a permanência e a conclusão efetiva do processo formativo de cada estudante? Qual o impacto dos cortes orçamentários e a descontinuidade de políticas públicas? Como são as condições de trabalho dos(as) profissionais que atuam nessa área? Quais variáveis de exclusão são determinadas pelo fator socioeconômico? Quais resultados, práticas e experiências exitosas são acumulados no trabalho desenvolvido na assistência estudantil? Que vínculos são construídos entre o corpo discente e os profissionais da assistência estudantil?

A efervescência de preocupações provocadas pelos questionamentos vai sendo descortinada a cada capítulo, textos que representam uma longa caminhada empreendida pelos(as) profissionais da assistência estudantil no IF Baiano.

Os escritos revelam possibilidades de experiências adequadas e relevantes, que estão vinculadas a objetivos amplos de reorientação da prática desenvolvida na assistência estudantil. Sugestões de pistas, de escuta sensível às dificuldades enfrentadas revelam que esta obra não se apresenta acabada e não adentra o reducionismo simplista, assumindo um caráter de incompletude, pois requer um pensar crítico de cada leitor(a), e assume que não parte da estaca zero, mas que é fruto de um trabalho árduo de profissionais, estudiosos(as), pesquisadores(as) que apresentam suas preocupações, experiências e processos investigativos.

No capítulo “As múltiplas interfaces das atividades estudantis no IF Baiano dentro da perspectiva de formação humana integral em uma sociedade capitalista”, de autoria de Nívia Barreto dos Anjos, Nelian Costa Nascimento e Tailan Bomfim Andrade, é apresentado um processo de pesquisa científica e aprofundamento teórico sobre a educação profissional, científica e tecnológica, a formação humana integral, a assistência estudantil e a política de permanência e êxito em um contexto social capitalista.

Em “O processo de avaliação socioeconômica do Paise: desafios e possibilidades”, de Alana Assunção Damasceno de Souza e Iana de Oliveira Soares, apresenta-se uma investigação sobre a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano e o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (Paise), problematizando o processo de avaliação das condições socioeconômicas dos(as) estudantes, a atuação da assistência social e a coerência com o projeto ético-político do Serviço Social.

A autora Leonízia de Jesus Sena de Almeida, em “Práticas pedagógicas nos espaços de formação”, realiza uma abordagem investigativa a partir da atuação da coordenação pedagógica e estudantes oriundos de zona rural que apresentam dificuldades de aprendizagem.

No capítulo denominado de “Atendimento Educacional Especializado: desafios e perspectivas na educação de jovens estudantes da educação básica, técnica e tecnológica”, as autoras Neide Pinto dos Santos e Cleidiane Maurício dos Santos problematizam

sobre a atuação e a importância dos(as) profissionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a mediação pedagógica realizada para melhoria do processo de aprendizagem de jovens com deficiência na educação profissional técnica de nível médio, assegurando a inclusão e o direito social desse público.

Malu Oliveira Santos e Mariana Mendes Novais de Oliveira, autoras do capítulo “Assistência Estudantil como estratégia para permanência de estudantes adolescentes grávidas no IF Baiano Campus Valença”, tematizam sobre a questão do problema de saúde pública e social que a gravidez na adolescência representa. Usando como método o estudo de caso de situações oriundas no campus Valença do IF Baiano, a partir de referenciais teóricos, as autoras analisam variáveis como pobreza, processo de escolarização limitado, evasão escolar, desemprego, dentre outras, e o papel da assistência social.

Em “Sexualidade em sala de aula: um olhar a partir da integração de saberes”, de autoria de Alexandra Bomfim de Oliveira, Gabrielli Ornellas Schramm, Jardelson Rocha Oliveira, Ana Vitória Moreira Silva e Giovanna de Melo Ferreira, por meio da abordagem multidisciplinar, de atividades lúdicas, de estudos qualitativos e de experiências de investigação na amplitude de um projeto referente à saúde reprodutiva que envolve a questão da sexualidade e adolescentes, concluíram que a atuação conjunta de profissionais de diferentes áreas de conhecimento contribui para a formação crítica, reflexiva e ativa dos(as) estudantes envolvidos(as).

Emily Lima Carvalho, Jussara Barreto e Davi Rodrigues, em “O desenvolvimento da extensão como estratégia de promoção à saúde no espaço escolar”, exploram relatos de experiências que tratam da promoção a saúde de adolescentes em ambiência escolar, tendo como plano investigativo o desenvolvimento de projetos de extensão, incluindo medidas prevenção da disseminação do Covid-19.

A autora Catarina Prado Sakai, no capítulo denominado “Assistência estudantil durante a pandemia do Covid-19: fortalecimento de vínculos e suporte psicossocial”, relata sobre as experiências das rodas de conversas virtuais realizadas com equipe multiprofissional

(assistentes social e de alunos(as), médicos(as), enfermeiros(as), psicólogos(as)), constatando que as rodas de conversas diminuíram a distância do isolamento social entre assistência estudantil e os(as) estudantes do Instituto Federal Baiano campus Senhor do Bonfim durante o período de pandemia do Covid-19.

A leitura atenta de cada texto que compõe esta obra entrelaça prática, teoria e saberes, instiga diferentes estudiosos(as), extensionistas e pesquisadores(as) a pensarem sobre a necessidade de a educação pública, gratuita e de qualidade aliar-se a ações efetivas no campo da assistência estudantil cujas condições de trabalho, recursos financeiros, infraestruturais e de profissionais especializados(as) possam ter como respaldo uma política pública social de educação, como direito fundamental e universalizante no Brasil.

Cada capítulo elaborado pode ser considerado, na rede educação profissional, científica e tecnológica, espaços de interação e inspiração de estratégias e métodos que alimentam hipóteses de experiências enriquecedoras e transferíveis ao combate às desigualdades socioeconômicas, às injustiças sociais e ao processo de inclusão e de educação em cada Instituto Federal.

A amalgama desta obra irá fazer com que você, leitor(a), passe a compor a teia de que – plagiando o poema inicial – “algumas pessoas vão te amar por seus” caminhos na assistência estudantil.

Arrisco-me a dizer que os textos desta obra resultam de uma paciente experiência vivida e reelaborada por cada autor(a) num processo de construção não só epistemológico, mas que abrange a dimensão política, econômica, cultural, histórica e social, e que também demarca uma produção de conhecimentos que acontece na socialização e no enfrentamento de conflitos como parte de um esforço coletivo pela transformação de nossa sociedade.

E termino por aqui, para que vocês possam ser instigados(as) a ler e trilhar novos caminhos em um momento nacional e mundial em que precisamos de esperanças e de um agir voltado ao cuidado de si e do(a) outro(a).

Uma excelente leitura!

Prof.^a Hildonice de Souza Batista

pró-reitora de Desenvolvimento Institucional
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)

REFERÊNCIAS

BARROS, Manoel de. **Exercícios de ser criança**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1916.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB n.º 9394/1996.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
------------------------	-----------

Emily Lima Carvalho

Nívia Barreto dos Anjos

CAPÍTULO 1

AS MÚLTIPLAS INTERFACES DAS ATIVIDADES ESTUDANTIS NO IF BAIANO DENTRO DA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL EM UMA

SOCIEDADE CAPITALISTA	23
------------------------------------	-----------

Nívia Barreto dos Anjos

Nelían Costa Nascimento

Tailan Bomfim Andrade

CAPÍTULO 2

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO PAISE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

46

Alana Assunção Damasceno de Souza

Iana de Oliveira Soares

CAPÍTULO 3

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ESPAÇOS DE FORMAÇÃO.....

65

Leonízia de Jesus Sena de Almeida

CAPÍTULO 4

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA.....

83

Neide Pinto dos Santos

Cleidiane Mauricio dos Santos

CAPÍTULO 5

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO ESTRATÉGIA PARA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES ADOLESCENTES GRÁVIDAS NO IF BAIANO CAMPUS VALENÇA..... 108

Malu Oliveira Santos

Mariana Mendes Novais de Oliveira

CAPÍTULO 6

SEXUALIDADE EM SALA DE AULA: UM OLHAR A PARTIR DA INTEGRAÇÃO DE SABERES..... 131

Alexandra Bomfim de Oliveira

Gabrielli Ornellas Schramm

Jardelson Rocha Oliveira

Ana Vitória Moreira Silva

Giovanna de Melo Ferreira

CAPÍTULO 7

O DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO À SAÚDE NO ESPAÇO ESCOLAR..... 153

Emily Lima Carvalho

Jussara Barreto

Davi Rodrigues

CAPÍTULO 8

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E SUPORTE PSICOSSOCIAL..... 172

Catarina Prado Sakai

SOBRE OS AUTORES..... 191

INTRODUÇÃO

Emily Lima Carvalho
Nívia Barreto dos Anjos

O livro *Assistência estudantil: As múltiplas interfaces* tem sua publicação apoiada pela Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano (Chamada Interna n.º 07/2020), sendo aprovado e contemplado na área Multidisciplinar.

Acredita-se que uma Política de Assistência Estudantil coerente com a missão institucional é fundamental para a permanência e êxito estudantil, promovendo a efetivação do direito à educação.

Nesta obra, podem ser encontrados capítulos que discutem os fundamentos epistemológicos da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano e as diversas experiências dos profissionais que atuam na área dentro de uma perspectiva de formação humana integral, incluindo temas relacionados à saúde, atenção às necessidades específicas e assessoria pedagógica, tendo como objetivo o compartilhamento e difusão das experiências exitosas com vistas à promoção da saúde dentro da escola e o combate à evasão. E fomenta, ainda, reflexões sobre a necessidade do fortalecimento das ações de assistência estudantil em tempos em que seu desenvolvimento e financiamento se encontram ameaçados.

A assistência estudantil se configura como pilar fundamental para êxito e permanência de estudantes em instituições de formação técnica, considerando suas particularidades: modalidades de ensino em tempo integral, número de disciplinas por ano/semestre e volume de conteúdo ofertado. No que diz respeito ao IF Baiano, leva-se em conta, ainda, o fato de 70% dos estudantes serem oriundos de escolas públicas, conforme diretrizes institucionais de ações afirmativas, aumentando os desafios para sua manutenção na escola. Nesse sentido, a instituição tem muito a contribuir em compartilhar suas

experiências na execução das ações de assistência estudantil, seja por meio de seus programas, seja pelos avanços que possui em sua política de assistência.

Dessa forma, a produção de um livro que possibilita a ampliação das discussões sobre o tema, promove troca de experiências entre os pares e colabora com o fortalecimento da Política de Assistência Estudantil, dentro e fora do IF Baiano, apresenta relevância social, política e científica ao transitar desde as bases que fundamentam a construção da política até a execução de experiências práticas, demonstrando o engajamento institucional com a formação integral de seu estudante.

Na educação técnica profissional, a assistência estudantil se expressa em diversas interfaces com as atividades de ensino: saúde em suas variadas áreas, assistência social, atendimento especializado visando à inclusão de estudantes com necessidades específicas, e assessoramento pedagógico. Nesse contexto, o compartilhamento de experiências sobre o tema contribui para o fortalecimento das ações de assistência estudantil e reforça o compromisso institucional em promover uma educação profissional que permita a igualdade de condições de acesso e permanência; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar os diversos conhecimentos; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Convém registrar que os autores desta coletânea trabalham na perspectiva de pesquisar a experiência e os saberes que por ela são entrelaçados (MACEDO, 2015). Buscam “compreender e resolver certos problemas apresentados no cotidiano da formação profissional” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 86) e, sendo assim, os estudos realizados nesta obra fazem parte de um compromisso político de seus autores com a educação de qualidade ofertada pelo IF Baiano, os quais procuram interrogar essa experiência dentro da Política de Assistência Estudantil.

A pesquisa é, acima de tudo, uma aventura pensada. Ela implica conhecimento historicamente acumulado, mas, também, um imaginário em criação; é produzida numa comunidade de argumentos,

existe para provocar alterações, turbulências de escalas, inacabamentos, relações instáveis, consensos não resignados. Na fundamentação teórica de uma pesquisa não podemos nos limitar a reluzir, consertar ou legitimar conceitos, é necessário nos autorizarmos a criá-los, a propô-los (MACEDO, 2009). Assim, os oito capítulos apresentados nesta obra trazem esse rigor de pesquisa.

Nesse sentido, as 16 autoras e os três autores deste e-book podem ser considerados artesãos práticos por trabalharem com contradições e de forma crítica, dentro de uma pesquisa que prima pelo compromisso com os valores sociais e políticos da Política de Educação e da Assistência Estudantil, relacionando-os, conjugando-os, tecendo e entretecendo-os com suas experiências (MACEDO, 2009).

É dentro dessa perspectiva que os oito capítulos foram pensados, pois esta leitura pretende provocar no leitor o conhecimento de temas relativos à Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, dentro das suas múltiplas interfaces. Aqui, sete campi dos 14 do IF Baiano são representados: Governador Mangabeira, Itapetinga, Senhor do Bonfim, Santa Inês, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença. E diversas profissões dentro da assistência estudantil são contempladas: enfermagem, psicologia, pedagogia, odontologia e serviço social; como também professores da área de Ciências Biológicas e Atendimento Educacional Especializado. Agregando a toda essa diversidade e riqueza, estudantes, incluindo egressos da instituição, também participam como autores da obra. Nesse ângulo, a multidisciplinaridade proposta, com relevância para a educação profissional e tecnológica foi inteiramente contemplada.

Para melhor aproveitamento, organizamos os capítulos de forma cadenciada e proposital. Inicialmente, a(o) leitora(leitor) terá contato com a tessitura e execução da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano através das pesquisas desenvolvidas pelas equipes dos Núcleos de Atenção Psicossocial nos capítulos intitulados “As múltiplas interfaces das atividades estudantis no IF Baiano dentro da perspectiva de formação humana integral em uma sociedade

capitalista” e “O processo de avaliação socioeconômica do Paise: desafios e possibilidades”.

O primeiro capítulo é de autoria de uma das organizadoras desta obra, a assistente social Nívia Barreto dos Anjos, da pedagoga Nelian Costa Nascimento e do psicólogo Tailan Bomfim Andrade, que atuam no campus Santa Inês do IF Baiano. Seu objetivo geral é demonstrar que uma educação profissional comprometida com a formação humana integral prima por atividades estudantis que optem por possibilitar a permanência do estudante na instituição apesar dos ataques capitalistas.

O segundo capítulo, por sua vez, é de autoria das assistentes sociais Alana Assunção Damasceno de Souza (campus Uruçuca) e Iana de Oliveira Soares (campus Itapetinga). As autoras desenvolvem uma análise do processo de avaliação das condições socioeconômicas dos candidatos durante a seleção do Programa de Assistência e Inclusão Social dos Estudantes (Paise), cuja operacionalização é realizada pelas/os assistentes sociais da instituição, em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social. Dentre os programas da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, o que possui maior destaque é o Paise, que possui caráter focalizado e seletivo.

Na sequência, a(o) leitora(leitor) terá contato com as estratégias de assessoramento ao ensino que partem de ações e programas vinculados à assistência estudantil nos capítulos: “Práticas pedagógicas nos espaços de formação” e “Atendimento educacional especializado: desafios e perspectivas na educação de jovens estudantes da educação básica, técnica e tecnológica”.

Nesses dois capítulos estão compartilhadas experiências exitosas associadas à atenção aos estudantes em suas particularidades formativas e de aprendizagem. O capítulo sobre práticas pedagógicas é escrito pela pedagoga do IF Baiano campus Governador Mangabeira, Leonízia de Jesus Sena de Almeida, e versa sobre a ação da coordenação pedagógica quanto a alguns aspectos observados no desenvolvimento de alunos com dificuldades de aprendizagem, nas turmas do primeiro ano do Curso Técnico em Agroindústria

integrado ao ensino médio. O objetivo é discutir estratégias para potencializar a aprendizagem, valorizando seus conhecimentos prévios, sentimentos e emoções como fatores essenciais para estimular todo processo de ensino e aprendizagem.

Na sequência é possível se deleitar com o trabalho desenvolvido por duas profissionais atuantes do Núcleo de Atenção a Pessoas com Necessidades Específicas, as professoras Neide Pinto dos Santos (campus Governador Mangabeira) e Cleidiane Mauricio dos Santos (campus Valença). Seu trabalho objetiva (re)pensar a instituição de ensino de forma inclusiva e com possibilidades de garantia do direito social de aprendizagem, bem como um debate sobre os desafios da implementação de propostas pedagógicas que assegurem a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo qualidade aos processos de aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas.

Finalizando a coletânea, apresentamos à(ao) leitora(leitor) uma sequência de compartilhamento de experiências diversas da interface assistência estudantil/ensino/extensão enfatizando a discussão sobre a importância de ações de saúde para o êxito e permanência dos estudantes.

Iniciamos com dois capítulos que salientam a importância das discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos. O capítulo “Assistência estudantil como estratégia para permanência de estudantes adolescentes grávidas no IF Baiano Campus Valença” é de autoria de Malu Oliveira Santos (odontóloga) e Mariana Mendes Novais de Oliveira (assistente social), atuantes no campus Valença. Neste capítulo, demonstra-se como as Atividades Estudantis inseridas num contexto de educação profissional e tecnológica, comprometida com a formação humana integral, são estratégias fundamentais para a permanência e êxito de estudantes adolescentes (do nível técnico integrado) grávidas, possibilitando, assim, um desfecho favorável para essas estudantes e suas famílias, contrariando as estatísticas que relacionam gravidez na adolescência à evasão escolar.

Em seguida, o capítulo “Sexualidade em sala de aula: um olhar a partir da integração de saberes” possui cinco autores: Alexandra Bomfim de Oliveira (professora de Ciências Biológicas), Gabrielli Ornellas Schramm (psicóloga), Jardelson Rocha Oliveira (enfermeiro), Ana Vitória Moreira Silva (estudante do Curso Técnico de Florestas) e Giovanna de Melo Ferreira (estudante do Curso Técnico de Florestas). Nele, é apresentada a experiência de três servidores e duas estudantes do Instituto Federal Baiano campus Teixeira de Freitas, em um projeto sobre sexualidade e saúde reprodutiva, desenvolvido com adolescentes entre 13 e 15 anos de idade. O projeto foi realizado em parceria com dois programas institucionais de assistência estudantil, ressaltando suas potencialidades.

Discutindo estratégias para transpor os obstáculos existentes para as ações de promoção à saúde dentro da escola, o capítulo intitulado “O desenvolvimento da extensão como estratégia de promoção à saúde no espaço escolar”, de autoria da enfermeira do campus Governador Mangabeira, Emily Lima Carvalho (também organizadora deste e-book), e dos egressos do curso de Técnico Subsequente de Manutenção e Suporte de Informática do IF Baiano campus Governador Mangabeira, participantes do Projeto de Extensão #Adolescer, Jussara Barreto e Davi Rodrigues, apresenta a experiência do desenvolvimento de projetos de extensão com temas de saúde nos campi Santa Inês e Governador Mangabeira do IF Baiano, demonstrando como a aliança dos serviços de promoção à saúde do escolar e o desenvolvimento de projetos de extensão podem contribuir para potencializar o desenvolvimento das ações de educação em saúde dentro e fora da escola, transpondo diversos obstáculos, como as dificuldades de financiamento e a carga horária exaustiva dos estudantes da modalidade de educação integral.

Finalizando o compartilhamento de experiências, o capítulo “Assistência estudantil durante a pandemia da Covid-19: fortalecimento de vínculos e suporte psicossocial”, de autoria de Catarina Prado Sakai, psicóloga do IF Baiano campus Senhor do Bonfim, busca descrever e analisar a experiência de rodas de conversas virtuais como um espaço de aproximação entre a assistência estudantil e os

estudantes do Instituto Federal Baiano campus Senhor do Bonfim, durante o período de pandemia da Covid-19, discutindo sua implementação e efetividade.

Desejamos boa leitura e que ela possa proporcionar novas reflexões, lembrando, parafraseando nosso querido Paulo Freire, que a perspectiva de assistência estudantil que o IF Baiano adota é aquela em que a justiça social e a compreensão do indivíduo em sua integralidade e inserção social se implantam antes da caridade.

As organizadoras

REFERÊNCIAS

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Pesquisar a experiência**: compreender/mediar saberes experienciais. Curitiba: CRV, 2015.

MACEDO, Roberto Sidnei. Outras luzes: um rigor intercítico para uma etnopesquisa política. *In*: MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro**: sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa. Salvador: Edufba, 2009.

CAPÍTULO 1

AS MÚLTIPLAS INTERFACES DAS ATIVIDADES ESTUDANTIS NO IF BAIANO DENTRO DA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL EM UMA SOCIEDADE CAPITALISTA

*Nívia Barreto dos Anjos
Nelian Costa Nascimento
Tailan Bomfim Andrade*

1 INTRODUÇÃO

*Isso só será possível numa perspectiva de futuro. Não obstante
[] é possível e necessário plantar e cuidar para que cresçam as
sementes da formação humana integral, aproveitando-se das
contradições do sistema capital.
(MOURA, 2013, p. 713).*

Este capítulo retrata “As múltiplas interfaces das atividades estudantis no IF Baiano dentro da perspectiva de formação humana integral em uma sociedade capitalista”.

Nesse sentido, seu objetivo geral é demonstrar que uma educação profissional comprometida com a formação humana integral prima por atividades estudantis que optem por possibilitar a permanência do estudante na instituição apesar dos ataques do capitalismo. E os objetivos específicos: 1. apresentar a perspectiva criativa dos programas da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano; 2. demonstrar que o IF Baiano tem desenvolvido uma

prática educativa que leva o homem a pensar, dirigir ou planejar, e a realizar uma leitura crítica do mundo; 3. refletir que a educação profissional, por se basear na formação humana integral, precisa resistir aos ataques do capitalismo, insistindo em mostrar sua qualidade socialmente referenciada.

A problematização surgiu após a elaboração dos relatórios sobre o perfil dos estudantes que participaram dos Programas de Assistência Estudantil do IF Baiano campus Santa Inês (local de trabalho dos autores) em 2019 – em que foi possível identificar a situação de pobreza vivenciada pelos estudantes que se inscreveram no Programa de Residência Estudantil e no Programa de Assistência e Inclusão Social dos Estudantes; e identificar que o IF Baiano tem se preocupado não apenas em assistir economicamente a esses estudantes em situação de vulnerabilidade social, mas também propiciar o acompanhamento psicossocial e a formação cultural, política e de saúde integral para todo o corpo discente por meio dos programas que possuem uma perspectiva de formação humana integral. O recorte temporal refere-se ao ano de aprovação da nova política (também 2019).

Os estudiosos da educação profissional, por meio de suas pesquisas baseadas em Karl Marx, afirmam que a formação humana integral deve ser plantada e cativada, pois apesar da sua plenitude só ocorrer em uma sociedade justa e igualitária, a sua semente ainda pode germinar na sociedade comandada pelo capital, devido às contradições do sistema capitalista.

Moura (2013), ao abordar sobre a travessia para a formação humana integral, explica que seu caminho só será possível se for construído por meio de disputas políticas, em meio às contradições do capitalismo. Até porque, vive-se em um modelo que “considera a desigualdade social como elemento indispensável ao fortalecimento dos mercados, já que é ela que potencializa a competitividade, alimento vital do Mercado” (MOURA, 2013, p. 718).

Sendo assim, essa concepção enfrenta inúmeras dificuldades, mas a principal é “a disputa direta com o capital, uma vez que esse

tipo de formação claramente não lhe interessa” (MOURA, 2013, p. 717). E a realidade de alguns institutos federais demonstra que a semente da formação humana integral já foi plantada e vem sendo regada, apesar da fúria do capitalismo neoliberal e imperialista.

A assistência estudantil possui relevância dentro de um instituto federal de educação profissional diante da situação de vulnerabilidade social que vivenciam discentes que enfrentam a desigualdade social fruto de um capitalismo perverso. Mas ela atua bem além da oferta de benefícios sociais exatamente porque sua concepção se relaciona a uma formação humana integral e seus programas incluem também atividades estudantis voltadas para a saúde integral, acompanhamento psicossocial do estudante e sua formação política e cultural.

A fim de abordar o tema sugerido, o percurso metodológico será concebido por um referencial teórico, o qual será dividido em duas seções. A primeira retratará o Neoliberalismo e as práticas imperialistas. A segunda e última tratará da educação profissional como um caminho para a travessia da formação humana integral e que, por isso, precisa resistir aos ataques do capitalismo.

A metodologia adotada será um estudo de caso do IF Baiano no desenvolvimento dos oito programas de assistência estudantil com suas múltiplas interfaces. Convém ressaltar que, na visão de Gil (2007), esse tipo de procedimento vem sendo utilizado cada vez mais intensamente pelos pesquisadores sociais, caracterizando-se pela análise de um ou de poucos objetos, de forma a tentar possibilitar o seu conhecimento amplo e detalhado.

Nas análises e discussões serão explicitados os programas e suas múltiplas interfaces, optando não apenas pela oferta de benefícios sociais, mas também por atividades estudantis voltadas para saúde integral, acompanhamento psicossocial, e formação política e cultural do corpo discente dentro de uma perspectiva de formação humana integral.

Nas considerações finais será lembrado que o caminho da travessia para a formação humana integral não consiste em uma

permissão do capitalismo, pois a sua natureza é perversa e não admite concessões. Todavia, conforme Moura (2013) já registrou, essa trilha precisa passar por disputas políticas, por denúncias e por resistência. Esse caminho precisa do grito coletivo da sociedade brasileira: “Tira a mão da minha educação profissional! Tira a mão da minha assistência estudantil!”

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia adotada baseia-se em um estudo de caso do IF Baiano amparado teoricamente por autores que refletem sobre formação humana integral na educação profissional em uma sociedade comandada pelo capitalismo neoliberal e imperialista.

Trivinões (1987, p. 99), ao se reportar à fundamentação teórica de um estudo, explica que a busca bibliográfica deve ser orientada “pelos conceitos básicos de uma teoria que servirá para compreender, explicar e dar significado aos fatos que estudará”. O autor registra que isso propiciará uma familiaridade e um aprofundamento sobre o tema que o pesquisador almeja abordar.

Em relação ao ato de escrever, Soares (2011, p. 78 e 81) registra:

Para o pesquisador-autor, escrever é cumprimento de dever, é fruto de estudo e pesquisa, é resposta a exigências externas, é produto de aprendizagem [...] a qualidade dos textos que produz é avaliada pelo grau de sua receptividade no meio acadêmico [...] escreve para comunicar o conhecimento que produziu.

Nesse sentido, este capítulo pretende apresentar uma leitura diferenciada sobre o tema, compreendendo o ato de escrever como um processo de aprendizagem e como parte de um compromisso político com a educação de qualidade ofertada pelo IF Baiano.

2.1. Referencial teórico

O referencial teórico será dividido em duas seções, as quais dialogarão entre si. A primeira retratará o Neoliberalismo como uma ideologia que destoa da ideia de uma educação que leva o homem a pensar, dirigir ou planejar, e as práticas imperialistas, que têm a intenção de destruir uma educação que seja completa e que leve o homem a realizar uma leitura crítica do mundo. A segunda e última tratará da educação profissional como um caminho para a travessia da formação humana integral e que, por isso, precisa resistir aos ataques do capitalismo, insistindo em manter sua qualidade socialmente referenciada.

2.1.1. A ideologia neoliberal e as práticas imperialistas destoam da ideia de uma educação que leve o homem a pensar, dirigir ou planejar e a realizar uma leitura crítica do mundo

De acordo com Lapyda (2011), um estudioso de David Harvey, o Neoliberalismo é uma doutrina político-econômica que já existia desde a metade do século XX, mas o seu destaque deve ser reportado entre os anos 1978-1980. Ele promoveu intensas alterações nas políticas econômica, fiscal e social dos Estados, com destaque para: 1. flexibilidade do câmbio; 2. cortes de gastos especialmente na área social; 3. redução de impostos sobre o capital e grandes riquezas; 4. elevação da taxa de juros. Além disso, houve “mudanças de caráter mais institucional, como as privatizações e as liberalizações/desregulações de mercados, inclusive financeiros, dos fluxos de capital com o exterior, das relações trabalhistas etc.” (2011, p. 124-125).

Harvey (2014a) concebe o Neoliberalismo como uma teoria das práticas políticas que sugere que o bem-estar do homem pode ser melhor promovido se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais forem liberadas no âmbito de uma estrutura institucional determinada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livres comércios.

No entendimento do autor, o Neoliberalismo passou a ter um discurso hegemônico, afetando o pensamento e a forma das pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo.

Os defensores da proposta neoliberal ocupam atualmente posições de considerável influência no campo da educação (nas universidades e em muitos “bancos de ideias”), nos meios de comunicação, em conselhos de administração de corporações e instituições financeiras, em instituições-chave do Estado (áreas do Tesouro, bancos centrais), bem como em instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais. (HARVEY, 2014a, p.13).

Compactuando com esse pensamento, Netto e Braz (2008, p. 225) afirmam que o Neoliberalismo é sinônimo de capital sem controles mínimos e que a regulamentação repugna a natureza do capital. “Dos seus limites e travas imanentes (que se expressam nas crises), ele não pode livrar-se; de regulamentações e freios sociopolíticos, ele pode liberar-se, como prova a história dos últimos trinta anos”.

Sendo assim, para os autores a ideologia liberal com a ideia de “enxugar” o Estado fundamenta o ataque que o capital impetra contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado, especialmente no que se refere aos direitos sociais.

Harvey (2014a, p. 85) ainda destaca que o Estado Neoliberal chega a ser hostil a qualquer forma de solidariedade social que inculque restrições à acumulação do capital, pois o que predomina é a “sacrossanta liberdade individual do trabalhador isolado”.

Diante da abordagem desses intelectuais, percebe-se que, realmente, o Neoliberalismo destoa da ideia de uma educação que

leve o homem a pensar, dirigir ou planejar. O homem precisa apenas reproduzir o pensamento neoliberal. Então, eles necessitam atacar uma instituição de ensino profissional que trilhe o caminho da travessia da formação humana integral inclusive com corte de recursos para a assistência estudantil.

Percebe-se que o Neoliberalismo tem traçado o caminho da destruição ambiental, do aumento das desigualdades sociais e do ataque à educação e à saúde pública. Por ele não compactuar com uma ideia de educação que leve o homem a pensar, dirigir ou planejar, ele acaba levando o homem alienado e adestrado a aceitar os seus ditames e as suas perversidades.

Ao se reportar ao Imperialismo, Harvey (2014b, p. 52) alega que relações privilegiadas de comércio, clientelismo, patronato e coerção encoberta são as principais armas de seu controle. “E os Estados Unidos distribuíram essas armas bilateralmente, país por país, posicionando-se, por conseguinte, como um eixo central de ligação de vários raios que os ligavam a todos os outros Estados ao redor do mundo”. Assim, o país acabou se tornando o maior protagonista da projeção do poder da burguesia por todo o mundo.

O surgimento nos Estados Unidos de um complexo “Wall Street-Tesouro”, capaz de controlar instituições como o FMI e projetar um vasto poder financeiro por todo o mundo, mediante uma rede de outras instituições financeiras e governamentais, tem tido enorme influência sobre a dinâmica do capitalismo global em anos recentes. (HARVEY, 2014b, p. 112).

Harvey chega a conceituar esse sistema como “capitalismo de rapina” com práticas canibais. E qual é exatamente o interesse do capitalismo de rapina em investir em uma educação que leve o homem a realizar uma leitura crítica do mundo, já que “o capitalismo

internaliza práticas tanto canibais como predatórias e fraudulentas”? (HARVEY, 2014b, p. 124).

Dentre essas práticas encontram-se os cortes dos investimentos em saúde pública e educação. Nesse sentido, Bandeira (2019, p. 199) registra que “o maior controle do gasto público traduzia-se em políticas que prejudicavam gastos em educação e saúde”.

Harvey (2014b) registra que na Era Imperialista ocorre a corporativização e a privatização de bens até agora públicos (como as universidades). E Almeida (2019, p. 185) acrescenta que o interesse desse sistema é “aligeirar o processo de formação”, transformando a educação em uma mercadoria.

Então, Almeida, ao se reportar à educação na sociedade brasileira na contemporaneidade, afirma:

Parte do fundo público vem sendo destinado para programas como o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), para o Programa Universidade para Todos (PROUNI), assim como se tornou uma das principais fontes de expansão de grandes conglomerados educacionais como a Kroton e a Estácio de Sá, que contam, neste caso, também com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar suas aquisições expansionistas. (ALMEIDA, 2019, p. 187).

Segundo o pensamento de Almeida, historicamente, o Brasil acabou se inserindo na performance do capitalismo mundial de forma subordinada e periférica, operando com a empreitada da acumulação do capital

[...] a partir da mediação de interesses que são próprios e particulares da burguesia no Bra-

sil – que também tem a necessidade imperiosa de valorizar seu capital – mas o faz de forma integrada e subordinada aos interesses do grande capital internacional. (ALMEIDA, 2019, p. 173).

Então, mais do que nunca é tempo de plantar a formação humana integral mesmo dentro desse perverso sistema capitalista em um país periférico. A educação profissional tem procurado fazer isso, com muita luta, sendo atacada diariamente e tendo como lema a certeza de que “ninguém solta a mão de ninguém”, e a assistência estudantil precisa ser fortalecida na rede de educação profissional, pois é essencial para a permanência do discente.

2.1.2 A educação profissional sendo um caminho para a travessia da formação humana integral precisa resistir aos ataques do capitalismo, insistindo em mostrar sua qualidade socialmente referenciada

Moura (2007) afirma que o caminho da plantação da formação humana integral possui cinco eixos norteadores: 1. a compreensão de que homens e mulheres são seres históricos e, por isso, capazes de transformar a realidade; 2. o trabalho como princípio educativo que permite a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural da existência humana; 3. a pesquisa como princípio educativo que contribui para a construção da autonomia do estudante; 4. a realidade concreta como uma totalidade, síntese de múltiplas relações para que o estudante compreenda o contexto em que está inserido e possa vir a intervir nele em função dos interesses coletivos; 5. a interdisciplinaridade, a contextualização e a flexibilidade – baseadas na implementação de projetos integradores que visam articular os saberes, desenvolvendo a autonomia intelectual dos estudantes, como também formar atitudes de cidadania, de solidariedade e de responsabilidade social.

Diante do foi que exposto no item anterior, é bem nítido que o capitalismo neoliberal e imperialista não compactua com esses eixos norteadores e que, portanto, ataca ferozmente a educação profissional, em especial os institutos federais devido à qualidade de ensino que eles ofertam.

Dante Moura comenta, ainda, que os sujeitos contemplados com a trilha da formação humana integral devem se apropriar de uma prática pedagógica que os levem a:

a) Conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho. Incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia; b) Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm [...]; c) Ler, articular e interpretar símbolos e códigos e diferentes linguagens e representações [...]; d) compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática [...]; e) Adquirir conhecimento e capacidades próprios de cada curso específico. (MOURA, 2007, p. 28).

Verifica-se, também, que essa prática pedagógica fere os princípios do capitalismo neoliberal e imperialista que querem formar de maneira aligeirada, impedindo que o estudante consiga fazer uma adequada leitura do mundo. Dessa forma, essa rica prática pedagógica “em contraste com o ser humano fraturado pela divisão social do trabalho, coloca-se o ser humano total, omnilateral, em todas as capacidades e faculdades” (DELLA FONTE, 2018, p. 14).

Della Fonte (2018, p.13) explica que “é sob a sociabilidade comunista que Marx vislumbra a emancipação humana”.

A “educação do futuro” (a partir dos interesses dos trabalhadores) nasce ainda sob a hegemonia burguesa e, enquanto essa hegemonia não for superada, ela não se plenifica [] qualquer teoria educacional contra hegemônica precisa abraçar como norte a emancipação da humanidade no seu conjunto e uma formação na qual não haja hierarquias de faculdades e capacidades humanas, uma formação que articule (e não interponha) as dimensões intelectual, estético-artística, ética, política, a partir do trabalho. (DELLA FONTE, 2018, p. 17).

Ciavatta (2005, p. 2) esclarece que “a formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de pensar, dirigir ou planejar”. Na verdade, opta-se por uma formação completa que busque garantir uma leitura crítica do mundo, e esta deve ser permeada pela presença da ciência e da tecnologia, sendo que o trabalho, a ciência e a cultura devem formar o núcleo básico de um currículo integrado.

Compactuando com esse pensamento, Moura, Lima Filho e Silva (2012) comentam que a divisão social e técnica do trabalho é uma estratégia fundamental do modo de produção capitalista, levando o metabolismo do capital a requerer um sistema educacional classista, que separe trabalho intelectual e manual, trabalho simples e complexo, cultura geral e técnica. Ela se fundamenta no academicismo livresco e é dissociada da concretude das relações de produção. Essa escola possui a intenção de formar seres humanos unilaterais, e a educação profissional apresenta uma perspectiva totalmente oposta: formação humana integral.

Acompanhando esse raciocínio, Ramos, na perspectiva do trabalho como princípio educativo, registra que é necessário orientar um projeto de educação profissional comprometido com a formação

humana, pois ela não é “meramente ensinar a fazer e preparar para o Mercado de Trabalho” (2014, p. 85).

Para a autora, a educação profissional deve:

Proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas (RAMOS, 2014, p. 85).

Logo, esse importante e necessário projeto de educação que possui uma qualidade socialmente referenciada precisa resistir aos ataques do capital, pois suas sementes apresentam a perspectiva de autonomia e liberdade. Lembramos que, conforme Martins e Almeida (2019), resistir é um verbo sempre conjugado no coletivo, motivando o pensamento crítico, construtivo e criativo na busca de uma nova sociedade, justa e igualitária.

Diante do exposto, é possível afirmar que o caminho é difícil, mas não é impossível. A partir da compreensão de que o capitalismo de rapina com práticas canibais descrito por Harvey possui contradições, é preciso resistir. É fato que não adianta retirar do capital concessões, pois sua malignidade jamais permitiria brechas, porém, a luta de classes é o caminho da resistência até que a nova sociedade seja definitivamente plantada. E a assistência estudantil faz parte desse processo de resistência e de insistência, pois ela é essencial para que o discente permaneça na instituição.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O IF Baiano possui uma Política de Assistência Estudantil cuja terceira versão foi aprovada em 2019. Ela traz como objetivo geral:

O desenvolvimento de programas e ações que visem a democratização do acesso, a permanência e o êxito no percurso formativo do(a) estudante, enquanto cidadão(ã) em processo de desenvolvimento, propiciando-lhe o exercício pleno da cidadania. (IF BAIANO, 2019, p. 1).

No IF Baiano, os profissionais que atuam na assistência estudantil executando as atividades estudantis compactuam com Florestan Fernandes a percepção de que

[...] a educação [...] é o problema mais grave do Brasil. É o problema número um do Brasil. Não há dúvida de que passar fome, não ter emprego, não ter moradia são realidades terríveis. Mas, quando se vive em uma sociedade democrática [...] é importante que a educação esteja ao alcance da maioria, daqueles que são os oprimidos, que são os excluídos, os explorados. A educação no Brasil é um problema de inacreditável gravidade. (FERNANDES, 1989. p. 124).

Por isso, por meio das comissões locais de assistência estudantil as atividades estudantis são realizadas procurando valorizar as necessidades sociais, culturais, políticas, de saúde, pedagógicas e psicológicas dos estudantes e elegendo como dimensão central a formação humana integral.

Na Política de Assistência Estudantil do IF Baiano é indispensável instigar a criatividade do estudante para expressar a forma como eles almejam participar desses programas, por isso, nas comissões locais existe o planejamento de todas as atividades estudantis junto com os representantes indicados pelas representações do corpo discente (grêmios, centros e diretórios acadêmicos). Nesse sentido, a assistência estudantil é concebida como parte do processo educativo e configura-se como direito social dos estudantes.

3.1. Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (Paise)

Trata-se de um programa seletivo que atua sobre a desigualdade social vivenciada pelos estudantes, oriunda das sequelas da questão social e de seus desdobramentos de exploração do capital sobre o homem. Ivo (2013) afirma que a questão social se refere aos fatores determinantes da exploração e reprodução da pobreza da classe trabalhadora. Para Fernandes (1989, p. 21), democratizar a escola é “colocar o ensino ao alcance do estudante pobre e, se necessário, ajudar esse estudante pobre a manter-se na escola pública e gratuita”.

Apesar de não ser um programa universal e, sim, seletivo, ele atua na democratização do ensino e possibilita que o estudante que vivencia vulnerabilidade socioeconômica no seu núcleo familiar, por meio de benefícios sociais tenha acesso à educação de qualidade.

3.2. Programas de auxílios eventuais

O IF Baiano tem procurado contribuir de forma positiva, possibilitando a oferta de auxílios eventuais que levam o estudante em situação de vulnerabilidade social a ter acesso a serviços de saúde, como óculos, medicação, exames e tratamentos odontológicos diversos, proporcionando melhor desenvolvimento acadêmico.

Iamamoto (2003) diz que a questão social deve ser apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. Sendo assim, esse programa aparece como forma de enfrentamento da questão social para que estudantes possam ter acesso a serviços dos quais foram excluídos.

3.3. Programa de residência estudantil

De acordo com a Política de Assistência Estudantil, “A residência estudantil destina-se aos estudantes oriundos de municípios distantes e/ou que tenham dificuldades para o traslado diário” (IF BAIANO, 2019, art. 41). O IF Baiano possui residência estudantil nos seguintes campi: Bom Jesus da Lapa, Catu, Guanambi, Santa Inês e Uruçuca.

Sousa e Sousa (2009) registram que a casa estudantil faz parte da política de permanência e se insere no contexto das políticas públicas que procuram oferecer possibilidades para que jovens das classes sociais menos favorecidas possam se manter em seus cursos. Elas reúnem estudantes que investem na escolarização como uma forma de encaminhar suas vidas em busca de uma carreira profissional.

A maioria dos programas no IF Baiano se articula e este exige maior aproximação com os demais.

3.4. Programa de alimentação estudantil

O IF Baiano oferece um Programa de Alimentação Estudantil pautado pela recuperação dos hábitos alimentares adequados, utilizando alimentos em quantidade e qualidade suficientes para uma alimentação saudável, acompanhado por nutricionistas e por

uma equipe de servidores que primam pela qualidade no serviço ofertado aos estudantes.

O Pnae tem por objetivo “contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos...” (BRASIL, 2009, art. 4º, p. 1). E o Programa de Alimentação Estudantil do IF Baiano vem atuando dentro dessa perspectiva.

3.5. Programa de Incentivo à Participação Político-Acadêmica (Propac)

De acordo com a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, o Propac tem seis objetivos. Aqui serão destacados três:

I - estimular à representação discente, por meio da formação de grêmios, centros e diretórios acadêmicos; II - propiciar à participação dos(as)discentes em eventos internos, locais, regionais, nacionais e internacionais de caráter científico, acadêmico, tecnológico e de organização estudantil; [...] VI - contribuir para a formação integral cidadã dos discentes e estimular sua participação e protagonismo nas organizações estudantis. (IF BAIANO, 2019, art. 47, p. 14).

O caráter pedagógico da intervenção dos profissionais que atuam na Política de Assistência Estudantil do IF Baiano em sua relação com as lutas dos movimentos estudantis é bem visível dentro do programa. É nesse programa que projetos de formação política dos estudantes são desenvolvidos de forma crítica e criativa.

3.6. Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer (Pincel)

O Pincel procura garantir aos estudantes o exercício dos direitos culturais, as condições para a prática da cultura esportiva, do lazer e do fazer artístico, visando à qualidade do desempenho acadêmico, à produção do conhecimento e à formação cidadã.

Compete ao Pincel apoiar e incentivar ações artístico-culturais, visando à valorização e à difusão das manifestações culturais locais; garantir espaço adequado para o desenvolvimento de atividades artísticas; estimular o acesso às fontes culturais, assegurando as condições necessárias para visitação a espaços culturais e de lazer; proporcionar a representação do IF Baiano em eventos esportivos e culturais oficiais, bem como o apoio técnico para realização de eventos de natureza artística.

3.7. Programa de Prevenção e Assistência à Saúde (Pro-Saúde)

O Programa de Prevenção e Assistência à Saúde (Pro-Saúde), “visa desenvolver ações voltadas à prevenção de doenças e promoção da saúde dos(as) discentes, por meio dos serviços de psicologia, enfermagem, odontologia, nutrição, medicina e serviço social” (IF BAIANO, 2019, art. 88, p. 22).

Sendo a instituição de ensino um espaço privilegiado para se desenvolver ações educativas em saúde e cidadania, o IF Baiano tem procurado contribuir de forma positiva para prevenir algumas iniquidades em saúde, principalmente atuando na conscientização e mobilização dos estudantes sobre o conceito de saúde que envolve condições sociais e culturais, as quais influenciam a saúde dos estudantes.

É com uma visão de saúde integral que o Programa de Prevenção e Assistência à Saúde do IF Baiano procura desenvolver

projetos, contribuindo com a educação em saúde e cidadania dos seus educandos na perspectiva dos direitos humanos.

3.8. Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (Proap)

De acordo com a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano (2019), o Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (Napsi) é responsável pelo acompanhamento dos estudantes em seu desenvolvimento acadêmico, a partir das demandas identificadas no cotidiano profissional. Ele é constituído por três profissionais: Assistente Social, Pedagogo e Psicólogo, os quais implementam projetos de forma articulada. E um desses projetos é este capítulo, elaborado por três profissionais que atuam de forma integrada em um mesmo núcleo.

Lembramos que a interdisciplinaridade “vem com a proposta de romper com a fragmentação das disciplinas, das ciências, enfim, do conhecimento” (THIESEN, 2008, p. 549).

Por certo as aprendizagens mais necessárias para estudantes e educadores, neste tempo de complexidade e inteligência interdisciplinar, sejam a de integrar o que foi dicotomizado, religar o que foi desconectado, problematizar o que foi dogmatizado e questionar o que foi imposto como verdade absoluta. Essas são possivelmente as maiores tarefas da escola nesse movimento. (THIESEN, 2008, p. 552).

Dentro dessa perspectiva interdisciplinar, o Napsi desenvolve o Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (Proap), que tem como objetivo

[...] propiciar a permanência e êxito do estudante, por meio da identificação das dificuldades que influenciam na evasão e retenção, buscando formas de superá-las por meio do acompanhamento pedagógico e atendimento psicossocial. (IF BAIANO, 2019, art. 95, p. 23).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tentou demonstrar que o caminho da travessia para a formação humana integral não consiste em uma permissão do capitalismo, pois a sua natureza é perversa e não admite concessões. Todavia, essa trilha precisa passar por disputas políticas, por denúncias e por resistência.

A educação profissional vem sendo atacada por um capitalismo que possui como uma de suas práticas o desejo ardente de destruí-la. Privatizar educação é o que almeja o capital.

É possível perceber, especialmente em 2019 e 2020, que vem ocorrendo várias retaliações com os gastos com educação. Mas, apesar de toda essa malignidade do capital, o otimismo precisa fazer parte da comunidade que vivencia a educação profissional e que acredita na sua potencialidade. É tempo de esperança, de ânimo e de muita mobilização. E também de denúncias e de combate às atrocidades do capital.

É necessário levar a sociedade brasileira a conhecer a riqueza pedagógica do projeto que caminha na direção de uma formação humana integral, e a experiência do Instituto Federal Baiano é exemplo vivo da grandiosidade da educação profissional, oferecendo a possibilidade de estudantes oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social acessar uma educação de qualidade socialmente referenciada e permitindo que eles sejam acompanhados por atividades estudantis voltadas para saúde integral, acompanhamento

psicossocial e formação política e cultural – dentro de uma perspectiva de formação humana integral.

Educação esta que leva o estudante a realizar uma leitura crítica do mundo, compreendendo as mazelas do Neoliberalismo e das práticas imperialistas e, ao mesmo tempo, oportunizando que o estudante pense, dirija ou planeje, que ele compreenda o trabalho como princípio educativo e que rejeite um sistema de ensino que apenas o prepare para o mercado de trabalho.

Uma educação que foi criada para os pobres, mas que nunca se permitiu ser pobre, tendo em seu quadro professores mestres e doutores, laboratórios totalmente equipados, aulas práticas, profissionais que oferecem apoio pedagógico e psicossocial, alimentação estudantil, pesquisa, extensão e outros atributos de uma educação diferenciada.

Diante do exposto, é urgente a necessidade da sociedade em emitir um grito coletivo: “Tira a mão da minha educação profissional!”, porque ela é uma joia rara, que faz diferença nessa sociedade comandada pelo capital. “Tira a mão da minha assistência estudantil”, porque ela é a prova viva que mesmo em uma sociedade injusta e desigual, o estudante pode acessar um ensino de qualidade!

TERMO RESPONSABILIDADE DE AUTORIA

As informações contidas neste capítulo são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es). As opiniões nele emitidas não representam pontos de vista da Comissão Organizadora e Científica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luis Teixeira de Almeida. A política de educação no Brasil no contexto de superexploração da força de trabalho. *In*: MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro e ALMEIDA, Ney Luis Teixeira de. E-Book. **I Seminário Internacional de Serviço Social na Educação e V Fórum**

de Serviço Social na Educação: “Educação e Serviço Social no Contexto de Crise do Capital”. Franca: Unesp – FCHS, 2019.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do império americano:** da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BRASIL. **Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica - Pnae. Brasília: Casa Civil, 2009.

Clavatta, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, ano 3, n. 3, 2005.

DELLA FONTE, Sandra Soares. **Formação no e para o trabalho. Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória, Ifes, v. 2, n. 2, p. 6-19, 2018. Disponível em: <http://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1221/709>. Acesso em: 1º mar. 2020.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional.** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

IVO, Anete B. L. Questão social como questão pública. In: IVO, Anete B. L. (org.). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social:** 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume; Brasília: CPPq; Salvador: Fapesb 2013. p. 393-400.

IF BAIANO. **Política de Assistência Estudantil**. Salvador, 2019. Aprovada pela Resolução n.º 1, de 29 de janeiro de 2019.

LAPYDA, Ilan. A “**financeirização**” no **capitalismo contemporâneo**: uma discussão das teorias de François e David Harvey. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luis Teixeira de. Apresentação. *In*: MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luis Teixeira de. E-Book. **I Seminário Internacional de Serviço Social na Educação e V Fórum de Serviço Social na Educação: “Educação e Serviço Social no Contexto de Crise do Capital”**. Franca: Unesp – FCHS, 2019.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educ. Pesqui. São Paulo**, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, Natal, v. 2. P. 17, 2007.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Monica Ribeiro da. **Politecnia e formação integrada**: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. 35ª Reunião da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Porto de Galinhas – PE, 2012.

NETTO, José Paulo; Braz, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 1).

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. v. 5. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção Formação Pedagógica).

SOARES, Magda. Para quem pesquisamos? Para quem escrevemos? *In*: GARCIA, Regina Leite (org.). **Para quem pesquisamos? Para quem**

escrevemos? O impasse dos intelectuais. 3. ed. v. 31. São Paulo: Cortez, 2001. p. 71-96. (Coleção Questões da Nossa Época).

SOUSA, Livia Mesquita de; SOUSA, Sonia Maria Gomes. Significados e sentidos das casas estudantis e a dialética inclusão – exclusão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 4-7, 2009.

THIESEN, Juares da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 545-598, set./dez. 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

CAPÍTULO 2

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO PAISE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

*Alana Assunção Damasceno de Souza
Iana de Oliveira Soares*

1. INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o percurso histórico do sistema educacional brasileiro, percebemos que a educação passou a ser tratada com primazia enquanto direito social a partir da Constituição Federal de 1988, a qual estabelece como um dos seus princípios a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, n.p.). Sabemos que proclamar direitos é diferente de efetivá-los, portanto, a materialização desse direito no que se refere à qualidade do ensino, acesso, permanência e êxito constitui-se, ainda nos dias atuais, como um grande desafio diante da correlação de forças de grupos, classes sociais e interesses.

Dando ênfase ao direito de permanência e êxito na educação, cabe situar neste capítulo a Política de Assistência Estudantil a partir do Decreto n.º 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), trazendo aspectos particulares dessa política no IF Baiano. É mister salientar que a permanência abrange a dimensão material e simbólica (SANTOS, 2009), a partir de ações universais e focalizadas, no entanto, este estudo destaca a permanência material e se ocupa em analisar o processo de avaliação socioeconômica dos(as) candidatos(as) aos auxílios ofertados pelo

Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (Paise), programa que integra a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano.

O estudo socioeconômico se constitui como o principal meio utilizado para a seleção dos(as) estudantes pleiteantes dos auxílios ofertados pelo Programa supracitado. Sua operacionalização é realizada pelos(as) assistentes sociais do IF Baiano, os(as) quais utilizam instrumentos e técnicas para a seleção, estabelecidos pela categoria profissional, tais como análise documental, entrevistas e visitas domiciliares. Esses instrumentos técnico-operativos, nesse contexto, subsidiam uma metodologia de classificação, a qual abrange indicadores socioeconômicos.

Nesse sentido, o presente capítulo surgiu a partir das inquietações provenientes desses processos seletivos, as quais, por muitas vezes, foram registradas e compartilhadas, proporcionando processos reflexivos nas autoras, que as motivaram a ir além e realizar esta sistematização. Guerra (2009) compreende que, para o Serviço Social, o processo de sistematização da prática profissional permite

[...] identificar e problematizar as condições do exercício profissional, os fenômenos existentes, selecioná-los e classificá-los, identificar suas características, as dificuldades, lacunas, a necessidade de aprofundamento teórico para melhor compreendê-los e a da adoção de determinado referencial-teórico que permita interpretá-los. (GUERRA, 2009, p. 708).

Assim sendo, o conhecimento possibilita descortinar a realidade, vê-la, não na sua aparência, mas na sua essência, para que a “ação profissional não se torne pragmática, sem intencionalidade e clareza de finalidade” (FRAGA, 2010, p. 41). Segundo Guerra (2002), essa capacidade/habilidade que o profissional deve ter de articular as três dimensões da prática profissional – a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa – para formular

respostas profissionais em seu âmbito de atuação, constitui-se na instrumentalidade do Serviço Social.

As discussões realizadas nesta pesquisa evidenciam o estudo socioeconômico como um meio fundamental ao conhecimento da realidade social do estudante. No entanto, conduz-nos a (re)pensar em que aspectos esse instrumento efetiva o acesso aos auxílios, uma vez que ele contribui para realizar a inclusão e a exclusão de estudantes ao mesmo tempo e pelos mesmos meios.

Nesse contexto, sabe-se que o quadro de redução de recursos provoca o aumento da seletividade e a crescente restrição da capacidade de atendimento. Assim, o assistente social é desafiado a impedir a retomada de práticas conservadoras e a atuar na perspectiva de universalização dos direitos sociais e dos serviços, em consonância com o projeto ético-político profissional.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada neste estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica, constituída principalmente de livros, artigos científicos, teses e dissertações de pós-graduação, em diário de campo e análise do documento “Quadro de análise socioeconômica”, produzido pela categoria profissional.

2.1. Referencial teórico

O percurso metodológico foi balizado por um referencial teórico que será dividido em três seções. A primeira trará aspectos particulares da Política de Assistência Estudantil no IF Baiano, a partir da Resolução n.º 01, de 29 de janeiro de 2019, que a regulamenta atualmente. A segunda abordará brevemente o estudo socioeconômico no contexto da seletividade. A terceira e última seção tratará do processo seletivo do Paise e o estudo socioeconômico: características e aplicações.

2.1.1 A Política de Assistência Estudantil do IF Baiano

A assistência estudantil foi elevada ao status de política pública por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil, decreto n.º 7.234/2010, que tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens de baixa renda na educação superior pública federal, por meio do repasse de recursos às instituições para implementação de ações de assistência estudantil nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). Logo, ela transita em diversas áreas dos direitos humanos.

O Decreto n.º 7.234/2010 também determinou que o Pnaes deve abranger os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diante disso, no âmbito do IF Baiano, a primeira Política de Assistência Estudantil foi instituída em 2011, nascendo, de acordo com o documento, como instrumento a serviço da comunidade, somadas às necessidades do corpo discente, assim como às questões percebidas e apresentadas pelo corpo técnico, docente e familiares, no que concerne à insuficiência de recursos por parte desses discentes para garantir o acesso e a permanência (IF BAIANO, 2011). Essa Política foi reformulada em 2016 e, atualmente, está em sua terceira versão, a qual foi instituída em 29 de janeiro de 2019, por meio da Resolução n.º 01.

Nesse sentido, a assistência estudantil da instituição está estruturada por “um conjunto de princípios e diretrizes norteadores para o desenvolvimento de programas e linhas de ações que favoreçam a democratização do acesso, a permanência e o êxito do discente no seu processo formativo” (IF BAIANO, 2019, p. 1), tendo como objetivos específicos:

I - ampliar as possibilidades para o acesso, contribuindo para a promoção da inclusão

social pela educação; II - propiciar a igualdade de oportunidades entre todos(as) os(as) estudantes matriculados(as) no IF Baiano; III - contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico dos(as) estudantes, a partir de medidas que busquem minimizar situações de retenção e evasão; IV - desenvolver ações que assegurem, de forma preventiva, a assistência à saúde do(a) estudante; V - implementar ações educativas que propiciem o desenvolvimento do pensamento crítico, político e criativo dos(as) estudantes; VI - fomentar novas oportunidades de aprendizagem, permitindo que todos(as) os(as) estudantes do IF Baiano construam as habilidades sócio-profissionais necessárias à sua inserção, permanência e êxito no mundo do trabalho, e/ou o prosseguimento na vida acadêmica. (IF BAIANO, 2019, p. 2).

Na perspectiva de alcançar esses objetivos, essa política é composta por oito programas:

I - Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante - PAISE; II Programa de Auxílio Eventual - PAE; III Programa de Incentivo à Participação Político Acadêmica - PROPAC; IV Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer - PINCEL; V Programa de Prevenção e Assistência à Saúde - PRÓ-SAÚDE; VI Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico - PROAP; VII Programa de Residência Estudantil; e VIII Programa de Alimentação Estudantil. (IF BAIANO, 2019, p. 8-9).

Assim, é possível observar que a Política de Assistência Estudantil preconiza a implementação de diversos programas. Não sendo direcionadas apenas para as necessidades econômicas, suas ações também estão voltadas ao atendimento das necessidades sociais, culturais, políticas, de saúde, pedagógicas e psicológicas dos estudantes, pensando o indivíduo como um todo. Contudo, neste estudo, daremos ênfase ao Paise, o qual estava previsto desde a primeira versão dessa Política, visando contribuir para o bem-estar biopsicossocial, permanência e êxito nas atividades acadêmicas de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, a partir da oferta de auxílios financeiros divididos em: “I - auxílio moradia; II - auxílio alimentação; III - auxílio transporte; IV - auxílio material acadêmico; V - auxílio uniforme; VI - auxílio cópia e impressão; VII - auxílio permanência; VIII - auxílio creche; IX - auxílio PROEJA” (IF BAIANO, 2019, art. 18, p. 9-10).

Contudo, expressar a necessidade do auxílio não constitui garantia que o estudante terá acesso a ele, pois existem critérios de elegibilidade. Um deles é possuir renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Além disso, o pleiteante precisa se inscrever em um processo seletivo regulamentado por edital, no qual apresenta a documentação comprobatória, bem como participa de todas as outras etapas do processo. Portanto, trata-se de um programa focalizado e seletivo.

Nesse contexto, a indisponibilidade orçamentária para o atendimento de toda a demanda por auxílios existente, comumente é colocada como o principal argumento para a realização do processo de seleção até mesmo entre os estudantes que possuem o perfil determinado pelo Pnaes e pela Política de Assistência Estudantil. A operacionalização dessa seleção é realizada pelos(as) assistentes sociais da instituição, por meio da avaliação socioeconômica, a qual descreveremos mais à frente.

2.1.2 O estudo socioeconômico no contexto da seletividade

A Reforma do Estado brasileiro, ocorrida ao longo dos anos 1990 em meio à globalização e à reestruturação do processo produtivo, tem como umas das principais “bandeiras” minimizar os investimentos do Estado no campo social, em detrimento da priorização dos investimentos no mercado. O resultado dessa lógica se expressa em uma profunda regressão no âmbito da proteção social e no aumento da precarização do trabalho, o que dificulta o acesso à renda, provocando a ampliação da pobreza e o aprofundamento das desigualdades sociais.

Assim, conforme Boschetti e Teixeira (2003), paralelamente a um quadro conjuntural de ajuste fiscal e, em decorrência dele, de agravamento das situações de desigualdades sociais e de pobreza, predominam critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais. Segundo as mesmas autoras,

A seletividade rege-se pela intenção de eleger, selecionar, optar, definir quem deve passar pela “peneira” ou pelo crivo. Os objetivos da seletividade não são estabelecer estratégias para ampliar o acesso aos direitos, mas definir regras e critérios para escolher, para averiguar minuciosa e criteriosamente, quem vai ser selecionado, quem vai ser eleito para ser incluído. A seletividade esgota-se em si mesma, em seus critérios de “menor elegibilidade” e conforma-se com a redução e a residualidade nos atendimentos. (BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2003, p. 4).

Assim, dos anos de 1990 até os dias de hoje são várias contrarreformas do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). No contexto

da política educacional observamos, na atualidade, um crescente quadro de cortes nos recursos que afetam vários segmentos dessa política. Nessa direção, a execução de programas e ações da assistência estudantil é diretamente afetada pela lógica neoliberal de seletividade, distanciando-se, cada vez mais, do ideal de universalização do atendimento.

Diante da justificativa de insuficiência de recursos para atender toda a demanda no âmbito das políticas sociais, ganha espaço a seleção socioeconômica, colocada enquanto condição para a escolha dos beneficiários. Conforme Pitarello (2013), o Serviço Social recebeu demanda institucional para realizar processos seletivos de acesso aos serviços sociais desde o início do seu surgimento como profissão, para dar respostas profissionais às expressões da questão social. Destaca-se que, ainda atualmente, a seleção socioeconômica é uma das principais demandas apresentadas aos assistentes sociais que atuam na esfera federal da política de educação.

Nesse sentido, cabe afirmar que a seleção socioeconômica é precedida pelo estudo socioeconômico. A realização desses estudos “para fins de benefícios e serviços sociais” é reconhecida como uma das competências do(da) assistente social de acordo com a Lei n.º 8.662/1993, que regulamenta a profissão. Para Miotto (2009), esses estudos socioeconômicos podem ser definidos como:

O processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social. Sua finalidade imediata é a emissão de um parecer – formalizado ou não – sobre tal situação, do qual o sujeito demandante da ação/usuário depende para acessar benefícios, serviços e/ou resolver litígios. (MIOTTO, 2009, p. 9).

Esses estudos são meios essenciais para o conhecimento da realidade do usuário e de viabilização de direitos. Segundo Miotto (2009), apesar de, na maioria das vezes, esses estudos requererem do

profissional que o executa um aprofundamento acerca da situação social do usuário, não se deve perder de vista que as demandas apresentadas não são individuais, mas, sim, expressões da questão social. Essa perspectiva é fundamental para a compreensão de que a pobreza não é proveniente da falta de esforço ou de sorte de indivíduos ou grupos, sendo, na realidade, algo intrínseco à sociedade capitalista.

Assim sendo, o estudo socioeconômico é carregado de complexidades e, nele, o conhecimento acumulado pelo profissional de Serviço Social é extremamente relevante, bem como a sua habilidade em articular as interfaces que constituem a questão social. Pavão, Graciano e Blattner (2015) consideram que, para realização do estudo, é importante se atentar para quatro pontos: 1 - o que conhecer?; 2 - por quê?; 3 - para quê; e 4 - como? Este último está diretamente ligado a quais metodologias, instrumentos e técnicas o(a) profissional utilizará.

Buscando diferenciar termos comumente utilizados como sinônimos, o Conselho Federal de Serviço Social (BRASIL, 2020, p. 75) definiu “estudo” como o “processo de conhecimento de determinado objeto, com vistas a determinado objetivo”. Já o termo “socioeconômico”

[...] articula ao social, com certa preponderância, fatores relativos à capacidade e/ou possibilidade de acesso a bens e serviços para a reprodução da vida – tanto decorrentes de políticas de corte social, como via aquisição no mercado, como é próprio da visão neoliberal em sociedades capitalistas. Geralmente as abordagens do “estudo socioeconômico” pelo Serviço Social reúnem conhecimentos sobre a composição familiar, forma e condição de acesso ao trabalho e renda, educação, saúde, moradia, dentre outros. (BRASIL, 2020. p. 75).

No entanto, o CFESS alertou que, tal como se construiu historicamente entre a categoria profissional, o estudo socioeconômico está mais tendente à seletividade do que, especificamente, ao conhecimento da realidade social do usuário. Nesse contexto, o conselho conceitua seleção como

[...] a escolha, a partir de determinados critérios, no caso em análise, para acessar ou não determinados serviços e/ou direitos decorrentes de políticas públicas [...]. Portanto, envolve a seletividade da pobreza, no interior das políticas seletivas e restritivas de direitos. (BRASIL, 2020, p. 75).

Nesse sentido, apresenta-se o caráter contraditório da seleção socioeconômica, na medida em que inclui pessoas, mas exclui outras. Portanto, o estudo socioeconômico, enquanto principal meio para essa seleção, pode se configurar num instrumento de legitimação da desigualdade social ao estar a serviço da seletividade, atuando no controle e na negação do direito social de forma universal (PITARELLO, 2013).

Contudo, o CFESS evidenciou, também, que o direcionamento do estudo socioeconômico “depende da assimilação e do compromisso da/o profissional com a direção social dada pelo projeto ético-político da profissão, assim como da autonomia profissional no processamento do trabalho” (BRASIL, 2020, p. 73). Essa autonomia, vale lembrar, é relativa e depende das condições de trabalho a qual o(a) profissional está submetido(a), das regras institucionais previamente estabelecidas, bem como de outras questões.

Dessa forma, reiteramos que, apesar de instrumentalizar a seletividade, observa-se que essa ação, desde que alinhada aos princípios do projeto ético político do Serviço Social, coloca o(a) assistente social em um lugar privilegiado, pois o(a) possibilita

conhecer a totalidade que envolve a realidade dos usuários que, muitas vezes, não se encerra apenas em demandas pontuais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. O processo seletivo do Paise e a avaliação socioeconômica: características e aplicações

O Programa Nacional de Assistência Estudantil confere autonomia às instituições para definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos a serem beneficiados. Dessa forma, a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano estabelece que os programas que demandam repasse financeiro são regulamentados por edital, no qual são apresentadas as normas e critérios para seleção de estudantes. Dentre esses programas, o mais representativo em termos orçamentários é o Paise. Geralmente, o edital do processo seletivo desse programa é implementado anual ou semestralmente, conforme o cronograma para ingresso de estudantes, a disponibilidade orçamentária, dentre outros elementos influenciadores para implementação em cada campi.

Os pré-requisitos para participar do programa consistem em estar matriculado e com frequência regular em curso ofertado pelo campus e possuir renda per capita familiar de até um salário-mínimo e meio vigente, como já citado. O(A) estudante interessado(a) deve motivar a participação por meio da inscrição, declarar sua situação socioeconômica por meio de resposta a um questionário e anexar a documentação comprobatória previamente estabelecida.

Dessa forma, é possível afirmar que a primeira etapa do processo seletivo consiste na entrega documental. Diante disso, exige-se, no ato da inscrição, a entrega de comprovante de renda de todos os familiares; registros de identidade; comprovantes de residência e de situação de moradia; bem como de despesas do núcleo familiar, dentre outras informações. Além dessas, existe a opção de inserção de documentação que, embora não seja obrigatória, pode revelar

importantes pontos da realidade social do estudante, os quais também influenciam o estudo socioeconômico. Como exemplo disso podemos citar documentação que evidencie uma situação familiar de doença ou de necessidades específicas.

Não raro, no cotidiano laboral ouvem-se muitas reclamações sobre essa etapa da seleção, nas quais são apontados excessos de exigência documental. Aqui, mais uma vez, fica evidenciado o caráter contraditório que pode ter o estudo socioeconômico, pois esses dados apresentados não somente embasam a análise social, eles também são elementos comprobatórios da veracidade das informações relatadas no questionário socioeconômico. Isso pressupõe que, para acessar um direito, o estudante precisa comprovar a sua necessidade e, para isso, o seu relato não é suficiente. Conforme está regulamentado no edital, caso não haja essa comprovação, a sua participação no processo seletivo fica inviabilizada. Nesse sentido, considerando que as vagas ofertadas tendem a ser menores do que a oferta e que incluir um discente pode representar a exclusão de outro, deparamo-nos com processos cada vez mais exigentes em termos burocráticos como esse.

Cabe destacar que, após entrega da documentação, os critérios de elegibilidade para recebimento dos auxílios financeiros perpassam pela análise do contexto social e econômico da família, como definidores da classificação, com base em indicadores de vulnerabilidade e risco social, realizada pelos(as) assistentes sociais da instituição.

Para a classificação da situação socioeconômica o(a) profissional utiliza-se de um sistema de pontuações, atribuídas aos indicadores de vulnerabilidade presentes no “Quadro de análise socioeconômica”, conforme os dados declarados no questionário socioeconômico, nas documentações anexadas e as informações obtidas na entrevista. Dessa forma, quanto maior a vulnerabilidade, maior é a pontuação, aumentando, assim, a possibilidade de o estudante ser selecionado caso exista disponibilidade financeira para atendimento da sua demanda (número de vagas).

Para o desenvolvimento da análise supracitada é fundamental ter definido qual é o conceito de família considerado no estudo. A Política Nacional de Assistência Social (Pnas) (BRASIL, 2004, p. 39) concebe a família enquanto “conjunto de pessoas unidas, seja por laços consanguíneos, seja por laços afetivos e/ou de solidariedade”. Para Miotto (1997 *apud* CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2011, p. 3), “estamos diante de uma família quando encontramos um espaço constituído de pessoas que se empenhem uma com as outras, de modo contínuo, estável e não-casual”.

Trata-se de uma visão ampliada e atual de família, posto que as pessoas que convivem em uma ligação afetiva duradoura podem ser um homem e uma mulher e seus filhos biológicos, mas também um casal constituído por pessoas do mesmo sexo, ou apenas a mulher com seus filhos legítimos ou adotados, ou outra infinidade de arranjos. (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2011, p. 3).

Outro conceito de extrema relevância a ser considerado no estudo é o de vulnerabilidade social. A Pnas demonstrou em seu texto que a vulnerabilidade social é expressa por diferentes situações que podem acometer os sujeitos em seus contextos de vida. Sua concepção não se restringe à ausência ou precariedade no acesso à renda. Está atrelada, também, às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos. Concordando com Musial e Marcolino-Galli (2019), é possível perceber que, na Pnas, o termo vulnerabilidade é tratado como sinônimo de risco.

Desse modo, tendo como parâmetro essa definição de família e também que a vulnerabilidade social se manifesta por meio de diversas características, no estudo socioeconômico são abrangidos elementos que vão além da análise da renda per capita familiar, que são contemplados e pontuados no referido “Quadro de análise

socioeconômica” (barema). São eles: origem escolar; situação de trabalho; doença do estudante que impacta na dinâmica familiar; doença em pessoa da família que impacta na dinâmica familiar; estudante com deficiência que impacta na dinâmica familiar; pessoa da família com deficiência que impacta na dinâmica familiar; zona de residência; moradia de origem; meio de transporte necessário para o deslocamento; participação em programas sociais; se possui idoso com 60 anos ou mais na família; fragilização de vínculos afetivos familiares; se possui gestante na família; e informações adicionais, referentes a aspectos de vulnerabilidade social não contemplados nos itens predefinidos.

Para o preenchimento do “barema”, retomamos à avaliação da documentação entregue no momento de inscrição no processo seletivo, bem como consideramos questões abordadas na entrevista. Nesse sentido, a entrevista social pode se constituir como uma etapa fundamental do processo de análise socioeconômica, podendo, ainda, ser complementada por outros instrumentos, a exemplo da visita domiciliar.

Lewgoy e Silveira (2007, p. 235) consideram a entrevista como “um dos instrumentos que possibilita a tomada de consciência pelos assistentes sociais das relações e interações que se estabelecem entre a realidade e os sujeitos sendo eles individuais ou coletivos”.

Para Lavoratti (2016), por meio dela é possível

[...] realizar uma escuta qualificada e estabelecer uma relação dialógica intencional com o usuário, através da qual se busca conhecer a realidade social, econômica, cultural e política onde este está inserido e que incide direta ou indiretamente sobre as suas demandas. (LAVORATTI, 2016, p. 82).

Importa destacar que nas questões que envolvem uma análise subjetiva, obviamente, não é possível estabelecer um padrão a se

considerar no “Quadro de análise socioeconômica”, uma vez que ela requer a habilidade profissional para a interpretação da realidade e isso pode ser influenciado por diversos fatores. Contudo, é fundamental que essa interpretação seja carregada de criticidade, pois

[...] a crítica acompanha a ética e o projeto político da profissão, e no compasso que estes se dirigem à construção de uma sociedade assentada na justiça social, na igualdade de direitos e na luta por cidadania, **ser crítico é condição ocupacional do Serviço Social.** (AMARO, 2017, p. 100, grifo da autora).

Além disso, diante da complexidade de questões e da apresentação das demandas institucionais – que não são estáticas –, o “barema” não é um instrumento pronto e acabado, sendo necessário que seja constantemente revisitado e reavaliado pela categoria profissional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Assistência Estudantil do IF Baiano determina o desenvolvimento de ações que busquem contribuir para o acesso, permanência e êxito na instituição. Um dos programas dessa política é o Paise, que tem como características ser focalizado e seletivo. Nesse sentido, o público-alvo do programa são os estudantes com renda per capita de até um salário-mínimo e meio, os quais estão aptos a pleitear os auxílios financeiros ofertados.

Ao se candidatar ao recebimento desse apoio pecuniário, os estudantes participam de um processo seletivo constituído de diversas etapas. Essa seleção é composta por elementos complexos e realizada pelos(as) profissionais de Serviço Social, os(as) quais realizam o estudo socioeconômico. Após essa avaliação são contemplados aqueles que apresentam um maior grau de vulnerabilidade social,

determinado pelo “Quadro de análise socioeconômica”, que é um instrumento técnico-operativo desenvolvido pela categoria.

Neste breve estudo abordamos como se dá esse processo, bem como buscamos apontar alguns desafios profissionais encontrados ao desenvolver uma ação institucional que inclui e exclui discentes pelos mesmos meios. Nesse sentido, buscamos o conhecimento teórico-crítico com vistas a desvendar o que se esconde por trás do ato seletivo e a evitar a banalização da ideia de que selecionar é “natural” (PITARELLO, 2013).

Contudo, se a avaliação socioeconômica para fins de seleção é algo contraditório, nem por isso deixa de apresentar possibilidades para o desenvolvimento do que determina o projeto ético-político do Serviço Social. É mediante esse estudo que conhecemos a realidade social do estudante e podemos realizar, também, ações que ultrapassem a seleção socioeconômica.

Para isso, é imprescindível que o(a) assistente social direcione as suas ações tendo como base um sólido embasamento teórico-metodológico, o qual dê conta de pensar o estudante em sua totalidade. Além disso, deve se ancorar nos princípios éticos do Serviço Social, tais como: a defesa intransigente dos Direitos Humanos e a defesa da democratização do acesso aos programas e às políticas sociais, com vistas à justiça social (BRASIL, 2012).

TERMO RESPONSABILIDADE DE AUTORIA

As informações contidas neste capítulo são de inteira responsabilidade de suas autoras. As opiniões nele emitidas não representam pontos de vista da Comissão Organizadora e Científica.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas fundamentos, processos e desafios**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

BOSCHETTI, Ivanete; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. **Seletividade e focalização da política de assistência social no Brasil**. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL. 2003. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-081.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei n.º 8.662/93, de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. **Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. **Sistematização e análise de registros da opinião técnica emitida pela/o assistente social em relatórios, laudos e pareceres, objeto de denúncias éticas presentes em recursos disciplinares julgados pelo CFESS**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/registros-opinioao-tecnica.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. A centralidade da família nas políticas sociais de atenção básica: qual projeto e direção do trabalho social com famílias? In: **Jornada internacional de políticas públicas**, Maranhão/UFMA, 2011. Disponível

em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/A_CENTRALIDADE_DA_FAMILIA_NAS_POLITICAS_SOCIAIS_DE_ATENCAO_BASICA_QUAL_PROJETO_E_DIRECAO.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101. jan./mar. 2010.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, 2009. p. 701-717.

IF BAIANO. **Política de Assistência Estudantil IF Baiano**. Salvador, 2011. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/estudante/wp-content/uploads/sites/6/2016/03/Politica-de-Assist%C3%Aancia-Estudantil-aprovada-ad-referendum-03052013.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

IF BAIANO. **Resolução CONSUP n.º 1, de 29 de janeiro de 2019**. Institui a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano. Salvador: IF Baiano/Consup, 2019. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/ensino/wp-content/uploads/sites/2/2016/03/Pol%C3%ADtica-de-Assist%C3%Aancia-Estudantil-29.01.2019.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

LAVORATI, Cleide. A entrevista no Serviço Social: características, usos e significados. *In*: LAVORATI, Cleide; COSTA, Dorival (orgs.). **Instrumentos Técnicos Operativos no Serviço Social**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

LEWGOY, Alzira Maria B.; SILVEIRA, Esalva Carvalho. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6 n. 2, p. 233-251, jul./dez. 2007.

MIOTO, R. C. de T. Estudos socioeconômicos. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) (org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

MUSIAL, Denis Cezar; MARCOLINO-GALLI, Juliana Ferreira. Vulnerabilidade e risco: apontamentos teóricos e aplicabilidade na Política Nacional de Assistência Social. **O Social em Questão**, ano XXII, n. 44, maio/ago. 2019.

PAVÃO, Ana Paula de Araújo Ramos; GRACIANO, Maria Ines Gandara; BLATTNER, Soraia Helena Bomfim. Os indicadores de estudo sócio econômico na construção do relatório social no Hospital de reabilitação de anomalias cranio faciais. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 183-216, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634963>. Acesso em: 08 nov. 2020.

PITARELLO, Marli. **Seleção socioeconômica**: legitimação da desigualdade social na sociedade capitalista – Um estudo dos fundamentos sócio-históricos de sua operação na política social e no Serviço Social. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC-SP, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17625>. Acesso em: 25 set. 2020.

CAPÍTULO 3

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ESPAÇOS DE FORMAÇÃO

Leonízia de Jesus Sena de Almeida

1. INTRODUÇÃO

A proposta aqui apresentada centraliza a atuação da Coordenação pedagógica no desenvolvimento de atividades voltadas para o acompanhamento e desenvolvimento de alunos com dificuldades de aprendizagem nas turmas do primeiro ano do curso técnico integrado ao ensino médio em Agroindústria, do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia (IF Baiano) – Campus Governador Mangabeira. Para alcançar esse objetivo foram utilizadas práticas pedagógicas, quais sejam: mapeamento de saberes, orientação de estudo, planejamento das ações de estudo, acompanhamento pedagógico individual e/ou grupo, entre outras ações referentes ao desenvolvimento discente.

Antes de tratar especificamente do fazer pedagógico nesse espaço de conhecimento, procurarei relatar brevemente sobre o percurso construído ao longo da minha vida acadêmica a partir da afirmação de Nogueira *et al.* (2008, p. 182), “o memorial não é apenas uma narrativa de acontecimentos importantes, mas um texto reflexivo sobre esses acontecimentos”. Para o autor, esses acontecimentos têm consequências, por isso e, como instrumento de produção de dados, revelou-se um dispositivo valioso para compreender os processos formativos. Assim, minhas trajetórias pessoal, de formação e profissional tiveram uma importante contribuição na escolha do

presente objeto de estudo e do método para estudá-lo, e foram papel fundamental no desenvolvimento do estudo.

Enquanto professora, diretora e coordenadora pedagógica desde 1997, atuar da educação infantil ao ensino médio, em escolas públicas e privadas nos municípios de Cachoeira, Maragogipe e São Félix, oportunizou-me vivenciar práticas pedagógicas desafiadoras, possibilitando o desenvolvimento da ação pedagógica nesses espaços de formação. Assim, buscar compreender a necessidade do aluno, entendendo a importância de construir um espaço onde eles possam expressar o que pensam e sentem, permitiu momentos de reflexão sobre a ação e contribuiu para a construção de métodos pedagógicos importantes para atender às necessidades deles. A partir dessa compreensão, conhecer a proposta curricular que norteava os processos educativos no espaço onde me encontrava e atuava motivou-me a entender sobre o fazer pedagógico para aquele momento.

As recentes reformas educacionais percebidas em diferentes países do mundo ocidental são marcadas por mudanças na organização curricular, e estudos mostram que os documentos até aqui produzidos apontam possíveis transformações nas formas de abordagem de conteúdos, que são modificados na prática. Essas mudanças estão vinculadas às necessidades de formação de habilidades e competências, que se tornam, cada vez mais, condição para atuar na nova sociedade, que se materializa cada vez mais exigente no processo de formação do educando.

Os institutos federais, assim como qualquer outra instituição de ensino, possuem especificidades em sua concepção curricular e, no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades, existem algumas situações pontuais em seu currículo, como: excesso de disciplinas, dificuldades em encontrar tempo para desenvolver as atividades, excesso de conteúdos além da organização das aulas que apresenta um gargalo na realização do planejamento acadêmico. O resultado dessa situação desencadeia uma série de entraves relacionados ao desenvolvimento do educando. Essa realidade trouxe a motivação em desenvolver um trabalho de intensificação do assessoramento

pedagógico para colocar em prática o que preconiza o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI).

No primeiro momento, por entender as dificuldades de alunos iniciantes, realizei a proposta de assessoramento com o curso de Agroindústria, justificada pela aproximação das discussões que desenvolvi com docentes durante as reuniões pedagógicas, momentos de socialização das práticas realizadas durante o processo, como projetos de extensão, envolvendo a comunidade interna e externa; acompanhamento pedagógico com discentes, em que existia a oportunidade de dialogar sobre a filosofia do curso e orientação de estudos, tanto com as disciplinas da base comum quanto com as disciplinas do núcleo tecnológico. Enquanto pedagoga, desenvolvi a sensibilidade da escuta dos sujeitos nos espaços da instituição; compreendendo que ouvir o outro é um exercício que prioriza aspectos determinantes de aproximação entre educando e educador, visando diminuir as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem. A prática da escuta torna sensível o desenvolvimento de todas as áreas da vida e, conseqüentemente, torna-se uma importante aliada para o trabalho pedagógico.

É nesse contexto que entra a ação do pedagogo, entendido como:

O profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista, objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. (LIBÂNEO, 2001a, p. 44)

E que para Kuenzer (2000, p. 15) “retrata um profissional polivalente, aquele que desempenha diferentes tarefas usando conhecimentos distintos”, atuando nas questões de assegurar um bom desenvolvimento aos discentes referentes às questões de aprendizagem. Esse profissional ocupa um espaço amplo na unidade de ensino,

tornando-se um ponto de apoio às demais funções da escola, ainda infelizmente não reconhecido por uma grande parte dentro da sua competência, e acaba muitas vezes sendo influenciado pela prática do imediatismo, apagando conflitos emergenciais dentro do ambiente educativo “ao sabor das circunstâncias, as ações são improvisadas, os resultados não são avaliados” (LIBÂNEO, 2007, p. 149).

Vasconcellos (2002, p. 86-87) chama atenção para a descaracterização da função do pedagogo e descreve como definições negativas do papel:

[...] não é (ou não deveria ser): não é fiscal de professor, não é dedo duro (que entrega os professores para a direção ou mantenedora), não é pombo correio (que leva recado da direção para os professores e dos professores para a direção), não é coringa/tarefeiro/quebra galho/salva-vidas (ajudante de direção, auxiliar de secretaria, enfermeiro, assistente social, etc.), não é tapa buraco (que fica ‘toureando’ os alunos em sala de aula no caso de falta de professor), não é burocrata (que fica às voltas com relatórios e mais relatórios, gráficos, estatísticas sem sentido, mandando um monte de papéis para os professores preencherem – escola de ‘papel’), não é de gabinete (que está longe da prática e dos desafios efetivos dos educadores), não é dicário (que tem dicas e soluções para todos os problemas, uma espécie de fonte inesgotável de técnicas, receitas), não é generalista (que entende quase nada de quase tudo).

Pode-se depreender da fala do autor uma necessidade de reafirmar a importância do papel do pedagogo, tendo como competência o conhecimento de todas as funções que são exercidas na

escola e também habilidades para direcionar as ações, assumindo com responsabilidade a sua área ou função específica. Assim, esse profissional não será o polivalente, cumpridor de tarefas alheias à sua função, mas desenvolverá um trabalho pertinente as habilidades pedagógicas. Dessa forma, foram listados, no primeiro momento do fazer pedagógico, os objetivos: identificar as dificuldades que eles apresentam no início das atividades letivas, assim como criar mecanismos pedagógicos para ajudar no desenvolvimento dos estudos e, conseqüentemente, para a formação do técnico em agroindústria; e, por fim, minimizar os impactos na evasão das turmas.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

2.1. Instituto Federal: lócus de formação Integral

Na proposta dos institutos federais – agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho –, o que se propõe é uma formação contextualizada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos (PPP, 2015). Para isso, vale ressaltar que a escola tem uma função social de promover um trabalho pedagógico comprometido com o ser humano e também com a sociedade que ele quer, lembrando que esta, por ser um espaço privilegiado para trabalhar o conhecimento, não pode ter um saber fechado, ou seja, é necessário compreender as vicissitudes dos atores que adentram nesses espaços, com suas especificidades, culturas e saberes não sistematizados, mas que possibilita a formação de um ser em sua totalidade. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos institutos federais. Segundo Pacheco (2011, p. 8):

[...] A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque

não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

Para o autor, para esse projeto pedagógico ter êxito é preciso estar articulado tanto com os organismos governamentais quanto com a sociedade civil, de forma que se estabeleça uma relação dialética em que todos são ou nos transformamos em educandos e educadores.

Estrategicamente, a maioria dos campi (14 atualmente) localiza-se na zona rural, entretanto, o campus Governador Mangabeira, localizado no Recôncavo Baiano, recebe estudantes oriundos tanto da zona urbana quanto da zona rural, que chegam ao Instituto com o objetivo de ter uma formação de qualidade para posterior avanço acadêmico ou até mesmo uma profissionalização, ou seja, a possibilidade de fixação desses profissionais em suas cidades de origem, garantindo-lhes uma formação acadêmica sintonizada com as vocações territoriais (PDI, 2015-2019). Essa informação tem o caráter relevante para a comunidade interna e externa do IF Baiano, além de ser um importante dado para estruturar os encaminhamentos pedagógicos dentro do processo.

Atentando para essa perspectiva, Pacheco (2011, p. 8) afirma que

[...] a educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social.

Compreende-se, então, a partir da visão do autor, que devem ser afirmadas práticas de transformação escolar com o objetivo de construir diferentes propostas que apontem os elementos do novo mundo possível.

[...] nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso [...] significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. (PACHECO, 2011, p. 11).

A escolha do curso Técnico de Agroindústria para o desenvolvimento do fazer pedagógico se deu por se tratar de uma temática de estudo que considero importante nas dimensões territoriais em que o campus está inserido. A proposta do curso “justifica-se ainda pelo número de agroindústrias existentes no Estado da Bahia, dentre as quais citamos os laticínios, entrepostos de carnes, ovos e pescado, fábricas de conserva e abatedouros” segundo projeto pedagógico de curso.

Diante do exposto, é notória a importância do curso Técnico em Agroindústria, pois prepara um público capacitado para atender às demandas de produção a partir do aprendizado de competências e habilidades em sua formação.

2.2. Histórico do público atendido

Em meio a um leque de oportunidades supramencionadas, é aparente o grau de dificuldades que os alunos demonstram ao serem inseridos no ensino médio integrado do IF Baiano: no primeiro momento, eles chegam com a perspectiva de terem uma formação de qualidade no ensino médio técnico. Porém, ao longo do processo,

esses alunos demonstram grandes dificuldades em acompanhar a dinâmica do curso, enfrentando desafios que vão desde a organização do desenho curricular até a estrutura de desenvolvimento das aulas.

A partir da experiência como pedagoga e durante análise no desenvolvimento da assessoria pedagógica, nota-se que os alunos chegam ao instituto não só com dificuldades nos conhecimentos básicos, mas com muitas dificuldades em acompanhar o desenho curricular do ensino médio integrado proposto, por se tratar de estudar os dois turnos, dificultando a permanência de alguns jovens no curso ofertado, crescendo a cada ano o índice de evasão e repetência.

É importante ressaltar que o desenho curricular do curso integrado é motivo de intensas discussões entre professores, alunos e gestores, pois é composto por dezenove disciplinas, distribuídas em aulas de segunda-feira a sábado, esvaziando o tempo para o desenvolvimento de outras atividades importantes que auxiliam na construção do tripé ensino/pesquisa/extensão (PPC, 2015).

Para Sacristán (2000, p. 16), “o currículo é uma prática que estabelece o diálogo entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam”. Como é um público jovem oriundo de famílias de baixa renda que está nesses espaços de formação, o extenso número de componentes curriculares que compõem a matriz curricular traz um desconforto no processo ensino-aprendizagem, pois não existe uma integração e, sim, a sobreposição de conteúdos em alguns componentes curriculares, tornando o modelo engessado e dificultando a aprendizagem.

Moreira e Silva (2000, p. 5) nos mostram que “nas escolas não se aprendem apenas conteúdos sobre o mundo natural e social; adquire-se também consciência, [...] que comandam relações e comportamentos sociais”. Tais comportamentos estão inextricavelmente envolvidos naquilo que somos ou mesmo naquilo que nos tornamos entendidos a partir da nossa identidade ou subjetividade, e tudo isso não pode ser desconsiderado no processo de aprender visto que a busca por práticas educativas que tragam respostas aos sujeitos na

dimensão da sua formação tem se tornado, na perspectiva pedagógica, um desafio constante.

Com tantas inovações e busca por propostas interessantes é que desenvolvi uma metodologia para agir com os alunos que apresentavam dificuldades nos estudos, que será dissertada no próximo tópico.

2.3 Prática pedagógica: o caminho se faz caminhando

A organização didático-pedagógica no campus traz um modelo das escolas agrotécnicas em que o curso é em tempo integral, com aulas pela manhã e tarde, mesclando as disciplinas propedêuticas e técnicas. Para o ensino médio, o período é anual e, para o técnico, é semestral, o que implica completamente na forma de organização dos conteúdos e nas ementas. Dessa forma, pensar em uma organização do trabalho pedagógico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano que possibilite a vivência e o diálogo entre as várias áreas de conhecimento é compreender o que significa o papel de cada elemento que está envolvido no processo de construção da proposta curricular – como disciplinas, conteúdos, métodos avaliativos, entre outros. Para minimizar os impactos dessa proposta de ensino, existem orientações na Organização Didática (documento balizador da proposta pedagógica).

É a partir dessa narrativa que destaco a pedagogia como profissão, ainda que compreendida por muitos como um profissional que fiscaliza, complica ou até mesmo dificulta o processo no espaço da escola, e passa a exercer um trabalho relevante na organização escolar e outros na relação com a sociedade, levando em consideração os pontos fundamentais no chão da escola.

É a práxis pedagógica que se configura com a mediação com o outro, entendendo que é esse outro que permite ser trabalhado em suas possibilidades. Para Kosik (1995, p. 222), a práxis é a esfera do ser humano, portanto, não é uma atividade prática contraposta

à teoria; ainda, a práxis “é determinação da existência como elaboração da realidade”.

Durante o acompanhamento das turmas ao longo do meu trabalho pedagógico no ano de 2017, pude observar as constantes queixas de alunos em relação às dificuldades durante as aulas. No entanto, foi durante o primeiro conselho de classe da unidade do ciclo de atividades que fui percebendo essas dificuldades relatadas nas falas de alguns docentes das turmas, que pontuaram um número expressivo de alunos que necessitavam de acompanhamento pedagógico direcionado.

A partir dos relatos e situação de urgência para minimizar os impactos na aprendizagem e, conseqüentemente, melhorar as condições de permanência e êxito dos referidos alunos, iniciei a intervenção realizando a aplicação de questionário com os alunos mencionados no conselho, com o propósito de entender quais as dificuldades nesse processo. Gil (1999, p. 128) define o questionário como:

[...] a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões, apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas.

No primeiro momento foram analisadas as respostas do questionário, sendo que no universo de 16 alunos com dificuldades de aprendizagem, 13 apresentaram condições semelhantes como: falta de compreensão e interpretação textual, medo de disciplinas que envolviam cálculo, pouco tempo para realizar as atividades de casa, cansaço devido à rotina semanal de estudo e também a reclamação no número de disciplinas.

No segundo momento de intervenção, busquei colaboração com alguns docentes para utilizar minutos finais de suas aulas e

realizar visitas nas salas. Assim, pude realizar a escuta necessária para montar estratégias para ajudar esses alunos a se sentirem pertencentes no processo educativo.

No terceiro momento, ao realizar os atendimentos individuais, orientei-os a procurarem leituras prazerosas, começando com literaturas dentro do seu universo de interesses. Também foram dadas indicações de leitura por meio dos docentes e do pedagógico, realizando empréstimos de livros dentro da proposta juvenil. Esse momento foi objetivado para desenvolver o hábito da leitura partindo das mais prazerosas para as mais complexas, dentro dos conteúdos abordados em sala de aula. Toda prática social tem uma consequência e a leitura, como prática, não fica fora dessa concepção. Uma das consequências da leitura é ampliar os conhecimentos de mundo de maneira simultânea, sem que seja preciso uma abordagem tradicional da leitura. Sobe isso, Braga e Silvestre (2002, p. 20) pontuam que:

Para formar um leitor e um produtor de textos competente e autônomo, capaz de compreender e interpretar aquilo que lê, construir significados e transformá-los em palavras, exige-se do professor uma intervenção adequada, contínua e explícita durante toda a vida escolar do aluno e essa intervenção deve ocorrer de forma coerente e sistemática antes, durante e depois das atividades de leitura.

Cada semana tínhamos novidades, pois os alunos, além de lerem, os livros, realizavam o resumo falado de cada obra lida. Na organização da rotina de estudo, a orientação foi construir uma ficha de estudo individual, obedecendo à dinâmica de cada aluno, organizando a intensificação dos estudos a partir da complexidade das disciplinas. Para essa ação, os alunos compareciam uma vez por semana no setor pedagógico para averiguação dos avanços ou dificuldades em desenvolver a atividade proposta.

Cada estratégia pensada para desenvolvimento do aluno envolvia um esforço para realização, no entanto, ao ser realizada, surtia um efeito compensador, pois desenvolver o hábito da leitura abre caminhos para resolução dos demais problemas e criar o hábito do relato de cada leitura trouxe qualidades como: segurança, autoestima elevada e desenvolvimento do pensamento crítico. Para diminuir a fragilidade que os alunos tinham em relação ao tempo de estudo, que dificultava a realização das atividades de casa, a sugestão dada e colocada em prática foi aproveitar os intervalos das aulas vagas para realizarem visitas à biblioteca do campus e dar continuidade à realização das atividades, além de agendar horários com os docentes no sentido de realizar os atendimentos com os alunos.

Planejar ações coerentes para o desenvolvimento do educando se torna prioridade na atuação pedagógica, visto que dentro desse campo nem tudo sai como o planejado. Mesmo com a atuação pedagógica perto do aluno, infelizmente existem situações no campo da particularidade que não dependem do esforço que cada um faz para melhorar. Nessa perspectiva, é necessário compreender o tempo e a necessidade de cada aluno no processo de construção de conhecimento. Todas as práticas utilizadas no desenvolvimento das ações pedagógicas não estavam sozinhas e, sim, acompanhadas por teorias de desenvolvimento da aprendizagem. Infelizmente, por mais planejamento que se tenha, algo pode não funcionar nesse percurso formativo. “Quando se deixa de considerar o lado existencial, a práxis se perde como significado e permite ser utilizada como manipulação” (FRANCO, 2001). Chamo atenção para isso, pois houve os casos de dois alunos que desistiram no meio do caminho, ainda que apresentando resultados satisfatórios.

Outra ação para fortalecer o trabalho pedagógico foi trazer a família para dentro da escola, entendendo a importância dessa parceria no sentido de conscientizar os pais dos avanços e/ou dificuldades dos filhos por meio de reuniões ou encontros individuais visando ao acompanhamento de todas as ações realizadas na escola. Essa ação foi considerada muito importante do ponto de vista pedagógico, visto que possibilitou compreender tipos de dificuldades apresentadas

pelos alunos como: relacionamentos interpessoais, agressividade, isolamento, falta de atenção entre outras, que foram na medida do possível resolvidas com intervenções pedagógicas ou encaminhadas para intervenção da equipe multidisciplinar do campus.

Na dinâmica de reunião de pais foram dadas todas as instruções referentes à parceria família-escola, e para os alunos em atendimento pedagógico especializado, a proposta perpassou pelo acompanhamento de perto com os familiares, aceitando convites para visitarem o Instituto quando convocado ou ficando à vontade para a realização das visitas em tempo oportuno. Nessa dinâmica, muitos pais agradeceram o acompanhamento pedagógico realizado e ficaram inteirados com toda situação de desenvolvimento acadêmico dos filhos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para cada ação existe uma reação. Nesse contexto, existiram diversas reações ao longo do trabalho pedagógico, permitindo a participação de outros profissionais, estabelecendo parcerias juntos aos alunos, no desenvolvimento e realização das atividades, como: psicólogo, assistentes de alunos, nutricionista, enfermeira, entre outros, além da participação de docentes e coordenadores de curso. O acompanhamento estruturado ao longo dos meses gerou resultados do ponto de vista pedagógico, assim como garantiu aos estudantes a valorização do seu desenvolvimento enquanto ser social, crítico e participativo nesse processo. Esses resultados foram desenhando-se gradativamente ao longo dos meses, por intermédio das mudanças relacionadas à participação nas aulas, ao interesse pelas disciplinas e à preocupação em desenvolver as atividades.

O aprendizado aliado ao cuidado com o aluno e o apoio emocional são fundamentais para o seu bem-estar integral. É importante ressaltar que até o momento, as questões aqui relatadas, perpassam pela forma qualitativa de desenvolvimento da aprendizagem, pois com um bom acompanhamento é possível obter uma organização

melhor nos estudos, dependendo de sua dificuldade. Assim, o aluno pode conquistar um melhor desempenho e, conseqüentemente, gerar resultados expressivos.

Uma questão crucial para respaldar o fazer pedagógico no percurso desses atendimentos foi entender que cada aluno tinha uma especificidade na dinâmica do aprendizado. Por exemplo, algumas técnicas de leitura utilizadas com uns não necessariamente poderiam ser utilizadas com outros. Porém, dependendo das dificuldades encontradas no caminho é importante não pular etapas, compreendendo que existem lacunas que necessitam ser preenchidas para dar continuidade à evolução proposta. Na verdade, todas as propostas de apoio à aprendizagem dos alunos tiveram avanços e retrocessos. Tais práticas, por mais planejadas que sejam, são imprevisíveis porque nelas “nem a teoria, nem a prática tem anterioridade, cada uma modifica e revisa continuamente a outra” (CARR, 1996, p. 101).

Apresentaremos nesse espaço as respostas tabuladas que geraram os resultados a partir da análise do comportamento antes do acompanhamento pedagógico e após o assessoramento junto aos alunos. Diante de toda dinâmica desenvolvida para dar suporte pedagógico aos alunos com dificuldades de aprendizagem, pode-se verificar uma semelhança de pensamentos, independentemente das condições socioculturais dos alunos envolvidos na ação pedagógica. Embora com condições semelhantes de dificuldades, esses se mostraram fortes do ponto de vista de acreditar na melhoria do aprendizado. Foi surpreendente observar as semelhanças nas identificações e nas significações que deram para alguns valores presentes em suas vidas. E chamou atenção o nível de entendimento que eles têm em relação ao espaço que eles ocupam na sociedade a partir do chão da escola, onde realizam leituras dos atores que compõem o processo de ensino e aprendizagem, como: docentes, técnicos e coordenações, assim como mostram uma visão crítica da organização curricular, fator primordial para o seu desenvolvimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da prática pedagógica possibilitou uma análise de como o efetivo trabalho pedagógico muda circunstâncias quando praticado com responsabilidade nos espaços educativos, particularmente no Curso Técnico de Agroindústria do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano (IF Baiano), Campus Governador Mangabeira.

O aprimoramento de instrumentos metodológicos para subsidiar essas ações esteve na tessitura do estudo, assim como toda atenção voltada para o desenvolvimento do aluno possibilitando uma formação pautada no planejamento de ações que os tornam cidadãos críticos.

Nesse processo, foi imprescindível buscar elementos metodológicos e influências teóricas para organizar uma estrutura mínima visando atender a assessoria das atividades propostas no currículo integrado. Assim, pensamos em uma reorganização de práticas pedagógicas, que resultou na formação de parcerias e na colaboração de todos os atores envolvidos no processo educacional, na tentativa de minimizar os problemas inerentes a esse modelo de currículo.

As observações realizadas durante as reuniões pedagógicas favoreceram a aproximação com os docentes, com o propósito de entender como esses profissionais realizam suas atividades para desenvolverem um trabalho que não atenda somente a perspectiva de formação para o futuro técnico ou acadêmico, pensando acerca do real entendimento da formação que o jovem estudante necessita para atender aos objetivos que estão postos nesta proposta curricular.

A partir de várias leituras sobre a proposta pedagógica do curso e visando auxiliar os docentes e discentes nas práticas cotidianas, foi preciso conhecer o que é, de fato, como se aplica, quais os objetivos que ela oferece e qual a concepção de ser humano que ela traz em sua proposta. E ao me debruçar sobre o tema, encontrei algumas respostas para os meus questionamentos, visto que o

currículo integrado é uma proposta de ensino que considero nova, no sentido de conhecê-la há pouco mais de nove anos.

Todo o caminho percorrido no processo de assessoramento pedagógico no lócus educativo foi e sempre será uma prática desafiadora. Vale salientar que todas as limitações apresentadas até aqui estão vinculadas diretamente à compreensão e à execução dessa proposta no contexto da organização curricular.

O que fica registrado é que mesmo diante de certas adversidades pontuadas ao longo deste estudo, é nesse espaço de conhecimento que delimitamos um território vasto de estudos e observações para pensar caminhos possíveis para melhorias. Ou seja, um olhar mais de perto na construção do conhecimento discente, pois, nesse processo, é necessário ter a sensibilidade de saber que esses alunos trazem, em sua construção social, hábitos, anseios, perspectivas e expectativas de serem orientados dentro das dificuldades que se desenham no percurso formativo.

Em suma, toda proposta aqui apresentada mostra a importância do fazer pedagógico dentro do ambiente educativo, mesmo visto em alguns espaços como desnecessário, o trabalho da assessoria pedagógica é indispensável na construção e contribuição da prática educativa no sentido de orientar, compreender e criar caminhos de aprendizagem.

TERMO RESPONSABILIDADE DE AUTORIA

As informações contidas neste capítulo são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es). As opiniões nele emitidas não representam pontos de vista da Comissão Organizadora e Científica.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Regina Maria; SILVESTRE, Maria de Fátima Barros. **Construindo o leitor competente**: atividades de leitura interativa para a sala de aula. São Paulo: Peirópolis, 2002.

CARR, Wilfred. **Una teoría para la educación**: hacia una investigación educativa crítica. Madrid: Morata, 1996.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **A pedagogia como ciência da educação**: entre práxis e epistemologia. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, USP - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KÜNZER, Acácia Zeneida. O ensino médio agora é para vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Ed. Soc.**, v. 21, n. 70, p. 15-39, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001a.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomás Tadeu da. (org.). **Curriculo, cultura e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NOGEIRA, Eliane Greice Davanço; *et. al.* A escrita de memoriais a favor da pesquisa e da formação. *In*: SOUZA, Elizeu Clementino de; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (org.). **Histórias de vida e formação de professores**. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2008.

PACHECO, Eliezer. **Bases para uma política nacional de EPT**. 2011.

Plano de Desenvolvimento Institucional. 2015-2019. Salvador: IF Baiano, 2015.

PACHECO, Eliezer. **Projeto Pedagógico do Curso técnico em Agroindústria Integrado**. Governador Mangabeira, Ba, [Salvador], 2015.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CAPÍTULO 4

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA

Neide Pinto dos Santos

Cleidiane Mauricio dos Santos

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo surge da necessidade de análise dos desafios e perspectivas relacionadas à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), na Educação Básica Técnica e Tecnológica, visto que a sua efetivação, apesar de assegurada na Política de 2008 e no Decreto n.º 6.571 de 2008, que foi revogado pelo Decreto n.º 7.611/2011, ainda não está em todas as escolas brasileiras, bem como são poucos os estudos que avaliam o impacto sobre o aprendizado dos estudantes que recebem esse atendimento. Também é importante ressaltar que esse serviço é de suma importância para favorecer a inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas.

A inclusão escolar foi tema de conferências internacionais, a exemplo da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada no ano de 1990, em Jomtien (Tailândia), e da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em Salamanca (Espanha), assim como tem crescido nos dias atuais a tematização, por vezes contraditórias, no âmbito educacional, político e social das

questões inclusivas, principalmente as discussões recentes acirradas pela nova Política de Educação Especial publicada pelo Decreto n.º 10.052/2020, que traz uma versão bastante criticada por defensores e pesquisadores da área.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela 61ª Assembleia Geral da ONU, em dezembro de 2006, tem como base o modelo social de interpretação da deficiência, ressaltando que as limitações funcionais impostas pelo ambiente físico e social precisam refletir de forma a superar o viés patologizante das condições individuais dos sujeitos. Vale ressaltar que a Convenção foi recepcionada pelo direito brasileiro com status de emenda constitucional, haja vista que teve aprovação por quórum qualificado pelo Congresso Nacional, atendendo à previsão legal disposta na Carta Magna, em seu art. 5º, §3º. Assim, foi publicado o Decreto Legislativo n.º 186/2008, cuja ratificação presidencial ocorreu em 2009, por meio da promulgação do Decreto Executivo n.º 6.949/2009, cujos efeitos passaram a refletir em todo o nosso ordenamento jurídico.

Outros textos legais marcam a trajetória de luta da educação especial e educação inclusiva, a exemplo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 07 de janeiro de 2008 (BRASIL, 2008); a Nota Técnica n.º 11, de 07 de maio de 2010, que traz orientações para a institucionalização da oferta do AEE em salas de recursos multifuncionais, implantadas nas escolas regulares (BRASIL, 2010); o Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011, que discorre sobre a educação especial, o AEE e dá outras providências (BRASIL, 2011); a Lei n.º 12.796, de 04 de abril de 2013, que alterou a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, delimitando o público-alvo da Educação Especial (BRASIL, 2013); a Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), a qual instituiu o Plano Nacional de Educação; a Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), a qual instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esses documentos constituem marcos legais e históricos

que norteiam políticas educacionais e práticas que visam à inclusão escolar dos sujeitos que constituem o público da educação especial.

A educação especial consiste em um tipo de educação de natureza transversal que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e ganha notoriedade a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008), bem como é também destaque nessa política a definição do público da educação especial, a inclusão desse público na sala comum e a oferta do AEE de forma a complementar ou suplementar à formação discente por meio de professores especializados, recursos e espaços que atendam às necessidades específicas dos estudantes.

A partir da compreensão de que o AEE constitui um importante serviço que colabora com o processo de inclusão escolar, este capítulo, com base em documentos oficiais, legislação e estudos sobre educação especial e inclusão escolar buscou analisar os desafios e possibilidades relacionadas ao AEE ofertado na Educação Básica Técnica e Tecnológica.

O presente capítulo, além desta introdução, será apresentado em três seções: a primeira seção apresentará o percurso metodológico. A segunda versará sobre o AEE nos documentos oficiais. A terceira seção apresentará os principais achados que versam sobre o AEE a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Após a apresentação das seções seguem as considerações finais e referências.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo com abordagem qualitativa buscou analisar os desafios e perspectivas sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) por meio da revisão bibliográfica sobre o tema em articulação com alguns documentos oficiais, legislação vigente e estudos sobre educação especial e inclusão escolar, a partir de autores de obras fundamentais. Foram realizadas três etapas para construção deste capítulo. Inicialmente, a revisão bibliográfica sobre a temática AEE. Em seguida foi realizado um levantamento

dos documentos oficiais que respaldam a inclusão escolar e o AEE. Finalizadas as etapas, foi realizado o procedimento de análise de dados e a redação final.

Baseamo-nos nos seguintes documentos oficiais para fundamentar as discussões relacionadas à inclusão escolar e o AEE: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (UNESCO, 1990); a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994); a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988); o Decreto Legislativo n.º 186 (BRASIL, 2008) e o Decreto Executivo n.º 6.949 (BRASIL, 2009), que aprovam e promulgam, respectivamente, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei n.º 9.394 (BRASIL, 1996); o Decreto n.º 6.253 (BRASIL, 2007), que passou a admitir a possibilidade da dupla matrícula (ensino comum e AEE); o Decreto n.º 7.611 (BRASIL, 2011), que revogou o Decreto n.º 6.571 (BRASIL, 2008) e dispõe sobre a educação especial, o AEE e dá outras providências; a Lei n.º 13.146 (BRASIL, 2015), que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e, ainda, a mais recente publicação na área, que se trata do Decreto n.º 10.502 (BRASIL, 2020), que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Para a revisão bibliográfica utilizamos 19 artigos encontrados na busca realizada no banco de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), sobre diferentes temas relacionados ao AEE, educação especial e inclusão escolar, que serão apresentados na sessão quatro deste capítulo (PLETSCH, 2015; OLIVEIRA; PIETRO, 2020; PINTO; AMARAL, 2019; ANACHE; RESENDE, 2016; LOPES; MARQUEZINE, 2012; RAFANTE *et al.*, 2019; NEVES *et al.*, 2019; GUERRA *et al.*, 2015; OLIVEIRA; MANZINI, 2016; PASIAN; MENDES, 2017; FANTACINI; DIAS, 2015; TOGASHI; WALTER, 2016; PIMENTA, 2019; SANTOS; ELIAS, 2018; BELTRAME; SAMPAIO, 2015; SALVINI *et al.*, 2019; SARDAGNA; FROZZA, 2019; RAMOS; GARCIA, 2019; OLIVEIRA; CORDEIRO, 2018).

Além dos artigos selecionados na biblioteca eletrônica Scielo, fizemos uso de referências fundamentais para o tratamento da temática em estudo, a exemplo das obras de autores(as), como Mantoan (2009), Mazzotta (2011), Diniz (2012), Gonzaga (2012), Soares e Carvalho (2012) e Jannuzzi (2012). Todas essas referências permitiram analisar o objeto de estudo do presente trabalho, de forma mais acurada, permitindo análises críticas e interlocuções importantes.

Essa produção textual, considerando os dados analisados, pretende articular os diferentes objetivos e conclusões dos 19 artigos científicos encontrados e os estudos selecionados para esta produção sobre educação especial e inclusão escolar, com o objetivo de tecer conhecimentos acerca da temática AEE e colaborar com esta discussão, visando apontar a urgência e a necessidade de atenção à diversidade, contribuir para a superação de preconceitos, além de discutir a importância da oferta do AEE nas instituições de ensino técnico e profissional.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No âmbito político é importante ressaltar a relevância da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien (1990), e da Declaração de Salamanca (1994), na promoção da educação inclusiva. De acordo com o Art. 3º da Conferência Mundial de Educação para Todos: “Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem” (BRASIL, 1990, p. 3).

Embora a Conferência realizada em Jomtien tenha explicitado que a Educação deveria contemplar todos os sujeitos por tratar-se de um direito social inalienável e previsto desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), os movimentos e grupos de pessoas com deficiência não se sentiram plenamente representados no que se referia ao atendimento de suas necessidades

educacionais específicas. Motivação que ensejou a organização e realização de um novo encontro, quatro anos depois, realizado em Salamanca, evento que resultou em um dos mais importantes documentos mundiais a defender e estabelecer diretrizes para a inclusão escolar e social.

A Declaração de Salamanca estabelece em seu art. 3º que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados. (BRASIL, 1994, p. 14).

Garantir o direito à igualdade e à não discriminação para todas as crianças, jovens, adultos e idosos na escola é uma condição *sine qua non* para o exercício da convivência com as diferenças e a diversidade humana. A instituição escolar, que tem entre os seus objetivos a formação humana, em todas as suas dimensões, deve primar pela redução das desigualdades e a eliminação de todas as formas de preconceito. Ao mesmo tempo, estimular o desenvolvimento de valores e princípios éticos, como a solidariedade e o respeito à pluralidade e a todas as formas e modos de vida. É, portanto, o lócus privilegiado para que as pessoas possam preparar-se para relacionarem-se com seus pares, alterando a estrutura da sociedade, ainda aprisionada a modelos conservadores e estereotipados.

3.1. O atendimento educacional especializado nos documentos oficiais

Para além dos documentos internacionais, o Brasil tem uma vasta legislação nacional e políticas públicas consideráveis, destinadas à efetivação do AEE. Desde a Constituição de 1988 o AEE encontra assento jurídico, conforme se encontra disciplinado no artigo 208, inciso III: “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. O preceito legal passou a refletir em leis infraconstitucionais e em diversas políticas públicas, tanto na década dos anos 90 como em publicações atuais. Algumas delas, entretanto, merecem maior atenção e destaque devido ao teor e aplicabilidade.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96) traz um capítulo específico (V) para tratar sobre a educação especial, compreendendo-a como uma modalidade de educação escolar que deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. O AEE aparece grafado desde o início do documento (art. 4º: III) e no supramencionado capítulo, por meio do art. 58, § 2º que dispõe: “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”.

O AEE é matéria abordada em diversas outras normas, ganhando destaque e tratamento específico no ano de 2008, a partir da publicação do Decreto n.º 6.571, revogado e atualizado pelo vigente Decreto n.º 7.611/2011, trazendo alterações significativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) (Decreto n.º 6.253/2007), como o instituto da dupla matrícula:

Art. 4º O Poder Público estimulará o acesso ao atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao ensino

regular, assegurando a dupla matrícula nos termos do art. 9º-A do Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. (BRASIL, 2007, p. 2).

O cômputo da matrícula do estudante tanto pela escola de ensino comum como pela instituição que oferta o AEE, passou a representar um número crescente de inscrições de estudantes com necessidades específicas nos sistemas de ensino. Conforme dados do Censo Escolar, uma comparação entre os anos de 2014 e 2018 permite constatar um aumento de 33,2%:

O número de matrículas na educação especial chegou a 1,2 milhão em 2018, um aumento de 33,2% em relação a 2014. O maior número de matrículas está no ensino fundamental, que concentra 70,9% das matrículas na educação especial. Quando avaliado aumento no número de matrículas entre 2014 e 2018, percebe-se que as matrículas no ensino médio são as que mais cresceram, um aumento de 101,3%. (MEC/INEP, 2019, p. 33).

O Decreto n.º 7.611/2011 traz, ainda, a compreensão e conceituação sobre o AEE, enquanto “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente”, aborda sobre a forma de realização, devendo ser complementar para os estudantes com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento e suplementar para aqueles que possuem altas habilidades/superdotação. Disciplina ainda sobre os objetivos dos serviços (art. 3º), a necessidade de estar presente e integrado à proposta pedagógica da escola, bem como sobre a participação da família (art. 2º, §2º) e a respeito do espaço onde deve ser realizado: salas de recursos multifuncionais.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) é mais um instrumento legal, também denominado Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD), que dispõe a respeito do AEE, ratificando a sua importância e estabelecendo ditames para a concretização. Dos artigos 27 ao 30 da LBI, que abordam sobre o direito à educação, estão dispostos mecanismos importantes a serem considerados a respeito de um sistema educacional inclusivo. Entretanto, é no artigo 28 que o AEE é destacado, ao estabelecer que o projeto pedagógico da escola deve institucionalizá-lo (inciso III), sendo realizado mediante a elaboração de um plano individualizado (inciso III), construído por professores especializados que devem ser disponibilizados e receberem a formação continuada adequada à atuação nas aulas do AEE (incisos X e XI).

O estatuto em tela tem sido uma grande referência para a efetivação dos direitos das pessoas com necessidades específicas e traz a possibilidade, quando necessária, da avaliação da deficiência ser biopsicossocial, “realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar” (art. 2º: § 2º) ultrapassando, portanto, o tradicional modelo médico que por tanto tempo imperou na sociedade, visibilizando no sujeito a lesão e a necessidade da reabilitação em detrimento de todo um conjunto de funcionalidades e potencialidades que podem ser desenvolvidas com a eliminação das tantas barreiras existentes na sociedade e na escola (DINIZ, 2012).

Após a edição da LBI, destaca-se como política pública federal a recente publicação do Decreto n.º 10.502, publicado no dia 30 de setembro de 2020, instituindo a “Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida”. Essa legislação, apesar de trazer uma ementa indicativa de justiça e inclusão, tem sido alvo de críticas severas por parte de diversos coletivos no campo da educação especial, ao passo em que tem sido defendida pela comunidade surda, por ter dado um tratamento relevante à possibilidade de implantação da educação bilíngue no sistema educacional do país.

3.2. O atendimento educacional especializado na Educação Básica Técnica e Tecnológica

O investimento em políticas direcionadas à inclusão escolar, desde a educação infantil e ensino fundamental, significou a continuidade dos estudos para muitos estudantes com necessidades específicas, sobretudo na última década, resultando em matrículas crescentes no ensino médio. Nesse cenário é instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mediante publicação da Lei n.º 11.892/ 2008, cujo art. 5º, inciso VI traz, de forma expressa, o Instituto Federal Baiano – IF Baiano.

O IF Baiano, atualmente presente em quatorze municípios da Bahia, começou a receber gradativamente estudantes públicos da educação especial, provocando inquietações e debates sobre acessibilidade e inclusão escolar. Entretanto, apenas no ano de 2014 é criado o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), previsto desde 2012, quando se criou a Política de Diversidade e Inclusão. É de natureza propositiva, deliberativa e consultiva, e implica na constituição de um espaço que conta com o serviço de uma equipe multiprofissional e o trabalho de profissionais especializados que buscam eliminar e/ou diminuir barreiras (atitudinais, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas, arquitetônicas) no espaço escolar.

A partir de 2018, o Instituto Federal Baiano passou a contar com aulas de atendimento educacional especializado, mediante o ingresso de professoras efetivas (uma por campus), via concurso público, realizado no ano anterior. Esse fato ampliou o trabalho do núcleo, com desdobramentos de diversas ações relacionadas, a exemplo do projeto, criação, ampliação e/ou ressignificação das salas de recursos multifuncionais, bem como, na aquisição de equipamentos e recursos de Tecnologia Assistiva para atender os estudantes que passaram a ser identificados e matriculados no AEE, em horário diferente daquele em que é ofertado o ensino comum.

A presença da docência em AEE, no Instituto, causou impacto em toda a sua política educacional e em normatização própria relacionada. As resoluções, regimentos, regulamentos, projetos de cursos e diversos outros documentos assimilaram o AEE como um tópico importante e necessário, sendo inclusive o serviço realizado de forma individualizada, em pequenos grupos ou por meio do ensino colaborativo, equiparado a aula assim como de qualquer outro componente curricular. Tal decisão foi disciplinada no art. 9º, inciso II da Resolução n.º 22/2019, que aprovou a Revisão da Regulamentação da Atividade Docente (RAD) do IF Baiano:

Art. 9º As atividades de ensino, as quais estão diretamente vinculadas aos cursos e aos programas ofertados pelo IF Baiano, em todos os níveis e modalidades de ensino, compreendem: [...]

II - aulas em Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os(as) discentes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) e/ou com necessidades específicas, de maneira a complementar ou a suplementar o ensino-aprendizagem dos componentes curriculares na sala de recursos multifuncionais e/ou na sala comum, conforme normatização específica do AEE; (IF BAIANO, 2019, p. 5).

A instituição do AEE como aula na RAD foi de fundamental importância para que o trabalho com os estudantes encaminhados pelo Napne pudesse ser registrado em todos os documentos privativos à categoria docente, a exemplo do Plano e Relatório Individual de Trabalho (PIT/RIT), alcançando reflexos na garantia do ensino especializado aos discentes com necessidades específicas.

Embora ainda não haja pesquisas e produções acadêmicas mais sistematizadas para avaliar os resultados do AEE no IF Baiano,

é possível constatar, mediante observações e vivências, que outro cenário se instalou no ambiente institucional, resultando já em diversos relatos de experiências ocorridos em eventos realizados na área. Ademais, foi criado um grupo de pesquisa em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar (GPEEPED) que conta com a presença do coletivo de professoras especializadas que, por meio de diversas linhas, têm fomentado o debate e as discussões sobre Educação Especial e o AEE.

3.3. Estudos sobre o atendimento educacional especializado: revisão bibliográfica

Nesta seção apresentamos uma revisão bibliográfica a partir de trabalhos de pesquisa coletados do banco de dados da Scientific Electronic Library Online (Scielo), sobre o tema *Atendimento Educacional Especializado (AEE)*, selecionados por meio de busca a partir dos descritores *Atendimento Educacional Especializado/AEE e Educação Especial/AEE e Educação Técnica, Tecnológica e Profissional*, bem como discussões teóricas sobre a trajetória da Educação Especial e Inclusão Escolar.

Na busca por artigos publicados em periódicos cadastrados no endereço eletrônico Scielo, com o descritor *Atendimento Educacional Especializado* e os seguintes filtros: periódicos nacionais publicados em formato de artigo; em língua portuguesa; no período entre 2012 e 2020, em todas as áreas de conhecimento; foram encontrados 19 artigos, dentre eles, uma produção no ano de 2012; quatro produções no ano de 2015; três produções no ano de 2016; uma no ano de 2017; duas no ano de 2018; sete no ano de 2019; e uma em 2020, o que indica poucas produções sobre o tema do AEE relacionadas ao contexto educacional.

Da consulta realizada na base de dados Scielo, os 19 artigos trazem para a discussão diferentes temas relacionados ao AEE – educação especial e inclusão escolar. A saber: formação de professor para o AEE (PLETSCH, 2015; PINTO; AMARAL, 2019; OLIVEIRA;

PIETRO, 2020); salas de recursos multifuncionais (LOPES; MARQUEUZINE, 2012; ANACHE; RESENDE, 2016); análise da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008 (RAFANTE *et al.*, 2019; NEVES *et al.*, 2019); encaminhamentos dos estudantes para o AEE (GUERRA *et al.*, 2016; OLIVEIRA; MANZINI, 2016); organização do AEE (FANTACINI; DIAS, 2015; PASIAN; MENDES, 2017); estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TOGASHI; WALTER, 2016; SANTOS; ELIAS, 2018; PIMENTA, 2019); esporte adaptado (BELTRAME; SAMPAIO, 2015); avaliação do impacto do AEE sobre a defasagem escolar de alunos PCD (SALVINI *et al.*, 2019); a perspectiva docente sobre o aluno com deficiência (SARDAGNA; FROZZA, 2019); jogos adaptados para o AEE (RAMOS; GARCIA, 2019); gestão escolar (OLIVEIRA; CORDEIRO, 2018).

O estudo das autoras Oliveira e Pietro (2020) teve como objetivo analisar a formação de professoras(es), bem como a atuação delas(es) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), na rede municipal de ensino de São Paulo. As autoras afirmam que apesar de cursos de formação de professores para o AEE serem incentivados por documentos oficiais, não houve uma política de formação desses profissionais especializados e aponta para a necessidade de regulamentação nacional de diretrizes que norteiem a formação em Educação Especial, assim como a adoção de um sistema que avalie as proposições formativas de cursos.

Por sua vez, Pinto e Amaral (2019) apresentam uma discussão sobre a atuação docente que possibilite uma educação escolar que colabore com a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência inseridos(as) na sala comum, bem como propõe repensar a prática pedagógica do AEE, baseados na perspectiva histórico-cultural e na pedagogia histórico-crítica. Os autores supracitados constataram em seus estudos que as concepções e práticas pedagógicas ainda estão centradas no *deficit* dos estudantes, que as estratégias se baseiam em atividades fragmentadas e mecânicas, não considerando as possibilidades do educando e o desenvolvimento do pensamento complexo.

O trabalho de Pletsch (2015) apresenta resultados de uma pesquisa realizada com estudantes com deficiências múltiplas e duas professoras que atuavam em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). A autora supracitada enfatiza a importância do reconhecimento das especificidades dos estudantes com comprometimentos severos como fator essencial tanto para o desenvolvimento desses estudantes quanto para que eles possam apreender os aspectos culturais por meio de recursos sociais e psicológicos. Ela também destaca, por intermédio dos relatos das professoras entrevistadas no desenvolvimento da pesquisa, a importância do trabalho do AEE, mas também sinaliza a ausência de ações conjuntas nos diferentes espaços educativos, a exemplo da parceria entre docente AEE e docente da sala comum.

As autoras Lopes e Marquezine (2012) e Anache e Resende (2016) versam sobre as salas de recursos multifuncionais elucidando questões pertinentes relacionadas à multifuncionalidade da sala, aos suportes pedagógicos que são ofertados às diferentes áreas e sobre o processo avaliativo destinado a estudantes com deficiência intelectual, respectivamente.

O foco de análise dos estudos das autoras Neves *et al.* (2019) e Rafante *et al.* (2019) é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008. Essas autoras evidenciam em seus respectivos estudos a relevância da Política/2008 para nortear os processos de escolarização dos estudantes com deficiência, evidenciado, por exemplo, na pesquisa de Rafante *et al.* (2019), com o aumento do número de matrículas dos estudantes públicos da educação especial na sala comum.

As autoras Guerra *et al.* (2015, p. 325) constaram em sua pesquisa que a maioria dos atendimentos realizados pelo AEE eram destinados a crianças que não tinham diagnóstico de deficiência e que 69% dos motivos dos encaminhamentos estavam relacionados aos “problemas de comportamento externalizantes”.

Essas reflexões sugerem problematizar práticas educativas que não valorizam a diversidade de sujeitos inseridos no espaço educacional, a exemplo do aumento do número de

[...] encaminhamentos de alunos com necessidades educacionais especiais, utilizando a própria deficiência como justificativa e esquecendo-se de ponderar que o ensino comum poderia se adequar para atender às respectivas demandas. (GUERRA *et al.*, 2015 p. 325-326).

Isso sugere repensar práticas diversificadas que atendam as diferentes especificidades dos estudantes.

Já para os autores Oliveira e Manzini (2016), os motivos para o encaminhamento à SRM se baseavam no rendimento do aluno na sala comum e se o aluno era alfabetizado ou não. Outros motivos também foram sinalizados pelos autores supracitados: a deficiência e a solicitação dos pais para avaliação, mas em menor proporção, o que faz com que os autores concluíssem que o espaço educativo pesquisado divergia do que se preconiza a legislação sobre os estudantes considerados públicos da educação especial.

Sobre a organização do AEE, os autores Pasion e Mendes (2017) e Fantacini e Dias (2015) destacam em suas análises, respectivamente, a opinião dos professores das SRM sobre a organização do AEE, por meio de aplicação de questionário on-line nas redes municipais de ensino de 20 estados brasileiros e a reflexão sobre a organização da educação inclusiva para o estudante com deficiência intelectual nos diferentes espaços educacionais na rede municipal de uma cidade pequena do interior de São Paulo.

Pasion e Mendes (2017) destacaram como resultados as dificuldades encontradas para o atendimento no contraturno das aulas da sala comum, um número insuficiente de SRM e a necessidade de apoio de outros profissionais. Já os autores Fantacini e Dias (2015) constataram a necessidade de conhecer como estão sendo

desenvolvidas as práticas inclusivas e quais são as dificuldades para atender o estudante com deficiência intelectual no AEE, que seria a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento para servir de apoio ao desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Os autores Togashi e Walter (2016), Pimenta (2019) e Santos e Elias (2018) tratam em seus estudos sobre os estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo. O trabalho de Togashi e Walter (2016) teve como objetivo planejar, implementar e avaliar um programa de capacitação ofertado aos professores do município do Rio de Janeiro que tinham atuação no AEE com o objetivo de introduzir o uso de um sistema adaptado para os estudantes com TEA sem fala funcional.

A pesquisa apresentada por Pimenta (2019) traz uma análise sobre os aspectos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva para a inclusão escolar de alunos com TEA e tece reflexões acerca das implicações para a educação quando concebidos como pessoas com deficiência.

O trabalho de Elias (2018) caracterizou as matrículas contidas nos microdados do Censo Escolar dos estudantes com TEA na sala comum das cinco regiões do país, levando em conta a Lei n.º 12.764/2012. A autora constatou um crescimento das matrículas dos alunos TEA no ensino comum, com destaque para o ano de 2012, mudança no percentual relacionado ao sexo, sendo que a proporção encontrada foi de uma menina para cada 4,5 meninos com TEA. A pesquisa também apontou para um grande índice de evasão escolar relacionada à baixa concentração das matrículas no AEE.

A pesquisa dos autores Beltrame e Sampaio (2015) buscou analisar um projeto de AEE intitulado Centro de Iniciação Paralímpica (CID-PL), por meio da percepção de professores, com o intuito de saber se este projeto atende aos propósitos de uma educação inclusiva. Os autores constataram que os aspectos relacionados à competição e ao treinamento era o único foco do projeto se colocando distante da perspectiva de uma escola inclusiva. Dessa forma, eles concluíram que a prática no ensino do esporte deve estimular o praticante, que

a interação que ocorre no espaço educacional é importante para o desenvolvimento do aluno e que a função social da escola é também considerar a existência das pessoas com deficiência, devendo esse projeto estabelecer parcerias dialógicas com a escola para além da oferta da adaptação.

Já os estudos de Salvini *et al.* (2019) discorrem acerca do impacto do AEE sobre a defasagem escolar de Pessoas com Deficiência (PCD) com o objetivo de analisar como as políticas públicas sobre a inclusão escolar e com foco no acesso ao AEE tem influenciado os anos de defasagem escolar dos alunos, público da educação especial. Como resultados, a referida pesquisa sinalizou para impactos positivos do programa na redução dos anos de defasagem escolar, com destaque para os estudantes com surdez. O estudo também apontou que apesar das dificuldades enfrentadas pelos estudantes, profissionais e demais pessoas envolvidas na oferta do AEE, o programa é eficiente para elevar a aprendizagem.

Sobre a perspectiva docente sobre o aluno com deficiência Sardagna e Frozza (2019) analisam, em seu estudo, as narrativas de docentes advindos de uma escola pública da região litoral norte do Rio Grande do Sul, sobre processos de inclusão escolar de alunos com deficiência.

Os autores se baseiam no conceito de governamentalidade de Foucault para desenvolver o percurso metodológico do trabalho, e a partir dele questionou como está sendo produzido o sujeito aluno com deficiência. Para tanto, os autores supracitados fizeram uso de nove entrevistas realizadas por professores da sala comum do ensino fundamental e teceu reflexões sobre as relações que podem ser estabelecidas com “técnicas de condução desses sujeitos, enquanto práticas de governamentalidade” (SADAGNA; FROZZA, 2019, p. 1). Segundo os autores, o AEE relaciona-se com o discurso da governamentalidade e, “ao articular sua prática com os educadores da instituição, auxilia na produção de sujeitos regidos pela norma comportamental com enfoque na aprendizagem” (2019, p. 19). Os autores ainda reforçam que “o encaminhamento do aluno para o

AEE intensifica a prática normalizadora do aluno com deficiência” (2019, p. 19).

Sobre os jogos adaptados para o AEE, Ramos e Garcia (2019) buscaram, em sua pesquisa, avaliar as contribuições do uso de jogos digitais como estratégia complementar no AEE com crianças identificadas com dificuldades no controle inibitório. Por meio de um estudo quase-experimental com oito crianças, os autores constataram que, em sua maioria, houve melhora superior no grupo participante quando comparado aos que não participaram das intervenções com jogos digitais.

O estudo de Oliveira e Cordeiro (2018) versa sobre gestão escolar e teve como objetivo investigar como as equipes diretivas escolares compreendem o AEE especializado. Como resultados, esse estudo apontou que a maior parte dos sujeitos que participaram da pesquisa compreendem que o foco do AEE são os estudantes públicos da educação especial e que esse serviço é individualizado e setorizado, desconsiderando a parceria que deve ser estabelecida entre outros profissionais do contexto escolar.

As discussões até aqui apresentadas enfatizam que é preciso intensificar os estudos sobre o AEE na Educação Básica, Técnica e Tecnológica com a finalidade de acompanhar e avaliar os desafios e perspectivas da sua oferta, objetivando a construção de políticas públicas e investimentos que possam atender às demandas apresentadas no cenário atual e vindouro. Afinal, a expectativa é que o número de matrículas do público da educação especial cresça, cada vez mais, no ensino médio e, por consequência, também no ensino superior.

Essas pesquisas nos alertam que é imprescindível conhecer o universo dos estudantes com necessidades específicas a partir de uma leitura histórico-social e política que permita uma análise crítica sobre a posição que ora ocupam na sociedade, bem como no ambiente familiar e na escola, objetivando uma significativa inclusão desses indivíduos, que requerem meios que se adequem às habilidades e competências que possuem.

4. CONCLUSÕES

Esta produção textual possibilitou aprofundar conhecimento acerca da temática, bem como dar visibilidade a estudos que versam sobre o Atendimento Educacional Especializado, seus desafios e possibilidades, além de estabelecerem relações intrínsecas com a educação especial e inclusão escolar, considerando as discussões acerca da diversidade e da diferença presentes no cotidiano escolar.

Diante do que foi exposto, podemos inferir o quão importante é refletir que o impacto que uma Pessoa com Deficiência (PCD) causa, seja no ambiente familiar ou em espaços educativos, é expresso desde a aceitação do indivíduo com suas limitações até a falta de conhecimento de como lidar com a deficiência na perspectiva de incluí-la e de proporcionar estímulos que a ajudem no desenvolvimento de suas habilidades. Habitar um corpo com deficiência já não significa um risco de vida iminente, em quase todo o mundo, mas quase sempre representa assumir uma diferença marcada socialmente como uma experiência negativa.

O AEE foi considerado como um serviço importante para o processo de inclusão escolar de estudantes com necessidades específicas, tanto nos estudos analisados aqui quanto a partir das vivências e narrativas que entrecortam o cotidiano escolar nos institutos federais.

Esta pesquisa busca contribuir na ampliação de produção científica, visto que são ínfimas as pesquisas nessa área de conhecimento. Pretendemos fomentar esse debate como um foco de investigação, apontando para a urgência e a necessidade de atenção à diversidade, pretendendo, ainda, contribuir para a superação de preconceitos. Deve-se ter a escola como espaço que recebe sujeitos diversos e com necessidades específicas, que merecem ser acolhidas e atendidas de forma adequada e equânime. No entanto, ainda existem barreiras que precisam ser dirimidas para que a inclusão seja fundamento de práticas pedagógicas, em detrimento de ações discriminatórias. Enfim, esperamos que esta

pesquisa possa somar às discussões já existentes na perspectiva da inclusão escolar e social.

TERMO RESPONSABILIDADE DE AUTORIA

As informações contidas neste capítulo são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es). As opiniões nele emitidas não representam pontos de vista da Comissão Organizadora e Científica.

REFERÊNCIAS

ANACHE, Alexandra Ayach; RESENDE, Dannielly Araújo Rosado. Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 569-591, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216630>. Acesso em: 19 set. 2020.

BELTRAME, André Luís Normanton; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Atendimento especializado em esporte adaptado: discutindo a iniciação esportiva sob a ótica da inclusão. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 26, n. 3, p. 377-388, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/reveducfis.v26i3.24990>. Acesso em: 19 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao-Compilado.htm. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. **Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009a**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/.). Brasília, 2009a. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. **Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. **Decreto n.º 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. **Resolução CEB/CNE n.º 02, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. **Resolução CEB/CNE n.º 04, de 02 de outubro de 2009b**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL/MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Brasília: MEC/Seesp, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL/MEC/SEESP. **Manual de orientação**: programa de implantação de sala de recursos multifuncionais. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos. Acesso em: 25 set. 2020.

CARVALHO, Maria de Fátima.; SOARES, Maria Aparecida Leite. **O professor e o aluno com deficiência**. São Paulo: Cortez, 2012.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – IF BAIANO. Conselho Superior. **Resolução nº 22, de 18 de março de 2019**. Dispõe sobre a regulamentação da atividade docente. Salvador: Conselho Superior, 2019. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2019/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-22-2019.pdf>. Acesso: 10 nov. 2020.

FANTACINI, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tárzia Regina da. Professores do atendimento educacional especializado e a organização do ensino para o aluno com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 57-74, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382115000100005>. Acesso em: 19 set. 2020.

GONZAGA, Eugênia Augusta. **Direitos das pessoas com deficiência**: garantia de igualdade na diversidade. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2012.

GUERRA, Bárbara Trevizan *et al.* Análise das queixas da rede municipal encaminhadas para a Educação Especial. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 321-328, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-353920150192841>. Acesso em: 19 set. 2020.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. rev. Campinas/SP: Autores Associados, 2012.

LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria Cristina. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo,

v. 18, n. 3, p. 487-506, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382012000300009>. Acesso em: 19 set. 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças na escola**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARQUES DE OLIVEIRA, Neusa Denise; CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado. O que pensam as equipes diretivas escolares sobre o Atendimento Educacional Especializado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698173991>. Acesso em: 19 set. 2020.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEC/INEP. **Resumo Técnico. Censo da Educação Básica**. Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2018/ea4da-895-169f-44d3-9442-0b87a612c63c?version=1.3>. Acesso em: 10 nov. 2020.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de educação especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623684853>. Acesso em: 19 set. 2020.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; PRIETO, Rosângela Gavioli. Formação de professores das salas de recursos multifuncionais e atuação com a diversidade do público-alvo da educação especial 1. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 2, p. 343-360, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0186>. Acesso em: 19 set. 2020.

OLIVEIRA, Cassia Carolina Braz de; MANZINI, Eduardo José. Encaminhamento e perfil do público-alvo da educação especial de uma sala de recursos multifuncionais: estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 22, n. 4, p. 559-576, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-65382216000400007>. Acesso em: 19 set. 2020.

OLIVEIRA, Neusa Denise; CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado. O que pensam as equipes diretivas escolares sobre o atendimento educacional especializado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698173991>. Acesso em: 19 set. 2020.

PASIAN, Mara Silvia. *et al.* Aspectos da organização e funcionamento do atendimento educacional especializado: um estudo em larga escala. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698155866>. Acesso em: 19 set. 2020.

PIMENTA, Paula Ramos. Clínica e escolarização dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623684859>. Acesso em: 19 set. 2020.

PINTO, Gláucia Uliana; AMARAL, Mateus Henrique do. Formação docente continuada e práticas de ensino no atendimento educacional especializado. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 30, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2018-0032>. Acesso em: 19 set. 2020.

PLETSCH, Márcia Denise. Deficiência múltipla: formação de professores e processos de ensino-aprendizagem. **Revista Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 155, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053142862>. Acesso em: 19 set. 2020.

RAFANTE, Heulalia Charalo *et al.* Impactos da política de educação especial (2008) no Ceará e em Fortaleza. **Educação em Revista**, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>. Acesso em: 19 set. 2020.

RAMOS, Daniela Karine; GARCIA, Fernanda Albertina. Jogos digitais e aprimoramento do controle inibitório: um estudo com crianças do atendimento educacional especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 37-5, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000100003>. Acesso em: 19 set. 2020.

SALVINI, Roberta Rodrigues; *et al.* Avaliação do impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a defasagem escolar dos alunos da educação especial. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 539-568, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-41614934rrcm>. Acesso em: 19 set. 2020.

SANTOS, Vivian; ELIAS, Nassim Chamel. Caracterização das matrículas dos alunos com Transtorno do Espectro do Autismo por regiões brasileiras. **Revista Brasileira Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 465-482, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612019000300539&script=sci_arttext. Acesso em: 19 set. 2020.

SARDAGNA, Helena Venites; FROZZA, Tatiane de Fraga. Narrativas e práticas de governamentalidade: a perspectiva do docente sobre o aluno com deficiência. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, e188848, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982019000100411. Acesso: 19 set. 2020.

TOGASHI, Cláudia Miharú; WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo. As contribuições do uso da comunicação alternativa no processo de inclusão escolar de um aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 22, n. 3, p. 351-366, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382016000300351&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 set. 2020.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtiem: Tailândia, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 25 set. 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Escritório da Unesco: Brasília, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 25 set. 2020.

CAPÍTULO 5

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO ESTRATÉGIA PARA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES ADOLESCENTES GRÁVIDAS NO IF BAIANO CAMPUS VALENÇA

Malu Oliveira Santos

Mariana Mendes Novais de Oliveira

1. INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência é considerada como uma situação de risco biopsicossocial e pode gerar consequências negativas não só para as adolescentes, mas para toda a sociedade, sendo, portanto, um problema social e de saúde pública, em virtude de sua alta prevalência. Do ponto de vista médico-biológico, a gravidez na adolescência pode estar associada a inúmeras consequências, tanto para a mãe quanto para o bebê. Do ponto de vista social, entretanto, a gravidez em idade precoce está, com frequência, relacionada à pobreza, evasão escolar, desemprego, situações de violência e negligência, e maus tratos infantis (ALVES; MUNIZ; TELES, 2010; DIAS; TEIXEIRA, 2010; MOCCELLIN *et al.*, 2010; SILVA *et al.*, 2010; NASCIMENTO; XAVIER; SÁ, 2011; FARIAS; MORÉ, 2012; RIBEIRO; SANTOS; SANTOS, 2015).

Diniz e Koller (2012) citam a iniciação sexual precoce, o insucesso escolar, as dificuldades nas relações familiares e a pobreza como fatores associados à gravidez na adolescência, no entanto, é necessário considerar que esta não é causada diretamente pela pobreza, mas pelas características associadas ao baixo nível socioeconômico,

em que há uma combinação de múltiplos fatores. Portanto, por ser um fenômeno multicausal, a gravidez na adolescência deve ser analisada em todas as suas dimensões e particularidades (SOUZA; NÓBREGA; COUTINHO, 2012).

Esse fenômeno tão complexo e com tantas especificidades, a gravidez na adolescência é recorrente entre as estudantes de ensino integrado do IF Baiano campus Valença e apresenta peculiaridades nesse espaço, devido às ações presentes nas instituições públicas federais de ensino que outros espaços escolares não dispõem. Com base nessas peculiaridades, este capítulo se propõe a tratar sobre a assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) campus Valença e a permanência e êxito de estudantes adolescentes grávidas. Seu objetivo geral é demonstrar como a assistência estudantil, inserida num contexto de Educação Profissional e Tecnológica, é estratégia fundamental para a permanência e êxito de estudantes adolescentes (do nível técnico integrado) grávidas, possibilitando, assim, um desfecho favorável para essas alunas e famílias, contrariando as estatísticas que relacionam gravidez na adolescência à evasão escolar.

Para alcançar tal objetivo geral foi feito um estudo de caso considerando a realidade do alunado do campus Valença no ano de 2019, à luz do referencial teórico utilizado para contextualizar os temas relacionados à gravidez, adolescência, saúde pública e assistência estudantil, e elencando os programas previstos na Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, também do ano de 2019, e os impactos deles na permanência e êxito das gestantes adolescentes.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta uma pesquisa de caráter exploratório, utilizando questões preliminares sobre o tema, abordando um estudo de caso considerando a realidade do campus Valença do Instituto Federal Baiano, no ano de 2019, e os impactos positivos

dos programas da Política de Assistência Estudantil na permanência e êxito das estudantes adolescentes grávidas.

De acordo com Ventura (2007, p. 385), o estudo de caso apresenta a possibilidade de dar “a oportunidade para que um aspecto de um problema seja estudado em profundidade dentro de um período de tempo limitado”, o que pretende ser realizado por este capítulo.

2.1. Referencial teórico

Para embasar o estudo de caso será utilizado o referencial teórico que se segue para contextualizar os temas relacionados à gravidez, adolescência, saúde pública e assistência estudantil.

2.1.1 A adolescência e suas transformações

A adolescência, fase de transição entre a infância e a idade adulta, é definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como o período compreendido entre os 12 e os 18 anos, ao passo que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é a fase da vida que ocorre entre os 10 e os 19 anos e que abrange a pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos) e a adolescência propriamente dita (dos 15 aos 19 anos) (BRASIL, 1990; WHO, 2006; ALVES; MUNIZ; TELES; 2010; SILVA *et al.*, 2010; NASCIMENTO; XAVIER; SÁ, 2011; NERY *et al.*, 2011; CRUZ; CARVALHO; IRFFI, 2016).

Independentemente da definição utilizada, é consenso na literatura que esse período é marcado por diversas alterações fisiológicas, psicológicas e comportamentais, relacionadas ao crescimento físico, maturação sexual e aquisição da capacidade de reprodução, permitindo o desenvolvimento de uma identidade adulta inserida no meio social, além de gerar enfrentamentos psicológicos que incluem a necessidade de desenvolvimento da autonomia, independência e identidade, inclusive a sexual, acarretando novas emoções, percepções

e reflexões (NASCIMENTO; XAVIER, SÁ, 2011; FARIAS; MORÉ, 2012; SANTOS *et al.*, 2014; CRUZ; CARVALHO; IRFFI, 2016). A adolescência é, portanto, um período crítico para a construção do indivíduo e sua inserção social, devendo ser considerada um período de risco e vulnerabilidade (SILVA; SURITA, 2012).

Segundo Farias e Moré (2012), do ponto de vista psicológico, a adolescência é um período marcado por conflitos em torno da definição de uma identidade sexual e ocupacional, caracterizando-se, dessa forma, como um marco no processo da constituição da personalidade. Nery *et al.* (2011) salientam que as transformações e adaptações características da adolescência devem transcorrer de forma saudável para não acarretar prejuízos ao indivíduo no que se refere a sua saúde física, mental, social e espiritual. Dessa forma, Ribeiro, Santos e Santos (2015) reiteram que é fundamental que o ambiente (familiar, escolar) no qual o adolescente está inserido lhe proporcione bases sólidas de diálogo e informações sobre as transformações pelas quais está passando.

2.1.2 Adolescência e sexualidade

A adolescência é a fase da vida em que geralmente se iniciam as experiências sexuais (ALVES; MUNIZ; TELES, 2010). Martinez *et al.* (2011) destacam que, por ser a adolescência uma etapa marcada por namoros, os adolescentes são expostos ao risco de gravidezes indesejadas, que, de acordo com Nascimento *et al.* (2011), levam-os a assumirem responsabilidades da vida adulta precocemente, mesmo não estando preparados psicologicamente. Para Oliveira e Lanza (2018), com a iniciação da atividade sexual cada vez mais precoce, é imprescindível que os adolescentes, por sua imaturidade e impulsividade, recebam orientação sexual, principalmente no que diz respeito à prevenção dos riscos advindos de relações sexuais desprotegidas: infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez precoce.

A família é a primeira instituição formadora do indivíduo e, sendo a sexualidade um aspecto intrínseco ao ser humano, deveria ser encarada como um processo natural do desenvolvimento. Entretanto, percebe-se que os pais têm dificuldades para dialogar efetivamente com seus filhos sobre essa temática. A maioria tende a compreender sexualidade e ato sexual como sinônimos, fato esse que os leva a uma abordagem, principalmente com as meninas, marcada por ameaças, proibições ou, até mesmo, ausência de diálogo; além disso, costumam acreditar que não falar sobre sexo e sexualidade contribui para a não iniciação sexual; porém, ao contrário, dialogar sobre o tema possibilita aos adolescentes condições de escolha, com qualidade e segurança para o iniciar da vida sexual. Nesse sentido, é imperativo que as famílias ressignifiquem seus conceitos, para que os pais sejam capazes não apenas de transmitir informações sobre sexualidade a seus filhos, mas transpor as barreiras geracionais e aproximar-se do adolescente, facilitando o diálogo entre ambos (NASCIMENTO; XAVIER; SÁ, 2011; RIBEIRO; SANTOS; SANTOS, 2015; OLIVEIRA; LANZA, 2018).

2.1.3 Adolescência e educação sexual

Segundo Moura *et al.* (2011), a escola é um local adequado para o desenvolvimento da educação sexual, de forma a promover no adolescente o senso de autorresponsabilidade para com sua própria sexualidade. Para tanto, os professores devem ser qualificados, uma vez que eles, embora reconheçam a importância do tema, em sua maioria não possui conhecimentos suficientes para promover orientação sexual aos adolescentes, atendo-se aos aspectos biológicos da sexualidade e orientações superficiais, negligenciando os sentimentos e valores que a envolvem (RIBEIRO; SANTOS; SANTOS, 2015). Oliveira e Lanza (2018) destacam que a educação sexual e reprodutiva não promove a promiscuidade nem mesmo o início precoce da vida sexual. Pelo contrário, torna-a consciente e contribui para um elevado nível de contracepção, diminuindo,

consequentemente, os riscos de ISTs e gravidez indesejada, devendo, portanto, ser implementada antes mesmo da iniciação sexual dos adolescentes (NERY *et al.*, 2011).

Moura *et al.* (2011) recomendam que as ações de educação sexual sejam direcionadas precocemente aos adolescentes e que a rede sociofamiliar também seja inserida nessas ações. No estudo de Ribeiro, Santos e Santos (2015) sobre as características sociodemográficas e comportamentais relacionadas à gravidez na adolescência, 54% das adolescentes pesquisadas informaram já ter recebido dos pais orientações sobre os riscos de uma vida sexual ativa e sobre como prevenir uma gravidez, ao passo que 46% nunca receberam qualquer orientação. Das adolescentes que receberam orientações dos pais, 60% relataram que a orientação se restringiu a como evitar a gravidez, 35% informaram ter recebido orientações quanto à prevenção de gravidez e de ISTs e 5% disseram que as orientações se davam por meio de brigas e ameaças. Das adolescentes que nunca receberam orientações dos pais sobre sexualidade, 65% afirmaram que se tivessem sido orientadas não teriam engravidado.

Em seu estudo sobre a efetividade de ações estratégicas e de programas voltados à redução da gravidez na adolescência, Moccellini *et al.* (2010) concluíram que a utilização de metodologias com abordagens sociais e que consideram as particularidades sociodemográficas e comportamentais dos adolescentes são mais bem-sucedidas, uma vez que induzem à reflexão dos adolescentes sobre as escolhas para o futuro. Fiedler, Araújo e Souza (2015) afirmam que essas ações devem considerar e valorizar os saberes dos adolescentes, sendo instigantes, criativas, motivadoras e inovadoras, a fim de estimular o adolescente a participar do processo educativo, enxergando-o como um sujeito de direitos, tanto em relação ao sexo quanto à reprodução, além de deveres e responsabilidades frente às suas atitudes.

2.1.4 Adolescência e contracepção

Atualmente, apesar de toda informação e disponibilidade de métodos contraceptivos, adolescentes continuam engravidando, especialmente nos países em desenvolvimento (PEREIRA *et al.*, 2010). De acordo com Souza, Nóbrega e Coutinho (2012), a maioria das adolescentes não faz uso dos métodos contraceptivos, embora os conheçam e saibam onde encontrá-los. Isso significa que o simples conhecimento sobre contracepção não garante que a prevenção seja promovida e nos leva a questionar sobre a qualidade dos programas voltados para a saúde sexual e reprodutiva dessa população. A não utilização dos métodos contraceptivos evidencia a carência de serviços devidamente preparados para transmitir orientações e atendimento adequado ao público adolescente, o que dificulta as mudanças comportamentais em relação a uma prática eficiente no uso de métodos contraceptivos (PARIZ; MENGARDA; FRIZZO, 2012; RIBEIRO; SANTOS; SANTOS, 2015).

O estudo de Moura *et al.* (2011) evidenciou que a maioria das adolescentes já possuía alguma informação sobre como evitar uma gravidez e prevenir ISTs antes de engravidar. No entanto, os autores concluíram que apenas a informação não é suficiente para o uso efetivo e consciente de métodos contraceptivos pelos adolescentes. No estudo de Madureira, Marques e Jardim (2010), foi evidenciado que o uso da camisinha é mais frequente nas primeiras relações sexuais, tendendo a diminuir ao longo do relacionamento, quando, então, costuma ser substituído pela pílula anticoncepcional. Tal fato dá um novo significado à relação, uma vez que expressa a confiança na fidelidade do parceiro, embora traga a questão de que a responsabilidade da contracepção deve ser um encargo feminino. No entanto, em sua maioria, a adolescente não tem maturidade para assumir essa responsabilidade, o que a expõe ao risco de uma gravidez precoce.

O estudo de Hartmann e Cesar (2013), que objetivou investigar o grau de conhecimento sobre preservativo masculino em dois municípios do semiárido nordestino, evidenciou que 18% da

população nunca viram e/ou nunca ouviram falar sobre tal método contraceptivo. Além disso, os autores concluíram que o nível de conhecimento é proporcional à idade, ao grau de escolaridade e à renda familiar.

2.1.5 Gravidez na adolescência e suas implicações

Segundo Silva e Surita (2012), a gravidez na adolescência é considerada de risco, perigosa, inapropriada e inadequada para os jovens. Os autores ressaltam que embora as taxas de fertilidade estejam diminuindo em todo o mundo desenvolvido, a mesma tendência não é observada nesse grupo etário, principalmente nas regiões subdesenvolvidas. Para eles, a pobreza e o baixo nível de escolaridade são dois fatores intimamente ligados e relacionados às altas taxas de gravidez na adolescência nesses países.

A gravidez demanda uma condição amadurecida, estável e estruturada, em termos econômicos, profissionais e pessoais. Nesse sentido, a gravidez na adolescência é considerada um sério problema social e de saúde pública (MOURA *et al.*, 2011), por conta do elevado risco de morbimortalidade materna e infantil e por constituir, segundo Moccellini *et al.* (2010), um possível evento desestruturador da vida das adolescentes grávidas.

Algumas complicações, como tentativas de aborto, anemia, desnutrição, sobrepeso, hipertensão, pré-eclampsia e depressão pós-parto estão, com frequência, associadas à experiência de gravidez na adolescência. Além disso, a gestação em adolescentes pode estar relacionada a comportamentos de risco, como o uso de álcool e drogas. Em relação à saúde do bebê, a gestação na adolescência pode estar associada à prematuridade, baixo peso ao nascer, morte perinatal, epilepsia, deficiência mental, transtornos do desenvolvimento, baixo quociente intelectual, cegueira, surdez, aborto natural e mortalidade infantil (DIAS; TEIXEIRA, 2010).

As intercorrências médicas são, em geral, associadas a fatores biológicos, como a imaturidade fisiológica e o desenvolvimento

incompleto da pelve e do útero das adolescentes (MOCCELLIN *et al.*, 2010), além de estarem relacionadas ao início tardio do pré-natal e número de consultas abaixo do recomendado (ALVES; MUNIZ; TELES, 2010; MANFRÉ; QUEIRÓZ; MATTHES, 2010; FERREIRA *et al.*, 2012a). No entanto, a ocorrência de complicações, tanto para a jovem como para a criança, pode estar mais relacionada ao estado de pobreza do que à idade da gestante, já que a maioria das adolescentes grávidas encontra-se em condições socioeconômicas precárias, que, por sua vez, estão associadas a condições inadequadas de higiene, habitação, alimentação e saúde (DIAS; TEIXEIRA, 2010). Portanto, a gravidez na adolescência é um problema de saúde pública que atinge todas as classes sociais, mas que impacta significativamente as adolescentes dos níveis socioeconômicos mais baixos e suas famílias (FERREIRA *et al.*, 2012b).

A gravidez na adolescência está comumente associada a problemas sociais, como pobreza, evasão escolar, redução das oportunidades de qualificação profissional, desemprego, instabilidade conjugal, situações de violência e negligência, diminuição das oportunidades de mobilidade social, maus-tratos infantis e preconceito por parte da sociedade (DIAS; TEIXEIRA, 2010; MOCCELLIN *et al.*, 2010).

Para Diniz e Koller (2012), a gravidez na adolescência tende a surgir associada a um conjunto de variáveis que expressam a vulnerabilidade do contexto social no qual a adolescente está inserida. Este, portanto, poderá ser um importante norteador das intervenções dirigidas para esta população (SOUZA; NÓBREGA; COUTINHO, 2012). Ferreira *et al.* (2012a) salientam que a gravidez na adolescência é um fenômeno de reprodução social relacionado às condições de gênero. Isso porque, nas populações de baixa renda, o papel social da mulher ainda é o cuidado da casa e a educação dos filhos. Frente às limitadas perspectivas de se emanciparem economicamente, para muitas dessas adolescentes, a maternidade é uma âncora social para se tornarem adultas, além de ser vista como uma alternativa para conseguir a união com o parceiro e uma forma de adquirir independência da família de origem, maturidade e reconhecimento de

sua identidade feminina (MANFRÉ; QUEIRÓZ; MATTHES, 2010; GUANABENS *et al.*, 2012).

Boa parte das adolescentes que engravidam acaba saindo de suas casas de origem para morar com o pai do bebê. O fato de a adolescente morar com o companheiro pode reduzir um dos agravantes que surgem durante a gravidez na adolescência: o abandono pelo parceiro (MOURA *et al.*, 2011). No entanto, de acordo com Moura *et al.* (2011), essa precocidade nas uniões conjugais pode gerar consequências desfavoráveis sobre as perspectivas de estudo e trabalho das adolescentes, que abdicam de um crescimento pessoal e profissional para tornarem-se mães e donas de casa. Em consequência, as adolescentes acabam perpetuando a dependência financeira dos pais ou passam a depender do companheiro, além de sofrerem com a exposição a riscos sociais, como uso de drogas, privações afetivas e culturais (MANFRÉ; QUEIRÓZ; MATTHES, 2010).

No entanto, nos níveis socioeconômicos mais elevados, a gravidez geralmente provoca menos mudanças no estado civil das adolescentes, não havendo necessidade de interferir em seus planos de desenvolvimento individual. Estas, em geral, não abandonam a escola e permanecem morando com seus pais, enquanto, entre as adolescentes de nível socioeconômico mais baixo, a evasão escolar, assim como a mudança de estado civil, são mais frequentes (DINIZ, KOLLER, 2012).

2.1.6 Gravidez na adolescência e evasão escolar

As relações causais estabelecidas entre evasão escolar e gravidez na adolescência são controversas. Enquanto alguns estudos evidenciam que as jovens que abandonam a escola possuem mais chances de tornarem-se gestantes adolescentes, sugerindo que a evasão precede a gestação, sendo, inclusive, uma condição de risco para gravidez precoce, outras pesquisas indicam que a gestação na adolescência seria uma das causas diretas da evasão escolar (DIAS; TEIXEIRA, 2010; SOUSA *et al.*, 2018).

Para Dias e Teixeira (2010), a adolescente grávida pode abandonar a escola por conta do constrangimento, da pressão de professores, de diretores e dos próprios familiares, que julgam essa situação como vexatória; além disso, torna-se efetivamente mais difícil dar continuidade aos estudos, pois as adolescentes, além de cuidarem dos bebês e tornarem-se donas de casa, muitas vezes precisam ingressar no mercado de trabalho.

O estudo de Moura *et al.* (2011) encontrou alta prevalência de evasão escolar entre as mães adolescentes, assim como baixa escolaridade e ausência de trabalho remunerado, evidenciando uma íntima relação entre condição socioeconômica desfavorável, educação precária, gravidez na adolescência e falta de perspectiva de vida, fatores que contribuem sobremaneira para a perpetuação do ciclo da pobreza. Segundo os autores, na adolescência, a educação é uma das poucas alternativas para a inserção social e ascensão econômica. Dessa forma, a evasão escolar associada à gravidez precoce traz graves consequências à adolescente, ao seu filho e à sociedade em geral.

Segundo Guanabens *et al.* (2012), a evasão escolar cria um círculo vicioso, pois a adolescente grávida abandona os estudos para cuidar do filho e seu retorno à escola é dificultado, o que leva ao aumento dos riscos de desemprego, à dependência financeira dos familiares, à perpetuação da pobreza e da educação limitada.

Para Sousa *et al.* (2018), assumir os papéis de mãe e dona de casa limita as possibilidades de qualificação profissional das adolescentes, prejudicando seu potencial produtivo e perpetuando a desvantagem social e o ciclo da pobreza. Logo, propiciar condições para manter a jovem mãe na escola é um meio de interromper o ciclo vicioso: pobreza – gravidez – abandono escolar – pobreza. Portanto, é dever do sistema escolar adotar políticas educacionais que orientem as jovens quanto às suas práticas sexuais, e, em conjunto com a família, estimular sua permanência na escola.

Além disso, é de fundamental importância traçar estratégias voltadas às jovens evadidas, a fim de possibilitar o seu retorno aos

estudos (RIBEIRO *et al.*, 2015; SOUSA *et al.*, 2018). É fundamental que a adolescente que já tem um filho se sinta acolhida pela família, escola e profissionais de saúde, para que alcance o sucesso profissional almejado (NERY *et al.*, 2011).

2.1.7 Assistência estudantil

Quando se trata de políticas educacionais para estimular a permanência de adolescentes grávidas e mães na escola e, conseqüentemente, interromper o ciclo vicioso de perpetuação da pobreza, faz-se necessário abordar a temática da Política de Assistência Estudantil no Brasil e o foco na permanência e êxito de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante na história da assistência estudantil no Brasil, assim como para todas as políticas públicas e direitos sociais, uma vez que, por meio do artigo 206, traz que o ensino deve observar alguns princípios, como o “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Tal princípio fundamenta e justifica a legitimidade e importância da assistência estudantil nas instituições públicas. Para alcançar essa igualdade de condições se fazia necessária a implantação de uma política efetiva de assistência ao estudante (DUTRA; SANTOS, 2017).

Entretanto, após anos de embate político, a assistência estudantil só foi incorporada como pauta na agenda governamental quando o MEC instituiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), com a Portaria Normativa n.º 39, de 12 de dezembro de 2007. Posteriormente, ela deixa de ser uma Política de Estado e passa a ser uma Política de Governo, quando o então presidente, Luís Inácio Lula da Silva, transforma o Pnaes em Decreto-Lei n.º 7.234, em 10 de julho de 2010. Esse documento é o principal norteador das políticas de assistência estudantil no âmbito das instituições públicas federais e tem como objetivos:

I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 157).

Cabe aqui acrescentar a importância de lutar pelo fortalecimento dessa Política para que ela continue atingindo esses objetivos. Desde 2016, a assistência estudantil está em possibilidade de assumir outras configurações, pois sofre ameaças enquanto direito social, diante da crise político-econômica que se apresenta no país, em um momento como o atual, de incertezas e retrocesso aos direitos conquistados, como afirmam Dutra e Santos (2017).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Taufick (2014), a implantação da assistência estudantil em instituições públicas federais de ensino traz uma intencionalidade que transcende a lógica do auxílio para reduzir desigualdades sociais e estimula a permanência nos cursos. A intenção é concretizar ações que visem à qualidade de vida do estudante como um todo, aliando ações pedagógicas à oferta de ações voltadas para a saúde, cultura, esporte e inclusão digital (temática que está ainda mais em voga com pandemia da Covid-19), além dos atendimentos socioassistenciais.

Nesta seção serão apresentados estudos preliminares de como essas ações ocorrem e qual o impacto delas na realidade das estudantes adolescentes grávidas. Será demonstrada a experiência ocorrida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), no campus localizado no município de Valença (BA), levando em consideração apenas as estudantes adolescentes

gestantes matriculadas nos cursos técnico-integrados ofertados, no ano de 2019, que buscaram a Comissão Local de Assistência Estudantil (Clae) ou o Serviço Social do campus, para se inserirem em algum dos programas da Política de Assistência Estudantil. Vale ressaltar que os cursos técnico-integrados desse campus funcionam em tempo integral, com currículos contando com 18 a 20 disciplinas anuais e, ainda assim, não houve evasão entre as estudantes com o perfil supracitado.

A atual Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, instituída pela Resolução n.º 01, de 29 de janeiro de 2019,

[...] constitui-se de um conjunto de princípios e diretrizes norteadores para o desenvolvimento de programas e linhas de ações que favoreçam a democratização do acesso, a permanência e o êxito do discente no seu processo formativo. (IF BAIANO, 2019, p. 1).

Tais programas e linhas de ações são essenciais para a permanência e o êxito das estudantes adolescentes grávidas no campus Valença.

A Política de Assistência Estudantil do IF Baiano apresenta oito programas. O mais expressivo e procurado pelas estudantes adolescentes gestantes é o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (Paise), que é destinado aos estudantes regularmente matriculados, com frequência acima de 75%, e com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio vigente. No campus, são concedidos os seguintes benefícios do Paise, mediante repasse financeiro mensal: auxílio moradia, no valor de R\$ 220,00, para os alunos que alugam imóvel para residir mais próximo ao IF; auxílio transporte, no valor de R\$ 75,00, na zona urbana de Valença; e R\$ 110,00 nas demais localidades, para os que precisam pagar pelo deslocamento diário; auxílio permanência, no valor de R\$ 180,00 para os mais vulneráveis; e auxílio creche, no valor de R\$ 180,00

para os que têm filhos até 5 anos, 11 meses e 29 dias. A estudante gestante pode optar pelo que se adequa a sua situação social no momento da inscrição.

O auxílio em forma de repasse financeiro mensal, mesmo com valores relativamente baixos, constitui-se como uma possível estratégia que evita a dependência financeira dos pais ou do companheiro, como trata Manfré, Queiróz e Matthes (2010), impactando diretamente na diminuição da evasão escolar.

O segundo programa que a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano apresenta é o Programa de Auxílios Eventuais (PAE). O PAE é destinado ao mesmo público do Paise, entretanto, o foco de atuação deste é contribuir para o atendimento de situações eventuais, ou seja, de caráter temporário e inesperado, identificadas pela equipe de assistência estudantil ou pelos demais servidores da instituição, que impactem diretamente no processo ensino-aprendizagem. A concessão desse tipo de auxílio é por meio de uma parcela de repasse financeiro, como ajuda de custo para atender a necessidades específicas, que incluem exames médicos e odontológicos, aquisição de óculos de grau, tratamento odontológico especializado, entre outras demandas que devem ser avaliadas pela Comissão Local de Assistência Estudantil. O aluno não pode solicitar recurso do PAE para procedimentos estéticos ou demandas que podem ser atendidas pela equipe do campus e/ou pelo Sistema Único de Saúde (SUS) com tempestividade.

No caso das alunas gestantes, esse Programa também é de grande relevância uma vez que a condição de estar grávida requer alguns cuidados urgentes e tempestivos, devido às intercorrências médicas citadas por Moccellini *et al.* (2010). Sendo constatado que a demanda pelo auxílio eventual impacta no processo ensino-aprendizagem, avaliada como urgência (ou seja, o SUS não atenderia tempestivamente) pelo Núcleo de Saúde do IF, e o campus possuir disponibilidade orçamentária para tal, ela pode receber esse auxílio para a realização de algum exame ou aquisição de algum medicamento, em virtude da sua vulnerabilidade socioeconômica.

O terceiro programa, o Programa de Residência Estudantil, não se aplica ao campus Valença, pois não dispõe de residência estudantil em suas dependências. O quarto programa é o Programa de Alimentação Escolar, baseado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que prevê que a todos os alunos da educação básica pública seja garantida alimentação escolar e, no caso de cursos em tempo integral, o aluno deve realizar três refeições ao dia no refeitório do campus. Quando se trata de adolescentes gestantes, estas são o público prioritário para este Programa, pois, como tratado anteriormente, o estado de pobreza da gestante é determinante para complicações na gravidez, fato que pode ser atenuado quando ela dispõe de condições adequadas de alimentação, como as proporcionadas pelo refeitório do campus onde estuda.

Entre os demais programas, os que também apresentam relevância para as estudantes grávidas são o Pro-Saúde e o Proap. O Programa de Prevenção e Assistência à Saúde (Pro-Saúde), como aborda a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano (2019), é um programa voltado para ações de prevenção e promoção à saúde, idealizado pelo Núcleo de Saúde do campus, composto por assistente social, odontóloga, psicóloga, enfermeira, técnica em enfermagem e nutricionista, tendo como público a totalidade de discentes matriculados e com frequência regular. As ações acontecem por meio de atividades como palestras, elaboração de material educativo, acompanhamento vacinal, encaminhamento para a rede do SUS, feiras de saúde, entre outras. Esse programa é importante para as adolescentes gestantes, pois é através dele que elas recebem orientações diversas sobre saúde e direitos sociais relacionados, incluindo informações sobre planejamento familiar, pré-natal, cuidados com os bebês etc.

Por fim, o último programa abordado dentre os oito previstos pela Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, é o Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (Proap), também voltado para a totalidade de estudantes matriculados e com frequência regular do campus. Seu objetivo é

[...] propiciar a permanência e êxito do estudante, por meio da identificação das dificuldades que influenciam na evasão e retenção, buscando formas de superá-las por meio do acompanhamento pedagógico e o atendimento psicossocial (IF BAIANO, 2019, p. 23).

Para tal, o campus conta com um Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (Napsi), composto por uma assistente social, uma psicóloga e uma pedagoga, responsável por operacionalizar esse programa.

O Proap é fundamental para os estudantes e, principalmente, para as estudantes gestantes, pois prevê ações de detecção de possíveis dificuldades de ordem pedagógica e psicossocial que interfiram no aprendizado dos discentes, identificação e acompanhamento dos estudantes com possíveis riscos de evasão (a descoberta da gravidez e a maternidade são exemplos disso), para garantir que eles continuem tendo acesso a uma educação de qualidade (IF BAIANO, 2019), além de outras ações que, como essas citadas, permitem o acolhimento que as gestantes adolescentes precisam, conforme relatado pelo referencial teórico, e um monitoramento constante de possíveis riscos biopsicossociais.

Como já citado anteriormente, a gravidez se constitui como fator de vulnerabilidade social para adolescentes, que implica em evasão escolar, mas que, com uma Política de Assistência Estudantil ampla, efetiva e com a visão integrada da estudante, como a do IF Baiano, é possível garantir a permanência e o êxito desse público, possibilitando, ainda, que elas deem continuidade à vida acadêmica e/ou sejam inseridas no mundo do trabalho, possibilidades capazes até de romper ciclos familiares de pobreza e futuras gestações precoces.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gravidez na adolescência é um fenômeno multifatorial, que envolve riscos à saúde da gestante, bem como do bebê, além de representar um risco psicossocial que pode levar a problemas com o relacionamento familiar, com o pai da criança, o enfrentamento de condições ruins de higiene, alimentação e acesso à saúde, além de estar relacionada diretamente à evasão escolar.

A proposta deste capítulo foi demonstrar que uma estratégia ampla, efetiva e que preza pela integralidade do sujeito, como é a assistência estudantil, possibilita que a evasão escolar não seja a única realidade possível para adolescentes que se descobrem grávidas durante o período escolar. Para tal, retratou como a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano acontece no dia a dia do campus Valença, para que as estudantes gestantes tenham suporte psicossocial, pedagógico e de saúde, consigam permanecer e alcançar êxito nos cursos integrados ofertados. Todo esse panorama proporciona a esse público romper com o círculo vicioso de pobreza que cerca as adolescentes das classes mais baixas e vislumbrar novas possibilidades em sua vida pessoal, acadêmica e profissional.

Este estudo cumpriu o objetivo predefinido de maneira preliminar, entretanto, ainda existem lacunas a serem preenchidas, que permitem a realização de um estudo mais aprofundado, utilizando dados estatísticos para comprovar, de forma quali-quantitativa, o impacto da assistência estudantil perante esse fenômeno tão recorrente no campus Valença.

Por fim, o intuito primordial deste capítulo foi ressaltar a importância da assistência estudantil enquanto direito social, nas instituições públicas federais, e que deveria ser ampliada para as demais escolas públicas do Brasil, ao invés de sofrer as ameaças no contexto do Brasil atual, para que possamos construir uma sociedade mais justa e igualitária.

TERMO RESPONSABILIDADE DE AUTORIA

As informações contidas neste capítulo são de inteira responsabilidade de suas autoras. As opiniões nele emitidas não representam pontos de vista da Comissão Organizadora e Científica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elioenai Dornelles; MUNIZ, Marisol Costa Viegas; TELES, Cássia Caroline Garcia Dalbem. Estudos sobre gravidez na adolescência: a constatação de um problema social. **Unopar Cient., Ciênc. Biol. Saúde**, Londrina, v. 12, n. 3, p. 49-56, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 nov. 2020.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=Art.%202%C2%BA%20Considera%2Dse%20crian%C3%A7a,e%20um%20anos%20de%20idade. Acesso em: 19 out. 2020.

CRUZ, Mércia Santos da; CARVALHO, Fabrícia Jólisse Vitorino; IRFFI, Guilherme. Perfil socioeconômico, demográfico, cultural, regional e comportamental da gravidez na adolescência no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 46, p. 243-266, jan./jun. 2016.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paideia**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 45, p. 123-131, jan./abr. 2010.

DINIZ, Eva; KOLLER, Sílvia Helena. Fatores associados à gravidez em adolescentes brasileiros de baixa renda. **Paideia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 53, p. 305-314, set./dez. 2012.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis.; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Aval Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-81, 2017.

FARIAS, Rejane; MORÉ, Carmen Ojeda Ocampo. Repercussões da gravidez em adolescentes de 10 a 14 anos em contexto de vulnerabilidade social. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 596-604, 2012.

FERREIRA, Rosiane Araújo; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; MELLO, Débora Falleiros; CARVALHO, Ione Pinto de; CANO, Maria Aparecida; OLIVEIRA, Luiz Antônio. Análise espacial da vulnerabilidade social da gravidez na adolescência. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 313-323, fev. 2012.

FERREIRA, Camomila Lira; BRAGA, Liliane Pereira; MATA, Ádala Nayana de Sousa; LEMOS, Caroline Araújo; MAIA, Eulália Maria Chaves. Repetição de gravidez na adolescência: estudos sobre a prática contraceptiva em adolescentes. **Estud. Pesqui. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.188-204, jan./abr. 2012.

FIEDLER, Milla Wildemberg; ARAÚJO, Alisson; SOUZA, Márcia Christina Caetano de. A prevenção da gravidez na adolescência na visão de adolescentes. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 30-37, jan./mar. 2015.

GUANABENS, Marcella Furst Gonçalves; GOMES, Alessandra Miranda; MATA, Maria Elizete da; REIS, Zilma Silveira Nogueira. Gravidez na adolescência: um desafio à promoção da saúde integral do adolescente. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 36, n. 1, supl. 2, p. 20-24, 2012.

HARTMANN, Juliana Mano; CESAR, Juraci A. Conhecimento de preservativo masculino entre adolescentes: estudo de base populacional no semiárido nordestino, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 2.297-2.306, nov. 2013.

IF BAIANO. **Política de Assistência Estudantil**. Salvador, 2019. Aprovada pela Resolução n.º 1, de 29 de janeiro de 2019.

MADUREIRA, Luciana; MARQUES, Isaac Rosa; JARDIM, Dulcilene Pereira. Contracepção na adolescência: conhecimento e uso. **Cogitare Enferm.**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 100-105, jan./mar. 2010.

MANFRÉ, Camila Cristina; QUEIRÓZ, Sara Gomes de; MATTHES, Ângelo do Carmo Silva. Considerações atuais sobre gravidez na adolescência. **R. Bras. Med. Fam. e Comun.**, Florianópolis, v. 5, n. 17, p. 48-54, jan./dez. 2010.

MARTINEZ, Edson Ziangiacomi; ROZA, Daiane Leite da; CACCIA-BAVA, Maria do Carmo Gullaci Guimarães; ACHCAR, Jorge Alberto; DAL-FA-BBRO, Amaury Lelis. Gravidez na adolescência e características socioeconômicas dos municípios do estado de São Paulo, Brasil: análise espacial. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 855-867, maio 2011.

MOCCELLIN, Ana Silvia; COSTA, Larissa Riani; TOLEDO, Aline Martins de; DRIUSSO, Patricia. Efetividade das ações voltadas à diminuição da gravidez não planejada na adolescência: revisão da literatura. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 10, n. 4, p. 407-416, out./dez. 2010.

MOURA, Laís Norberta Bezerra de; GOMES, Keila Rejane Oliveira; RODRIGUES, Malvina Thais Pacheco; OLIVEIRA, Delvianne Costa de. Informação sobre contracepção e sexualidade entre adolescentes que viveram uma gravidez. **Acta. Paul. Enferm.**, v. 24, n. 3, p. 320-326, 2011.

NASCIMENTO, Mirlene Garcia; XAVIER, Patricia Ferreira; SÁ, Rafaella Domingos Passos de. Adolescentes grávidas: a vivência no âmbito familiar e social. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 41-47, out./dez. 2011.

NERY, Inez Sampaio; MENDONÇA, Rita de Cássia Magalhães; GOMES, Ivanilda Sepulveda; FERNANDES, Ana Catharina Nunes; OLIVEIRA, Delviane Costa de. Reincidência da gravidez em adolescentes de Teresina, PI, Brasil. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 31-37, jan./fev. 2011.

OLIVEIRA, M. J. P.; LANZA, L. B. Educação em saúde: doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência. **Rev. Fac. Ciênc. Méd.** Sorocaba, v. 20, n. 3, p.138-141, 2018.

PARIZ, Juliane; MENGARDA, Celito Francisco; FRIZZO, Giana Bitencourt. A atenção e o cuidado à gravidez na adolescência nos âmbitos familiar, político e na sociedade: uma revisão da literatura. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 623-636, 2012.

PEREIRA, Priscila Krauss; LOVISI, Giovanni Marcos; LIMA, Lúcia Abelha; LEGAY, Letícia Fortes. Complicações obstétricas, eventos estressantes, violência e depressão durante a gravidez em adolescentes atendidas em unidade básica de saúde. **Rev. Psiq. Clín.**, São Paulo, v. 37, n. 5, p. 216-222, 2010.

RIBEIRO, Karla Rangel; ISTOE, Rosalee Santos Crespo; MANHÃES, Fernanda Castro; SHIMODA, Eduardo. Associação entre gravidez na adolescência, prática do bullying e evasão escolar em escola pública de Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil. **InterSciencePlace - Revista Científica Internacional**, Campos dos Goytacazes, v. 10, n. 8, p. 186-201, jan./mar. 2015.

RIBEIRO, Maria Tânia P.; SANTOS, Márcio Bezerra; SANTOS, Allan Dantas. Características sociodemográficas e comportamentais relacionados à gravidez na adolescência no município de Jeremoabo, Bahia, Brasil. **Scientia Plena**, Aracaju, v. 11, n. 1, p. 1-12, 2015.

SANTOS, Carolina Carbonell dos; WILHELM, Laís Antunes; ALVES, Camila Neumaier; CREMONESE, Luiza; CASTIGLIONI, Crislen Malavolta; VENTURINI, Larissa; JUNGES, Carolina Frescura; RESSEL, Lúcia Beatriz. A vivência da gravidez na adolescência no âmbito familiar e social. **Rev. Enferm.** UFSM, v. 4, n. 1, p. 105-112, jan./mar. 2014.

SILVA, João Luiz Pinto; SURITA, Fernanda Garanhani Castro. Gravidez na adolescência: situação atual. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, São Paulo, v. 34, n. 8, p. 347-350, 2012.

SILVA, Verônica Caé da; BARBIERI, Márcia; APERIBENSE, Pacita Geovana Gama de Sousa; SANTOS, Claudia Regina Gonçalves Couto dos. Gravidez na adolescência em unidades de saúde pública no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 60-67, out./dez. 2010.

SOUSA, Carolina Rodrigues de Oliveira; GOMES, Keila Rejane Oliveira; SILVA, Kamila Cristiane de Oliveira; MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; RODRIGUES, Malvina Thaís Pacheco; ANDRADE, Jesusmar Ximenes; LEAL, Maria Andréia Brito Ferreira. Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 160-169, 2018.

SOUZA, Andrea Xavier Albuquerque; NÓBREGA, Sheva Maia; CONTINHO, Maria da Penha Lima. Representações sociais de adolescentes grávidas sobre a gravidez na adolescência. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 24, n. 3, p. 588-596, 2012.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **RBPAE**, Goiânia v. 30, n. 1, p. 181-201, jan./abr. 2014.

VENTURA, Magda Maria O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Rev. SOCERJ**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Pregnant adolescents: delivering on global promises of hope**. Geneva: WHO, 2006.

CAPÍTULO 6

SEXUALIDADE EM SALA DE AULA: UM OLHAR A PARTIR DA INTEGRAÇÃO DE SABERES

Alexandra Bomfim de Oliveira

Gabrielli Ornellas Schramm

Jardelson Rocha Oliveira

Ana Vitória Moreira Silva

Giovanna de Melo Ferreira

1. INTRODUÇÃO

A sexualidade, uma das características mais importantes do ser humano, está presente desde os primórdios da vida. De acordo com Taquette (2008), o ser humano é movido por suas pulsões libidinais. As manifestações sexuais já podem ser visualizadas em imagens ultrassonográficas de fetos do sexo masculino, como ereção peniana, e as meninas, desde os primeiros dias de vida, apresentam lubrificação vaginal. Esses comportamentos são uma demonstração da potencialidade biológica para o desenvolvimento da sexualidade.

Aspecto central do ser humano ao longo de toda sua vida, a sexualidade apresenta circunscritos elementos relativos ao sexo, às identidades e aos papéis de gênero, à orientação sexual, ao prazer, à intimidade e à reprodução (OPAS/MS, 2017). A Organização Mundial de Saúde (OMS) entende que a sexualidade está influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais (OPAS/MS, 2017). Presente desde a amamentação, na puberdade, a

sexualidade manifesta-se pela intensificação de sensações sexuais, que com o desenvolvimento físico torna o ser humano apto ao ato sexual propriamente dito, permitindo tanto obter prazer erótico como procriar (TAQUETTE, 2008).

A adolescência, fase da vida caracterizada pela transição entre infância e idade adulta, proporciona ao indivíduo mudanças significativas, marcadas pelos impulsos do desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, sexual e social, que são vivenciados de forma diferenciada em cada sujeito, sociedade e tempo histórico (FERREIRA *et al.*, 2007; BOZON; HEILBORN, 2006; EISENSTEIN, 2005). Segundo Taquette (2008), a atividade sexual na adolescência é percebida como um fato natural, largamente divulgado pela mídia, mas ainda se nota cobrança de atitudes castas para meninas, enquanto os rapazes têm de provar sua masculinidade precocemente, com o início, muitas vezes, prematuro da atividade sexual, por pressão social.

Outro aspecto importante destacado por essa pesquisadora consiste na defasagem existente entre a maturidade biológica, alcançada mais cedo, e a maturidade psicológica e social, fazendo com que os jovens se encontrem perdidos, sem um parâmetro social claro de comportamento sexual e com uma urgência biológica a ser satisfeita em idade precoce.

A saúde dos adolescentes tem se tornado um desafio para as políticas públicas de desenvolvimento no Brasil, uma vez que essa temática está diretamente ligada a indicadores sociais como educação, cultura, cidadania, violência e pobreza (MALTA *et al.*, 2011). Por isso, a promoção de saúde de adolescentes tem lugar de destaque, principalmente no que se refere à sexualidade, existindo a preocupação com a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), gravidez precoce e aborto inseguro (VIEIRA; CABRAL, 2017). Malta *et al.* (2011) ressaltam que outros fatores psicossociais, como a sensação de invulnerabilidade associada a pouca experiência de vida, fatores socioculturais e econômicos, muitas vezes ligados a fatores familiares, também podem interferir

no modo como os jovens cuidam da sua saúde, o que caracteriza esse grupo como de potencial vulnerabilidade.

Diante desse panorama, a educação sexual deve ter início o mais cedo possível, além de acontecer de forma contínua, mantendo-se vinculada à formação de todas as crianças e adolescentes, sendo iniciada e assumida pela família, complementada pela escola e profissionais de saúde (OLIVEIRA *et al.*, 2008).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM), em sua Parte III - Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, apresenta como uma das competências da disciplina Biologia, que o estudante seja capaz de promover a saúde reprodutiva, tanto individual quanto coletiva, distinguindo um posicionamento isento, bem fundamentado do ponto de vista científico, da simples especulação, do puro preconceito ou de tabus (BRASIL, 2000).

Gurgel *et al.* (2010) ressaltam que o desenvolvimento de habilidades pessoais que construam competências autocuidativas aumenta o poder de decisão e negociação do adolescente para não ceder a pressões, praticando o autocuidado, tendo atitudes positivas para lidar com a sexualidade e a prática do sexo.

Nesse contexto, a escola, pela sua importância no campo de socialização do escolar e adolescente, seria um importante veículo para educação sexual. Segundo Brêtas e Silva (2012), isso não ocorre de forma satisfatória, porque variáveis como o despreparo dos professores e vinculação do exercício da sexualidade somente à prática das funções reprodutoras, atrapalham a educação sexual. Essa postura ocasiona uma cisão entre sexualidade e subjetividade, restando apenas informações sobre reprodução, anatomia, fisiologia, IST e contracepção, não assegurando eficácia educativa, talvez, porque a subjetividade tem mais influência do que as informações para os adolescentes (BRÊTAS; SILVA, 2012). A sexualidade deve ser apresentada incluindo sua amplitude prazerosa e benéfica, portanto, sua abordagem nas escolas e nas relações familiares requer atenção para promover a saúde reprodutiva (VIEIRA; CABRAL, 2017).

A orientação sexual, deriva do conceito pedagógico de orientação educacional, e no contexto escolar objetiva, basicamente, suprir as lacunas de informação do adolescente, mexer com seus preconceitos e conflitos, abrindo um espaço afetivo em que ele possa expressar suas angústias e medos, definindo-se como um processo de intervenção sistemática na área da sexualidade (SUPLICY, 1994).

Desse modo, a escola constitui um espaço significativo para o adolescente levar suas experiências, curiosidades, fantasias, dúvidas e inquietações a respeito da sexualidade (GIRONDI *et al.*, 2006). A partir disso, a instituição de ensino deve oportunizar ao discente o desenvolvimento de habilidades que o auxiliem a obter qualidade de vida e saúde reprodutiva. Profissionais de saúde, com destaque para enfermeiros e psicólogos, contribuem significativamente com a educação sexual, compondo com a escola o sistema educacional que tem o dever de fornecer ensino de qualidade a seu público-alvo e permitir sua participação no processo de aprendizagem (BORGES; MEDEIROS, 2004).

Apesar de existirem muitas pesquisas com a temática de sexualidade e adolescência, a maioria se restringe a área de saúde ou a área de educação, aquelas que promovem a interação do conhecimento de Biologia, Educação, Enfermagem e Psicologia, somado à percepção de pesquisadoras também adolescentes, são escassas ou mesmo inexistentes. Essa realidade e o exposto nos referenciais teóricos justificam relatos como este, que podem promover, além da saúde reprodutiva, caminhos e subsídios para ações educativas que sejam significativas para adolescentes.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

O caminho percorrido para desenvolver a educação sexual entre adolescentes dentro da sala de aula, a partir da percepção de um saber integrado, segue descrito a seguir.

2.1. Ensino a partir da integração de saberes como recurso para abordagem da sexualidade em sala de aula

Diante do contexto e conceitos já mencionados, a intervenção pedagógica, por meio da integração de saberes de Biologia, Educação, Enfermagem e Psicologia, somados ao conhecimento de duas estudantes, adolescentes, pesquisadoras voluntárias, buscou desenvolver a educação sexual de forma a promover a saúde e a formação dos adolescentes participantes. A intervenção foi desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), campus Teixeira de Freitas, localizado no extremo sul da Bahia. O município de Teixeira de Freitas se caracteriza como um centro de serviços, com destaque aos serviços de comércio, saúde e educação (BRASIL, 2010), o que ocasiona uma diversidade social e cultural de sua população. As atividades oferecidas e os vários municípios abarcados pelo IF Baiano campus de Teixeira de Freitas possibilitam a convivência de diversas realidades, destacando adolescentes com idade entre 12 e 18 anos que compõem uma parcela significativa dos estudantes.

O IF Baiano, por meio da Resolução n.º 01, de 29 de janeiro de 2019, instituiu a Política de Assistência Estudantil que trata de princípios e diretrizes que norteiam programas e ações que visam democratizar o acesso, a permanência e o êxito de estudantes (IF BAIANO, 2019). Para o desenvolvimento da intervenção pedagógica foi estabelecida parceria com dois programas dessa política, o Programa de Prevenção e Assistência à Saúde (Pro-Saúde) e o Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (Proap). Por intermédio do Pro-Saúde são desenvolvidas ações de prevenção a doenças e promoção de saúde por meio dos serviços dos profissionais de saúde do campus, que integram o Núcleo Multiprofissional. O Proap, por sua vez, viabilizado pelo Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (Napsi), tem como características centrais a identificação de dificuldades que influenciam na evasão e retenção, e a busca de formas de superação destas por meio do acompanhamento pedagógico e atendimento psicossocial. Ambos os programas na

intervenção pedagógica foram representados pelo enfermeiro e psicóloga do campus.

A intervenção pedagógica foi realizada durante as aulas de Biologia e a descrição da experiência foi desenvolvida de forma qualitativa, já que esteve pautada na percepção de um grupo sobre determinado assunto. O método qualitativo pode descrever uma situação, um fenômeno ou a relação entre estes, levar à compreensão de informações que englobam valores pessoais e sociais, bem como características de um determinado grupo sobre um tema específico (POLIT *et al.*, 2004; GIL, 2006). E, ainda, apresentar a subjetividade das ações, favorecendo a compreensão dos fenômenos relacionados ao objeto de estudo, enfatizando suas características, origens e razões (MINAYO, 2012).

O público selecionado foram os discentes matriculados no primeiro ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, com faixa etária entre 13 e 15 anos de idade. Dentre os conteúdos abordados na disciplina Biologia, nesta série, a reprodução, com enfoque na reprodução humana, consiste em um dos assuntos que os estudantes mais se interessam, provavelmente porque identificam a oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre sua própria sexualidade.

A intervenção consistiu em duas atividades lúdicas interligadas, denominadas de Caixa da Sexualidade e Oficina do Concorde e Não Concorde, que proporcionaram uma reflexão individual e coletiva, respectivamente. Segundo Matos (2013), a ludicidade torna o processo de ensino-aprendizagem prazeroso e mais rápido, pois qualquer indivíduo em qualquer idade possui maior facilidade em aprender aquilo que lhe é mais interessante, o que lhe chama a atenção, o que lhe desperta a curiosidade. Pinto e Tavares (2010) acrescentam que o lúdico torna a sala de aula um espaço de reelaboração do conhecimento vivencial constituído com o grupo ou individualmente.

A Caixa da Sexualidade foi a primeira etapa da intervenção. No momento de sua instalação nas salas das turmas, foi apresentada

a complexidade da definição de sexualidade e o que esse termo abrange, além de deixar claro o objetivo da caixa, que consistia em coletar dúvidas, conceitos e comentários relacionados à sexualidade. Os estudantes tiveram a oportunidade de expressar sua opinião e questionamentos sobre o tema de forma individual e sem se expor aos demais colegas. O conteúdo dessa caixa foi estudado e categorizado, com base nos aspectos abordados pelos estudantes. Essas categorias informaram, individualmente, o que, sobre sexualidade, interessa ao adolescente.

A Oficina do Concordo e Não Concordo consistiu em uma atividade coletiva adaptada de oficina aplicada por Souza *et al.* (2017). A oficina foi desenvolvida por turma, pois a participação dos estudantes com os colegas de turma os deixariam mais à vontade, dirimindo timidez e constrangimentos em discutir sobre sexualidade. De acordo com pesquisadores, os adolescentes consideram o grupo de pares como um meio para ajudar o indivíduo a definir a sua identidade, interesses e personalidade; para construir a sua reputação; para desenvolver um equilíbrio entre a sua individualidade e a conformidade; para proporcionar suporte emocional e material; para construir e manter as suas amizades; e para fomentar a participação em atividades de grupo (BERNDT, 1992; LAURSEN, 1996).

Lisboa e Koller (2003) destacam, ainda; que os sentimentos de aceitação, de intimidade e de confiança, presentes nas relações de amizade, proporcionam um ambiente de desenvolvimento psicossocial saudável, pois geram apoio social e companhia de pares, que vivenciam situações compartilhadas.

A partir dos aspectos de sexualidade identificados na primeira etapa da intervenção foram elaboradas afirmações sobre saúde reprodutiva e sexualidade. Quando a oficina foi aplicada, a cada estudante foram entregues três pedaços de cartolina em formato de cartão, nas cores verde, vermelho e amarelo, representando, respectivamente: “concordo”, “não concordo” e “tenho dúvidas”.

As frases, previamente elaboradas, foram apresentadas, individualmente, e os participantes levantavam os cartões que

representavam sua opinião. Os estudantes, em seguida, foram convidados a defenderem seu ponto de vista, caso tivessem vontade, e isso iniciou reflexões a cerca dos aspectos da sexualidade, ressaltados por eles mesmos. Então, os pesquisadores abordaram os aspectos da afirmação sob a perspectiva da biologia, enfermagem e psicologia, a fim de esclarecer as dúvidas, dirimir preconceitos e desconstruir equívocos.

Essa etapa da intervenção oportunizou a construção de conhecimento integrado, pois a troca de opiniões e percepções dos adolescentes sobre diversos temas de sexualidade, somada à condução das reflexões pelos pesquisadores, impediu que o acesso ao conhecimento fosse fragmentado e descontextualizado.

Antes da aplicação dessa oficina, para que os estudantes ficassem à vontade, foi esclarecido que as afirmações tiveram origem das dúvidas manifestadas pelos colegas de todas as turmas de primeiro ano, e que o objetivo da oficina era o de reflexão e aprendizado. Evidenciou-se que quando o aluno escolheu o cartão que tornou pública sua opinião para os colegas, não significava que ele havia praticado o que a frase apresentava, mas o que ele já havia pensado ou ouvido sobre o assunto. Porém, se, mesmo assim, diante de alguma afirmação, ele se sentisse desconfortável, teria a opção de não escolher nenhum dos cartões e não apresentar sua opinião. Dessa forma, possíveis constrangimentos e comentários indelicados dos próprios colegas diante de alguma manifestação foram minimizados, não havendo necessidade de intervenções diretas dos pesquisadores para sanar constrangimentos.

Após a aplicação dessas duas atividades lúdicas em sala de aula a professora de Biologia, enfermeiro, psicóloga e as duas pesquisadoras adolescentes descreveram a sua experiência, apresentada na secção seguinte. Um relato que possui, além de um caráter multidisciplinar e interdisciplinar, a integração de saberes oriundos de vivências de indivíduos com faixas etárias e ocupações profissionais diferentes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. A vivência da intervenção pedagógica inovadora no processo de ensino-aprendizagem da sexualidade

A adolescência constitui uma fase da vida de grandes transformações emocionais, cognitivas, sociais e corporais (MALTA *et al.* 2011). A presença de conflitos durante todo esse processo é inquestionável, a demasiada quantidade de mudanças gera dúvidas que evidenciam a grande dificuldade que os jovens enfrentam ao tentar findá-las. A percepção das adolescentes pesquisadoras deste estudo indicou que para a maioria dos adolescentes, abordar assuntos como orientação sexual, virgindade, masturbação ou mesmo questões anatômicas e fisiológicas, com seus pais e responsáveis, às vezes, é algo inconcebível, desse modo, eles acabam por reprimir seus próprios questionamentos.

Na sexualidade, apesar de atualmente ser um assunto abordado de maneira mais aberta, muitas crenças e valores continuam fixados (CARELLI, 2013), acarretando conflitos, dúvidas e mal-entendidos. Quando se fala de saúde sexual entre adolescentes, a maior problemática gira em torno da falta de informação ou mesmo do acesso a informações equivocadas. O início de uma vida sexual sem o devido preparo pode resultar desde gravidez precoce à contração de IST. Martins e colaboradores (2006), estudando o nível de conhecimento de adolescentes sobre sexualidade de escolas públicas e privadas de diferentes idades, mostraram que, apesar de 18,6% dos escolares da rede privada e 28,6% das escolas públicas já apresentarem vida sexual, o índice total sobre o conhecimento dos métodos de proteção foi considerado baixo.

Pela sua importância no campo de socialização do escolar e adolescente, a escola precisa estar ativamente envolvida na transformação dessa realidade, apresentando-se como um importante veículo para educação sexual. Para tanto, os PCNEMs orientam que ao fim do desenvolvimento dos conteúdos de Biologia, os estudantes sejam capazes de promover a saúde reprodutiva, tanto individual

quanto coletiva (BRASIL, 2000), o que atribui ao professor desse componente curricular a responsabilidade de proporcionar um processo de ensino-aprendizagem significativo.

Com essa finalidade, havendo a oportunidade, reunir diferentes vivências e saberes em estratégias de ensino podem gerar resultados muito positivos, pois, segundo Vieira e Cabral (2017), a sexualidade deve ser apresentada incluindo sua amplitude prazerosa e benéfica, portanto, sua abordagem nas escolas requer atenção para promover a saúde reprodutiva. A assistência estudantil, nessa intervenção pedagógica, representada pelo Pro-Saúde e Proap, contribuíram tanto com a promoção de saúde quanto com o processo educativo formal de adolescentes.

Nas ações educativas do enfermeiro, por exemplo, inclui, dentro das suas áreas distintas e interligadas, a educação em saúde, que está representada pelas atividades educativas junto a sua clientela. Diante da necessidade de projetos de educação sexual para adolescentes, o profissional de enfermagem deve adequar a sua prática clínica e educacional, respondendo a uma dimensão plural de demandas e necessidades e criando um espaço privilegiado para a construção de um modelo universal e equânime para a atenção ao adolescente (FORTIN; BIGRAS, 2000). A presença do enfermeiro na sala de aula em intervenções como a realizada enriqueceu o processo de ensino-aprendizagem com informações e direcionamentos que, apesar de serem abordados pelo docente, comumente não é feito com a devida propriedade.

A psicologia, no contexto escolar, implica em uma visão sistêmica do percurso formativo do estudante, considerando os aspectos físicos, psíquicos, sociais, políticos e culturais circunscritos ao seu desenvolvimento. Para auxiliar o estudante em seu processo educativo, a psicologia escolar não pode ser pautada num modelo médico ou pedagógico, tão somente inferindo que problemas e dificuldades de aprendizagem são decorrentes de fatores biológicos ou individuais.

A psicóloga deste estudo afirmou ser de grande valor quando os conhecimentos psicológicos são convidados a dialogar interdisciplinarmente, como realizado nesta intervenção pedagógica, pois propiciam também um espaço de psicoeducação e promoção de saúde.

A análise do conteúdo da Caixa da Sexualidade revelou a complexidade do tema proposto, não estando restrito aos aspectos biológicos do desenvolvimento humano. Dentre as perguntas e comentários encontrados, muitos se relacionaram com virgindade, anatomia e fisiologia da reprodução humana, masturbação e relação sexual, seguidos por orientação sexual, métodos contraceptivos e IST, sendo que houve poucos registros sobre embriologia e afetividade nos relacionamentos.

Os temas verificados sobre sexualidade nessa primeira etapa de intervenção podem ser corroborados por outros pesquisadores, que indicam iniciação sexual, mudanças da anatomia e fisiologia da reprodução humana, sexo seguro, gravidez na adolescência, orientação sexual, IST, abuso sexual, relação sexual e prazer, como os temas de sexualidade que mais interessam adolescentes em idade escolar (EW *et al.*, 2017; FREIRE *et al.*, 2017; SOUZA *et al.*, 2017). Todos os temas apresentados nesses estudos foram observados por meio de dúvidas ou comentários da Caixa da Sexualidade, com exceção de abuso sexual, verificado no estudo de Ew e colaboradores (2017) com baixa expressividade. Isso pode indicar que apesar de crianças e adolescentes serem rotineiramente vítimas de abuso sexual, este ainda não é um assunto tão interessante para os estudantes ou um assunto ainda rodeado de tabus.

A forma como essa etapa da intervenção pedagógica foi desenvolvida assegurou ao adolescente expor suas dúvidas de modo dinâmico e discreto, imprimindo ludicidade à investigação do conhecimento prévio sobre sexualidade. Aos estudantes foi permitido externar suas dúvidas de forma mais aberta, sem se sentirem julgados ou pressionados, visto que não foi necessária nenhuma identificação na pergunta. Apesar disso, observou-se, em duas turmas, um receio em apresentar dúvidas, o que pode indicar falta de interesse ou

timidez, conduzindo a reflexão sobre o que pode fazer com que o adolescente se isente sobre um assunto tão instigante para sua faixa etária, como a sexualidade.

A Oficina do Concordo e Não Concordo, segunda etapa da intervenção pedagógica, obteve sucesso em todas as suas aplicações, pois os adolescentes estavam visualmente à vontade em participar da proposta, expondo suas percepções e refletindo sobre estas conjuntamente. Um registro importante foi que no planejamento inicial seriam destinadas para execução da atividade apenas duas aulas, com duração de 50 minutos cada, porém, os estudantes ficaram tão envolvidos que foi necessário estender essa duração, resultando na utilização de cinco aulas em cada uma das turmas para realização da oficina. Isso indica, também, a necessidade de afirmação dos adolescentes compreendendo-se como sujeitos protagonistas das suas próprias histórias, sendo capazes de tomar decisões importantes e conscientes, que refletem diretamente em suas vidas e em sua saúde.

O caráter multiprofissional dos facilitadores da oficina também contribuiu para a relação de confiança estabelecida, para além do conhecimento intrínseco de suas áreas. A professora colaborou com a intimidade estabelecida com a turma ao longo do ano letivo, o enfermeiro com a experiência adquirida nos atendimentos dos próprios estudantes em seu consultório, e a psicóloga com a segurança emocional que sua presença estabelecia. Silva e colaboradores (2017) ressaltam que a visão da psicologia sobre o tema contribui para que oficinas, como a realizada, ocorram de maneira leve, no sentido de promover uma relação saudável com o tema, proporcionando maior segurança aos estudantes.

A respeito de escolas promotoras de saúde, dentre princípios elencados por Vieira *et. al.* (2014), nota-se que atividades como a oficina desenvolvida reforçam o papel de promoção à saúde ao:

[...]

3. Fundamentar-se em um modelo de saúde que inclua a interação dos aspectos físicos, psíquicos, socioculturais e ambientais.
4. Promover a participação ativa de alunos e alunas.
5. Reconhecer que os conteúdos de saúde devem ser necessariamente incluídos nas diferentes áreas curriculares.
6. Entender que o desenvolvimento da autoestima e da autonomia pessoal é fundamental para a promoção de saúde.
[...]
8. Ter visão ampla dos serviços de saúde que tenham interface com a escola.
9. Reforçar o desenvolvimento de estilos saudáveis de vida que ofereçam opções viáveis e atraentes para a prática de ações que promovam a saúde. [...]. (VIEIRA *et al.*, 2014, p. 18).

Não obstante o potencial de levar conhecimento a nível individual, a oficina foi um espaço privilegiado do aprendizado em grupo, por meio de trocas de ideias e opiniões mediadas pelos profissionais. Vale ressaltar que tais formulações pessoais são produzidas nas relações com os outros, de modo que cada estudante pode ser percebido como membro ou agente de um grupo ou instituição, historicizado e contextualizado, o que leva a considerar o poder de influência da sociedade na vida dos indivíduos, conforme escreve Ávila (2016, p. 24):

O indivíduo só existe na sociedade quando se encontra inserido em alguma de suas subestruturas, que lhe darão todo o referencial e o

sentido de seu comportamento. Esta sua inserção se processa em duas vias:

- para o interior da personalidade, constituindo de fora para dentro tudo aquilo que o indivíduo é: seus valores, seus sentimentos, seus ideais;
- para o exterior do indivíduo, em seus relacionamentos e em sua atuação social.

Na prática, significa dizer que o ato de concordar, discordar ou ter dúvidas a respeito de uma assertiva está intrínseco aos sistemas de características, conhecimentos e valores grupais ou institucionais nos quais o estudante se insere. Assim, suas falas estiveram fundamentadas por dogmas religiosos, valores familiares, conhecimentos científicos, saberes populares e novos paradigmas fortalecidos pela globalização e virtualização das relações e informações.

A realização das oficinas em grupo, ao propiciar a partilha de pensamentos e sentimentos, favoreceu a compreensão daquilo que escreve Da Ros e Abella (2008, p. 287) ao explicarem a relação dialética entre sujeito e grupo:

Assim, pode-se afirmar que o sujeito, em contexto de grupo, constitui-se como singular e ao mesmo tempo como possuidor de características comuns aos demais membros do grupo. Sendo assim, constitui e é constituído pelas relações ali originadas.

Diante disso, torna-se possível observar tanto a bagagem que cada estudante já trazia a partir de suas vivências, experiências e conhecimentos prévios sobre sexualidade e temas associados, como também verificar o potencial transformador da ação no momento de seu acontecimento, pois ao refletir e escutar a si e aos demais, o sujeito-estudante se modifica, podendo se tornar um multiplicador

de novos conhecimentos em outros grupos e instituições dos quais faz parte.

As questões e estereótipos de gênero, por exemplo, estiveram fortemente presentes em muitos momentos das discussões, a citar alguns dos tópicos que apontavam nessa direção: a existência ou não de virgindade masculina; o uso da camisinha feminina e o porte de camisinha por ambos os sexos; a prática da masturbação; relações homoafetivas relacionadas ou não à homossexualidade, entre outros. D'Amorim (1997 *apud* DA ROS; ABELLA, 2008, p. 290) conceitua estereótipo de gênero como um “conjunto de crenças acerca dos atributos pessoais adequados a homens e mulheres, sejam estas crenças individuais ou partilhadas”. Da Ros e Abella escrevem que:

O constructo de gênero foi criado para enfatizar uma diferença entre homens e mulheres, não em termos biológicos, definidos pelo sexo, mas que dizem respeito a fatores culturais, sendo uma construção histórica, social e cultural, englobando aspectos como: comportamentos, interesses, estilos de vida, tendências, responsabilidades, papéis, sentimentos/consciência de si, personalidade, afetos, intelecto e emoções. (DA ROS; ABELLA, 2008, p. 290).

Quanto à gravidez na adolescência, ficou perceptível que as adolescentes, de modo geral, detêm maior conhecimento e interesse sobre o tema, protagonizando as discussões nesses momentos, ficando, os meninos, com participações mais tímidas, porém, vislumbrando aspectos que talvez nunca tiveram oportunidade de refletir. As adolescentes também se mostraram mais interessadas nos tópicos relacionados à virgindade, levantando reflexões sobre temas classificados como tabus sociais; por exemplo, os tipos de hímen, a primeira relação sexual e as possíveis mudanças corporais.

Outro aspecto importante evidenciado foram os discursos relacionados à liberdade sexual como forma de empoderamento feminino. Para os adolescentes do sexo masculino, os temas que causaram maior intensidade nas discussões e os instigaram a participar ativamente estavam relacionados a questões como: tamanho do pênis, masturbação, virgindade masculina e iniciação sexual.

De modo geral, ficou evidente que os adolescentes representam demandas específicas e também globais relacionadas à saúde, principalmente no tocante à saúde sexual e reprodutiva e à sexualidade em toda a sua amplitude e complexidade.

A intervenção pedagógica realizada, apesar de abordar alguns conteúdos relacionados à biologia da reprodução, saúde sexual e reprodutiva, presentes no conteúdo programático da disciplina Biologia do ensino médio (BRASIL, 2000), fugiu do paradigma geralmente estabelecido em sala de aula, que esgota a abordagem da sexualidade na área biológica. A sexualidade, como já foi apresentado por inúmeros autores, tem sua construção pautada para além do biológico, e fatores psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais precisam ser considerados. De acordo com Louro (2000), a vigilância sobre a sexualidade, deixando-a restrita aos aspectos biológicos, não sufoca a curiosidade e o interesse, e o que não é expresso fica remetido ao segredo e ao privado. Quando isso ocorre, ignora-se a dimensão social e política da sexualidade. Ou seja, impede tanto a compreensão quanto o exercício saudável da sexualidade.

A educação sexual que compete à escola precisa integrar todos esses aspectos a fim de cumprir seu papel na formação de indivíduos conscientes e críticos. Souza *et al.* (2017) afirmam que muitas questões levantadas durante a abordagem da sexualidade com adolescentes são trabalhadas no campo das Ciências Humanas, indicando a necessidade da aproximação dessas áreas e deixando implícita a importância da interdisciplinaridade.

Outro aspecto relevante percebido na intervenção, talvez pelo afastamento do modelo tradicional de ensino, foi a participação dos

adolescentes e a relação de confiança que se estabeleceu entre todos os envolvidos. Ambas as etapas realizadas tiveram os estudantes como cocriadores, integrando-os ao processo de ensino-aprendizagem de forma interativa e lúdica. O lúdico torna conteúdos e temas mais interessantes para pessoas de qualquer idade, fazendo com que elas se envolvam e aprendam algo durante a atividade (MATOS, 2013; PINTO; TAVARES, 2010).

A construção do conhecimento centrada na interatividade em clima de mútuo respeito e afetividade é defendida por Silva (2010). Já Moraes (2011) ainda ressalta que o educador deve explorar diversas alternativas e visões, bem como as múltiplas perspectivas que surgem nos diversos momentos do processo de construção do conhecimento. Esse foi o intuito nesta intervenção pedagógica, ou seja, apresentar e provocar reflexões sobre um tema amplo e complexo, que realmente contribuíssem para a formação do indivíduo, sem encerrar a discussão ou abranger todos os seus aspectos, mas significar algo para o adolescente, além de informação. Acredita-se que isso foi alcançado devido aos relatos e comentários feitos pelos estudantes após a intervenção.

Para a equipe que elaborou e executou a intervenção pedagógica a experiência foi extremamente enriquecedora, pois abriu espaço para novas aprendizagens baseadas na troca estabelecida entre a equipe e desta com os estudantes. Também contribuiu para o desenvolvimento da escuta mais qualificada para as questões e demandas que os adolescentes podem apresentar em relação à própria sexualidade, a fim de que a orientação fornecida, profissionalmente ou não, seja eficiente e isenta de preconceito e tabus.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção pedagógica desenvolvida fomentou diálogos temáticos com os estudantes a partir, primeiramente, dos entendimentos e dúvidas prévias deles sobre sexualidade, que, em seguida, foram expandidos e esclarecidos, respectivamente. Desse modo,

subjacente à discussão sobre sexualidade, realizou-se apresentação de conteúdo do ementário de Biologia, ações de prevenção a comportamentos de riscos e de promoção à saúde, que podem refletir em benefícios à vida do estudante dentro e fora da escola.

Além disso, colaborou para aproximar os estudantes do serviço de enfermagem e, principalmente de psicologia, assim como para ampliar a compreensão do papel desses profissionais no contexto escolar. Também serviu para introduzir ou reforçar a ideia de que, na escola, a psicóloga pode ser apoio na construção da singularidade de cada sujeito, assim como o enfermeiro pode contribuir para a manutenção da saúde por meio de ações educativas, seja no consultório, em equipe multiprofissional ou mesmo em interação/parceria com professores, evidenciando a versatilidade da atuação profissional.

Este estudo proporcionou aos adolescentes espaço de protagonismo tanto na construção de conhecimento quanto na formação de indivíduo consciente e crítico. A apresentação dele no formato de capítulo pretende também ser inspiração e orientação, principalmente, para escolas que buscam causar impactos positivos e significativos em seus estudantes. Assim, incentivar que a sexualidade seja tratada como ela realmente se apresenta, considerando seus múltiplos aspectos e a urgência em sua abordagem e reflexão, indicando a interdisciplinaridade, integração de saberes e ludicidade como ferramentas, que permitam, para além do que a escola, em geral, proporciona, colaborar para a emancipação dos cuidados em saúde e do autocuidado na adolescência.

TERMO RESPONSABILIDADE DE AUTORIA

As informações contidas neste capítulo são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões nele emitidas não representam pontos de vista da Comissão Organizadora e Científica.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Lazslo A. **Grupos**: uma perspectiva psicanalítica. 1. ed. São Paulo: Zagodoni, 2016.
- BERNDT, Thomas J. Friendship and friends' influence in adolescents. *Current Direction. Psychological Science*, v. 1, n. 5, p. 156-159, 1992.
- BORGES, Ida K.; MEDEIROS, Marcelo. Representações sociais de DST/Aids para adolescentes de uma instituição de abrigo com experiência pregressa de vida nas ruas da cidade de Goiânia. **Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**, v. 16, n. 4, p. 43-49, 2004.
- BOZON, Michel; HEILBORN, Maria L. Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais/Initiation to sexuality: socialization modes, gender interactions and individual trajectories. *In*: HEILBORN, Maria L.; AQUINO, Estela M. L.; BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela R. **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2006. p.155-206.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Demográfico 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso: 10 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnologia. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2000. 364 p.
- BRÊTAS, José R. S.; SILVA, Conceição V. Orientação sexual para adolescentes: relato de experiência. **Acta Paulista Enfermagem**, São Paulo, v. 25, 2012.
- CARELLI, Aruza. Sexualidade do passado ao presente. *In*: DIEHL, Alessandra; VIEIRA, Denise (org.). **Sexualidade**: do prazer ao sofrer. São Paulo: Roca, 2013.
- EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 6-7, 2005.

EW, Raquel A. S.; CONZ, Jaqueline; FARIAS, Aline D. G. O.; SOMBRIO, Paula B. M.; ROCHA, Kátia B. Diálogos sobre sexualidade na escola: uma intervenção possível. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 51-60, 2017.

FERREIRA, Márcia A.; ALVIM Neide A. T.; TEIXEIRA, Maria L. O.; VELOSO, Raquel C. Saberes de adolescentes: estilo de vida e cuidado à saúde. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 217-224, 2007.

FREIRE, Ana K. S. *et al.* Aspectos psicossociais da sexualidade na adolescência: diálogos e aprendizagem na escola. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v. 38, n. 1, p. 3-14, 2017.

FORTIN, Laurier; BIGRAS, Marc. La résiliencedes enfants: facteurs de risque, de protection et liés modeles théoriques. **Pratiques Psychologiques**, [S.l.], v. 1, p. 49-63, 2000.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRONDI, Juliana B. R.; NOTHAF, Simone C. S.; MALLMANN, Franciole M. B. A metodologia problematizadora utilizada pelo enfermeiro na educação sexual de adolescentes. **Cogitare Enfermagem**, Paraná, v. 11, n. 2, p. 161-165, 2006.

GURGEL, Maria G. I; ALVES, Maria D. S; MOURA, Escolástica R. F; PINHEIRO, Patrícia N. C; REGO, Rita M. V. Desenvolvimento de habilidades: estratégia de promoção da saúde e prevenção da gravidez na adolescência. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 4, 2010.

IF BAIANO. **Resolução n.º 01, de 29 de janeiro de 2019**. Institui a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Salvador, 2019. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/ensino/wp-content/uploads/sites/2/2016/03/Pol%C3%ADtica-de-Assist%C3%A2ncia-Estudantil-29.01.2019.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

LISBOA, Carolina; KOLLER, Sílvia H. Amizade e vitimização: fatores de risco e proteção no contexto do grupo de iguais. **Psico**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 71-94, 2003.

LOURO, Guacira L. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira L. (org.). **O corpo educado** - Pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MALTA, Deborah C. *et al.* Saúde sexual dos adolescentes segundo a Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 14, p. 147-156, 2011.

MARTINS, Laura B. M.; COSTA-PAIVA, Lúcia; OSIS, Maria J. D.; SOUSA, Maria H.; NETO, Aarão M. P.; TADINI, Valdir. Conhecimento sobre métodos anticoncepcionais por estudantes adolescentes. **Rev. Saúde Pública**, Campinas, 2006.

MATOS, Marcela M. O lúdico na formação do educador: contribuições na educação infantil. **Cairu em Revista**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 133-142, jan. 2013.

MINAYO, Maria C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 621-26, 2012.

MORAES, Maria C. **Paradigma educacional emergente**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2011.

OLIVEIRA, Tays C.; CARVALHO, Liliane P.; SILVA, Marysia A. O enfermeiro na atenção à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 61, n. 3, 2008.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, MINISTÉRIO DA SAÚDE (OPAS/MS). **Saúde e sexualidade de adolescentes. Construindo equidade no SUS**. Brasília: Opas/MS, 2017. 71 p.

PINTO, Cibele L.; TAVARES, Helenice M. O lúdico na aprendizagem: aprender a aprender. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 226-235, 2010.

POLLIT, Denise F.; BECK, Cheryl T.; HUNGLER, Bernadete P.; THORELL, Ana. **Fundamentos da pesquisa em enfermagem:** métodos, avaliação e utilização. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROS, Silva Z.; ABELLA, Sandra I. S. Psicologia e relações de gênero: constituição do sujeito e relações de gênero em um contexto de ensinar e aprender. *In:* PLONER, Katia S.; MICHELS, Lísia R. F.; SCHLINDWEIN, Luciane M.; GUARESCHI, Pedrinho A. (org.). **Ética e Paradigmas na Psicologia Social** [on-line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/qfx4x/pdf/ploner-9788599662854.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa.** 5. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2010.

SOUZA, Fernanda S.; SANTOS, José L. V. O.; SHIKAKO, Gisele C.; LE SUEUR-MALUF, Luciana; CARVALHO, Carolina P. F. Conversando sobre saúde reprodutiva e sexualidade nas escolas. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 137-151, 2017.

SUPLICY, Marta. **Guia de orientação sexual:** diretrizes e metodologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

TAQUETTE, Stella R. Sexualidade na adolescência. *In:* BRASIL. **Ministério da Saúde.** Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Saúde do adolescente: competências e habilidades / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

VIEIRA, André G.; CABRAL, Ana L. F. Abordando a sexualidade nas escolas: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Ciência e Conhecimento**, São Jerônimo, v. 11, n. 1, 2017.

VIEIRA, Marlene A.; ESTANISLAU, Gustavo M.; BRESSAN, Rodrigo Affonseca; BORDIN, Isabel A. Saúde mental na escola. *In:* ESTANISLAU, Gustavo M.; BRESSAN, Rodrigo Affonseca (org.). **Saúde Mental na Escola:** o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014. Cap. 1, p. 11-23.

CAPÍTULO 7

O DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO À SAÚDE NO ESPAÇO ESCOLAR

Emily Lima Carvalho

Jussara Barreto

Davi Rodrigues

1. INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Assistência Estudantil regulamentado pelo Decreto n.º 7.234/2010 tem por objetivo fundamental ampliar as condições de permanência e êxito dos estudantes nas diversas modalidades de ensino público ofertados no país. Inclui ações que ambicionam reduzir as desigualdades sociais, prover condições de permanência e êxito, reduzir a ocorrência de retenções e evasão, contribuindo com a formação cidadã e a inclusão social dos indivíduos (BRASIL, 2010).

As áreas de abrangência da assistência estudantil incluem a assistência pedagógica, auxílios diretos com alimentação, moradia, transporte e assistência à saúde, dentre outras. Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) pela Lei n.º 11.892/2008, as ações de assistência estudantil se expandem sistemicamente para essas instituições, principalmente por terem como fundamento a educação básica aliada a formação técnica com a incorporação de políticas de ações afirmativas incentivadas e subsidiadas pelo Governo Federal à época, tendo público bem definido, incluindo um número considerável de adolescentes que

curram ensino médio integrado ao ensino técnico nessas instituições (BRASIL, 2008).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da vertente assistência à saúde, dentro da Política de Assistência Estudantil especificamente, apresenta-se como um desafio por diversas razões. Apesar de educação e saúde serem assegurados pela Constituição Federal, sua consolidação prática ainda se faz incipiente para diversas camadas da população e precisam ser reafirmadas constantemente (BRASIL, 1988). A criação dos institutos federais de ensino, ao contribuir para a democratização do ensino por se instalar em regiões estratégicas dos respectivos estados, precisa também desenvolver mecanismos para lidar simultaneamente com as necessidades sociais e de saúde de seus estudantes, uma vez que têm suas origens em regiões onde o acesso a serviços preventivos de saúde apresenta maiores obstáculos.

Dessa forma, cabe às políticas de assistência estudantil atuar com a finalidade de prover acesso a esses estudantes a ações de promoção à saúde, prevenção de doenças e apoio ao tratamento de condições que possam interferir diretamente no êxito e permanência do estudante.

Nesse sentido, desde 2009 vem ocorrendo o investimento na contratação de servidores públicos para compor os setores de saúde dos institutos federais de ensino, incluindo enfermeiros, técnicos em enfermagem, dentistas, nutricionistas, médicos e psicólogos, com vistas à implementação prioritária de ações de promoção à saúde.

Considerando que a realidade vivenciada pelos estudantes no ambiente escolar de institutos federais, majoritariamente adolescente, é transversalizada pelos mais variados contextos de vida, estando sujeitos a uma série de riscos vinculados à necessidade de aceitação por grupos de amigos, ao desejo de experimentar diferentes comportamentos, à sensação de onipotência, grandes mudanças corporais, além do início do envolvimento afetivo, do aumento da impulsividade e da busca de sensações novas, a execução de ações de promoção à saúde torna-se imprescindível com a finalidade não apenas de assegurar seu êxito na formação e sua permanência escolar,

mas também como mecanismo para favorecer sua qualidade de vida global. Dessa maneira, o desenvolvimento de ações de saúde dentro de instituições de ensino ganha terreno fértil.

A contratação de profissionais técnicos para atuação, no entanto, apesar de extremamente relevante, não constitui automaticamente a implementação de políticas de atenção à saúde dentro das instituições de ensino. Diversos desafios são enfrentados, sobretudo, no que se refere ao financiamento das ações/atividades de promoção e prevenção de doenças, a estruturação de espaços adequados para atendimento dentro da escola, a capacitação dos profissionais para lidar com o público específico e a concorrência com exaustivas cargas horárias de aula.

A divisão do orçamento direcionado para a assistência estudantil é discricionária e vinculada ao orçamento encaminhado pelo ente federal, sendo, na maioria das vezes, destinado quase que integralmente às bolsas auxílio e à refeição, considerando, ainda, que desde 2016, a rede federal de ensino vem passando por cortes orçamentários críticos em virtude da política de austeridade fiscal estabelecida e instituída pela Emenda Constitucional 95. Tal restrição orçamentária incide diretamente na capacidade das instituições de ensino em fortalecer a assistência estudantil, perpassando também pelas questões políticas e visionárias de cada gestor ao direcionar o investimento.

A disponibilidade de tempo para participação em ações periódicas de promoção à saúde pelos estudantes também é escassa, tendo em vista que os institutos federais fornecem um número maior de cursos técnicos integrados ao ensino médio, que possuem uma carga horária elevada de aulas e disciplinas práticas, além de estágios, chegando até mesmo aos estudantes cursarem até 22 componentes curriculares num mesmo ano. Tal rotina exaustiva dificulta o desenvolvimento de atividades de educação em saúde, seja pela baixa adesão, seja pela indisponibilidade de horário para sua realização, apresentando-se como um desafio relevante a ser transposto pela equipe de assistência estudantil.

Considerando tais questões, a assistência estudantil resiste e sobrevive, ainda que, muitas vezes, fragilizada. A captação de recursos por meio de outras modalidades de fomento, principalmente em campi menores de institutos federais, pode contribuir para a ampliação do leque de oferta de ações de assistência estudantil. Principalmente no que se refere à saúde, o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão pode se apresentar como uma estratégia válida para esse tipo de captação de recurso, assim como também pode se apresentar como um estimulante para o envolvimento e a participação dos estudantes nas atividades, considerando que a participação em ações de pesquisa e extensão compõem a formação curricular.

A articulação de ensino, pesquisa e extensão estabelece o tripé fundante da constituição e finalidade das instituições federais de ensino, sendo indissociáveis. Dentro dos IFs, a vertente de ensino é direcionada à formação técnica ou superior (graduação e pós-graduação); a pesquisa, por sua vez, apresenta-se na forma de projetos que visam, principalmente, resolver questões que promovam inovação tecnológica ou gerem produtos que tragam soluções a problemas relevantes para a sociedade; e a extensão fortalece o vínculo comunitário das instituições, asseverando as singularidades locais de acordo com os territórios de identidade onde cada campus está situado (BRASIL, 2008).

Considerando as potencialidades da extensão em estreitar o vínculo com as comunidades locais do entorno das instituições e com outras instituições por seu caráter executório extramuros, ela se apresenta como uma vertente com amplo potencial para o desenvolvimento de ações de promoção à saúde dentro de escolas, incluindo seu público interno e público externo.

Dessa forma, este capítulo se propõe a relatar a experiência dos autores na utilização de três projetos de extensão como recurso estratégico para o estímulo e desenvolvimento de ações de promoção à saúde dentro do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), incrementando o fortalecimento de vínculos com comunidades do entorno e outras entidades civis.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um relato descritivo da experiência dos autores no desenvolvimento de três projetos de extensão tendo como documentos basilares os relatórios finais apresentados e seus diários de campo. Os projetos tiveram financiamento e foram selecionados a partir de editais de fomento interno, gerenciados pela Pró-Reitoria de Extensão do IF Baiano, sendo desenvolvidos em dois campi do instituto.

O IF Baiano surgiu em 2010, a partir da integração das Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Médias de Agropecuária, incorporando um perfil eminentemente agrícola, dando ênfase ao vínculo com as demandas sociais locais e grupos e comunidades tradicionais que circundam seus campi. Tem campi localizados em pelo menos 19 territórios de identidade da Bahia. Os projetos que compreendem este relato de experiência compreendem um campus no território de identidade do Vale do Jiquiriçá – campus Santa Inês – e um campus no território de identidade do Recôncavo – campus Governador Mangabeira –, onde foram desenvolvidos dois dos três projetos aqui apresentados (IF BAIANO, 2019).

O campus Santa Inês tem por característica ter sido fundado a partir de uma antiga Escola Agrotécnica Federal, possuindo ampla tradição no território de identidade por sua característica de formação técnica voltada para Zootecnia, Alimentos e Agropecuária (também disponível na modalidade educação de jovens e adultos) integrada ao ensino médio. Atualmente, oferta também cursos de formação técnica em informática subsequente ao ensino médio, além de graduação em Ciências Biológicas (licenciatura), Geografia (licenciatura) e Zootecnia (bacharelado). Além de pós-graduações em Desenvolvimento e Meio Ambiente e Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional, ofertadas conforme demanda (IF BAIANO, 2019).

Nesse campus foi desenvolvido o Projeto “Primeiros Socorros na Escola”, em 2017/2018, que teve por objetivo capacitar estudantes

e servidores da rede pública de ensino do município de Santa Inês para prestar primeiros socorros em situações de urgência, considerando o potencial de difusão das informações para a população em geral a partir desses grupos. Considerou-se, ainda, para a proposição do projeto, a realidade desse território de identidade, composta por muitos povoados rurais onde residem esses estudantes, com estradas de difícil acesso e que contam com apenas uma base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), localizada na sede do município. Sendo assim, o projeto teve como objetivo também formar multiplicadores dessas informações.

O campus Governador Mangabeira foi criado em 2011 e é a unidade do IF Baiano que está localizada para atender as demandas de formação técnica do território de identidade do Recôncavo baiano, abarcando, pelo menos, 15 municípios de seu entorno, sendo uma instituição de educação presencial. Possui cursos de formação técnica integrada ao ensino médio em Agropecuária, Agroindústria e Informática; cursos de formação técnica subsequente ao ensino médio, em Agropecuária, Alimentos e Informática; curso de formação técnica em Cozinha, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, e cursos de pós-graduação nas áreas de humanas, exatas, metodologia científica e linguagens (IF BAIANO, 2019).

Nesse campus foram desenvolvidos os projetos: “Hashtag Adolescer (#Adolescer) – Práticas de promoção à saúde para adolescentes”, em 2019, e “Mascare-se pelo bem”, em 2020. O projeto #Adolescer teve como objetivo promover ações de educação em saúde para o público adolescente. O projeto “Mascare-se pelo bem”, por sua vez, teve por objetivo principal o desenvolvimento de ações voltadas para a prevenção da disseminação da doença causada pelo novo Coronavírus (Covid-19).

Todos os três projetos foram coordenados por uma enfermeira do IF Baiano, autora deste capítulo, com formação em terapia intensiva e saúde coletiva, e tiveram participação de estudantes bolsistas e voluntários que participaram de todas as etapas de planejamento e execução das atividades, sempre pautadas em propostas

de metodologias ativas e de envolvimento do público estudantil, privilegiando o contato e o diálogo com os pares.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção será apresentado um breve panorama do desenvolvimento dos três projetos de extensão propostos para intensificar as ações de promoção à saúde dentro da escola, com ênfase nos benefícios para o público interno do IF Baiano, estreitamento de vínculo com outras instituições de ensino e entidades civis e a maneira como houve direcionamento de recursos financeiros para a aquisição de insumos importantes para o desenvolvimento de atividades de educação em saúde e promoção da saúde. Também foram discutidas as limitações encontradas no percurso de desenvolvimento dos projetos.

3.1. Projeto Primeiros Socorros na Escola: difundindo práticas que salvam vidas

O projeto de Primeiros Socorros na Escola: difundindo práticas que salvam vidas foi idealizado com o intuito de promover as práticas de primeiros socorros na ocorrência de acidentes com animais peçonhentos, traumas diversos, engasgo, desmaio, parada cardiorrespiratória (PCR), queimaduras e cortes. O público-alvo principal foram servidores, funcionários terceirizados e estudantes do IF Baiano campus Santa Inês, e pessoas da comunidade externa, incluindo guardas municipais que atuavam nas escolas, agentes comunitários de saúde e profissionais do corpo pedagógico de escolas municipais. Foi desenvolvido entre setembro de 2017 e março de 2018.

Para iniciar as atividades do projeto foi criado um grupo de estudos em saúde com estudantes bolsistas e voluntários visando a sua capacitação para atuarem como mediadores durante as oficinas.

Após a capacitação, foram realizadas reuniões para definir o planejamento das atividades do projeto, surgindo como sugestão a elaboração de um jogo da memória em primeiros socorros com situações de risco à saúde, cujos pares seriam as ações de primeiros socorros a serem jogados pelos estudantes participantes do grupo de estudos e seus colegas durante os intervalos de aula, e o desenvolvimento do ensino das práticas de primeiros socorros a partir de situações problemas.

Foram beneficiários desse projeto: 48 servidores e funcionários do IF Baiano, 81 estudantes do IF Baiano e 93 pessoas da comunidade externa, compreendendo um total de 222 participantes. Nas oficinas, os participantes eram distribuídos em grupos, que recebiam as situações problema e eram convidados, após um tempo de discussão, a dizer o que fariam nas situações que descreviam situações possíveis de engasgo, acidentes com animais peçonhentos, traumas, PCR etc.

Decorrido o tempo de discussão, as equipes eram convidadas a ler a situação-problema e expressar que atitudes e decisões tomariam e, após isso, discutíamos as práticas que seriam recomendadas para o caso e que práticas poderiam ser prejudiciais às vítimas, contribuindo para desvendar mitos e facilitar a apreensão das práticas corretas.

Após a discussão do que seria recomendado em cada caso, os estudantes colaboradores realizavam simulações práticas das situações junto às equipes, incluindo o treinamento das técnicas (como reanimação cardiopulmonar – RCP – e manobra de Heimlich). Nesse projeto também foram desenvolvidos, com o apoio dos estudantes, um vídeo informativo sobre primeiros socorros com simulações e uma cartilha priorizando primeiros socorros em situações passíveis de ocorrer dentro do ambiente escolar.

O projeto contou com um orçamento de R\$ 1.200,00, sendo possível adquirir materiais importantes para prestar primeiros socorros em diversas situações: máscaras descartáveis para RCP, ataduras triangulares, maletas de primeiros socorros e reanimador manual (Ambu), além de maletas de primeiros socorros e um livro abordando a temática.

As maletas foram organizadas de tal forma que foram distribuídas para os locais de difícil acesso da equipe de saúde no campus, incluindo setor de transporte de estudantes (para uso em viagens técnicas) e setor odontológico, onde ocorre o uso de anestésicos e que ainda não possuía ainda alguns materiais para primeiros socorros (como Ambu).

As maletas também foram entregues à Secretaria Municipal de Saúde do município para distribuição na escola com maior contingente de estudantes, e para o setor de transporte responsável pelo tratamento fora do domicílio. O livro adquirido com o orçamento do projeto foi doado para ser disponibilizado na Biblioteca do campus, sendo o primeiro livro a tratar do assunto disponibilizado no acervo.

Dentre algumas dificuldades para a execução do projeto ocorreu a necessidade de adaptação à carga horária de aulas de estudantes e servidores docentes e/ou técnicos, que limitou a disponibilidade de horários para participação desse público nas oficinas, sendo necessário desenvolver atividades nos três turnos (matutino, vespertino e noturno), com a finalidade de oportunizar a participação de todos. Outro desafio esteve relacionado ao cronograma do projeto, que incluiu o período de férias escolares, o que reduziu o número de participantes da comunidade acadêmica, sendo direcionadas oficinas para o público externo nesse intervalo, não sendo possível alcançar os estudantes da rede pública de ensino. Os estudantes dos cursos superiores do campus também não puderam ser acessados, pela dificuldade de ajuste de horários.

O projeto contribuiu para promover a sensibilização da comunidade sobre a importância dos primeiros socorros em diversas situações do cotidiano, com as orientações corretas, tornando possível salvar vidas ou evitar danos mais graves até a chegada de serviço especializado. O reconhecimento precoce de alguns eventos cardiovasculares e a execução de práticas de primeiros socorros podem evitar complicações e até mesmo morte (AHA, 2015), principalmente num contexto de cidades que possuem

diversas comunidades rurais ou serviços de saúde básicos compatíveis com o tamanho de sua população.

Nesse sentido, além do potencial de formação de multiplicadores dos conhecimentos de primeiros socorros, o projeto também contribuiu para a sensibilização da população quanto ao uso racional do SAMU (NARDINO, 2012), incluindo a aprendizagem sobre o acionamento correto, o fornecimento de informações precisas que possam auxiliar no socorro e estratégias de autocontrole e controle de terceiros com a finalidade de resguardar a saúde da vítima.

Para os estudantes, a participação no projeto ensinou a compreensão da importância das práticas de primeiros socorros, incluindo ações de apoio ao acidentado, a avaliação do perigo da cena e a contribuição direta no salvamento da vida, e esses fatores colaboraram significativamente no desenvolvimento da formação cidadã, garantindo a interação da coletividade e o apoio mútuo na sociedade. A execução do projeto ainda logrou êxito na inclusão do ensino de práticas de primeiros socorros no currículo formativo desses estudantes, considerando a emissão de certificados pela coordenação de extensão.

3.2. Projeto #ADOLESCER

O projeto Hashtag Adolescer: práticas de promoção à saúde para adolescentes teve por objetivo principal promover o desenvolvimento do protagonismo juvenil no que se refere à sua própria saúde, almejando proporcionar a compreensão da corresponsabilidade envolvida na promoção e manutenção da qualidade de vida.

Sua abordagem temática toma como ponto de partida o fato de que a adolescência é uma fase da vida essencial para adoção de novos hábitos de vida saudáveis, e que as posturas adotadas nessa fase podem parametrizar a qualidade de vida da fase adulta. Nesse sentido, o ambiente escolar se apresenta como terreno fértil para

explorar interfaces interdisciplinares e desenvolver atividades de educação em saúde para o público adolescente.

O projeto foi desenvolvido entre outubro de 2018 e julho de 2019 e teve como público-alvo estudantes adolescentes do IF Baiano e de instituições de ensino externas pertencentes aos municípios do território de identidade do Recôncavo.

Foram beneficiários do projeto 743 adolescentes (443 – público interno e 300 – público externo). Para o público interno priorizou-se traçar um perfil de saúde dos estudantes e a oferta do serviço de auriculoacupuntura, para a diminuição do estresse e da ansiedade. Para a análise do perfil de saúde realizou-se tabulação e análise dos dados disponíveis na ficha de saúde e questionário socioeconômico, preenchidos pelos estudantes e seus responsáveis (que preenchem um termo de autorização para divulgação dos dados para fins científicos) no ato de sua matrícula.

Esses dados foram analisados e, além de informações sobre municípios de origem e gênero, constatou-se que pelo menos 38% dos estudantes tinham alguma necessidade de saúde em tratamento ou precisando tratar. Em relação ao histórico familiar de doenças crônicas, cerca de 53% dos estudantes informaram ter, pelo menos, duas ou mais doenças crônicas entre familiares de primeiro grau. Quanto ao perfil socioeconômico 57% dos estudantes se autodeclararam negros e 68% disseram ter renda *per capita* menor que ½ salário mínimo.

Desenvolver a atividade de traçar o perfil de saúde dos estudantes do campus com apoio dos estudantes bolsistas possibilitou à equipe multiprofissional de assistência estudantil mapear riscos e planejar ações de intervenção precoce em fatores/situações que poderiam interferir no aprendizado, êxito e permanência dos discentes.

Foram desenvolvidas ações com ênfase na prevenção de doenças crônicas, tendo em vista o alto índice de histórico familiar, dentre as quais: promoção de estilo de vida saudável e diálogo sobre afecções da mama no público adolescente (Outubro Rosa); prevenção do desenvolvimento de doenças crônicas como hipertensão, diabetes

e obesidade (Novembro Azul); atividade sobre direitos sexuais e reprodutivos, mudanças corporais na adolescência e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (Dezembro Vermelho); discussão sobre o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (18 de maio); oficina de primeiros socorros com vistas à prevenção de queimaduras e acidentes com fogos no período junino, assim como também treinamento de combate a incêndio para servidores, visando promover a segurança no ambiente escolar (festividades juninas). Esses dados também foram utilizados para planejamento estratégico de atividades educativas e ações afirmativas ao longo do período de execução do projeto, mantendo o foco naquelas de maior impacto para público-alvo.

Nesse contexto, o projeto também forneceu atendimento de auriculoacupuntura para os estudantes interessados, cujos responsáveis tivessem autorizado o atendimento. Considerando as questões sociais, pessoais e escolares que impactam diretamente na qualidade de vida dos estudantes, é muito comum observar reações adaptativas exacerbadas representadas principalmente pela manifestação de sintomas estresse e transtornos de ansiedade.

A utilização da racionalidade médica oriental por meio da auriculoterapia com sementes torna-se uma estratégia terapêutica eficiente para reduzir problemas decorrentes dessas reações adaptativas, por ser uma prática de baixo custo de aplicação, não invasiva, de manipulação simples, durabilidade e possuir eficácia comprovada no alívio do estresse e ansiedade. A oferta do serviço era realizada em diversos horários e dias, compreendendo o intervalo de aulas e intervalos de almoço dos estudantes, visando possibilitar seu atendimento apesar da alta carga horária das disciplinas.

Para o público externo, as atividades educativas permanentes do projeto foram disponibilizadas às instituições educativas parceiras por meio de um portfólio que continha as propostas de atividades dos temas: primeiros socorros na escola, direitos sexuais e reprodutivos, higiene pessoal, uso e abuso de substâncias psicoativas, prevenção do suicídio, combate ao *bullying* e combate à violência de gênero.

Eram disponibilizadas às instituições parceiras duas modalidades de execução dentro do IF Baiano campus Governador Mangabeira, que incluía uma visita guiada pelas áreas do campus (laboratórios, horto de plantas medicinais, áreas de campo, biblioteca) ou na própria instituição parceira. Em ambos os casos o transporte era disponibilizado pelo IF Baiano. O contato com as instituições parceiras foi realizado por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Juventude do município de Governador Mangabeira e foram requisitadas atividades de primeiros socorros, higiene pessoal e direitos sexuais e reprodutivos, em instituições no próprio município do campus e em municípios vizinhos (Cachoeira - BA e Muritiba - BA), incluindo uma comunidade quilombola, onde foi desenvolvida a atividade de primeiros socorros, abrangendo, ainda, turmas de Centros de Convivência vinculados à Secretaria de Assistência Social e escolas municipais e estaduais.

Todas as atividades foram realizadas por meio de metodologias de participação ativa, incluindo demonstrações práticas, jogos, escuta ativa de relatos e debates temáticos mediados. Em todas as atividades buscou-se demonstrar a participação dos pares (bolsistas), vinculando a dispersão do conhecimento também pelo público mais jovem, visando promover autonomia e iniciativa na multiplicação do conhecimento.

O projeto contou com um orçamento de R\$ 1.200,00, que possibilitou a aquisição de livros relacionados à saúde adolescente e racismo (que foram doados ao acervo da biblioteca do campus após conclusão do projeto), diversos materiais de papelaria necessários para a produção das atividades com temas específicos, como Outubro Rosa, Novembro Azul, Dezembro Vermelho, Maio Laranja etc.; materiais necessários para atendimento de demandas internas de saúde dos estudantes do campus, como spray para contusões e pomadas antialérgicas, além da produção de pôsteres em lona para uso permanente em atividades de educação em saúde, principalmente sobre direitos sexuais e reprodutivos e qualidade de vida na adolescência.

O projeto ainda produziu uma cartilha sobre primeiros socorros na escola, difundida dentro do campus e em formato digital para público externo, além de participar apresentando trabalhos e ações do projeto em dois eventos externos ao IF Baiano, contribuindo com a difusão de conhecimento sobre as ações de cidadania desenvolvidas pelo campus.

Durante o período de execução houve dificuldades em encontrar instituições educacionais parceiras interessadas na abordagem temática do projeto, considerando o engessamento do calendário acadêmico, que dispunha de pouco ou nenhum espaço para inclusão de atividades extracurriculares. Para os estudantes bolsistas e voluntários do projeto, a participação foi importante para a aquisição de novos conhecimentos e ampliação de sua formação profissional, humana e cidadã, por terem a oportunidade de compartilhar alguns dos seus conhecimentos com outros colegas por intermédio das atividades desenvolvidas, tendo em vista a relevância da saúde e do cuidado do corpo e da mente para o desenvolvimento de uma vida saudável.

Os estudantes participantes das atividades relataram melhoria do diálogo sobre temas pouco explorados, como abuso sexual, direitos sexuais e reprodutivos que, em muitos casos, ainda são tabus. Foi possível observar, durante a realização das atividades, um estímulo a autonomia juvenil, sobretudo na desconstrução de mitos e esclarecimento de dúvidas acerca das fases da adolescência e suas vicissitudes (BRASIL, 2017).

3.3. Projeto Mascare-se pelo Bem

O projeto Mascare-se pelo Bem foi desenvolvido no ano de 2020, de maio a novembro, com o objetivo de promover ações para conter a disseminação da Covid-19, sendo escolhida, prioritariamente, a produção de máscaras de tecido conforme normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e a produção de material informativo para divulgação massiva nas comunidades

em geral. O orçamento do projeto contou com um fomento de R\$ 5.000,00, e durante a execução do projeto foram adquiridos materiais como aviamentos, tecido 100% algodão e elástico para a produção estimada de 3.000 unidades de máscaras de tecido. Durante a execução do projeto foram produzidas, aproximadamente, 1.800 unidades de máscaras. O restante do material foi destinado ao campus para a produção de cerca de mais 1.200 unidades, após montagem de estação de costura, a serem destinadas para servidores e estudantes, conforme determina o plano de contingência da Covid-19 do IF Baiano.

As máscaras produzidas pelo projeto foram distribuídas em três lotes. O primeiro lote foi distribuído aos estudantes em situação de vulnerabilidade, que receberam gêneros alimentícios distribuídos pelo campus. Nessa perspectiva, foi encaminhada a quantidade de seis unidades de máscaras por estudante, com a finalidade de beneficiá-los e beneficiar também seus familiares, considerando que, na Bahia, logo foi instituída a obrigatoriedade do uso de máscaras para a prevenção da contaminação da doença. Inicialmente, foram beneficiados 100 estudantes, 407 familiares e 13 servidores (que participaram do preparo e distribuição do material), totalizando 630 unidades de máscaras distribuídas.

O segundo lote teve por objetivo fortalecer o vínculo de cuidado do campus com as comunidades em seu entorno, incluindo comunidades quilombolas, onde já eram desenvolvidos outros projetos de extensão do campus, sendo entregue, aproximadamente, 800 máscaras para 200 famílias. Por fim, o terceiro lote teve por objetivo contemplar novos estudantes, que receberiam gêneros alimentícios, a serem distribuídos pelo campus, sendo programada a entrega de 400 máscaras a 200 estudantes e seus familiares. A produção de máscaras contou com a colaboração de costureiras voluntárias, incluindo uma servidora do campus, pessoas da comunidade, familiares de estudantes e familiares de servidoras.

Quanto ao material informativo produzido, cada pacote de máscaras incluía um informativo com linguagem simples, que continha informações sobre o uso correto das máscaras, realização de

ajustes simples, lavagem e acondicionamento. Os informativos foram produzidos pela estudante voluntária do projeto, que auxiliou na adaptação da linguagem e formatação do informativo, para torná-lo acessível e inteligível para o público-alvo.

Também foi elaborada uma cartilha sobre os cuidados para a prevenção e disseminação do novo Coronavírus, abordando os cuidados necessários ao utilizar transportes públicos, em casa (e nos casos em que houvesse alguém contaminado em casa), sobre o uso adequado da máscara, higiene das mãos, etiqueta respiratória e dicas para manter a saúde mental. Essa cartilha foi amplamente divulgada em seu formato digital, por meio dos e-mails das turmas e em grupos de WhatsApp do campus, após revisão da equipe técnica do projeto (enfermeira, técnica em enfermagem e técnica em química), estando à disposição para o compartilhamento com outros interessados próximos à comunidade acadêmica, mas não vinculados diretamente ao campus.

Essa experiência apresenta, de maneira expressiva, a execução de ações de promoção à saúde a partir do desenvolvimento de ações de extensão, provendo um resultado direto à comunidade externa quanto aos seus investimentos (oriundos do recolhimento de impostos aplicados na educação) no que se refere ao acesso a um artigo produzido a partir do fomento financeiro do projeto. Além disso, a distribuição de material informativo contribui com o combate à difusão de notícias falsas, tão comuns nesse período, cumprindo com a missão institucional de prover acesso a informações confiáveis e de qualidade para os cidadãos (SOUSA JÚNIOR *et al.*, 2020), possuindo potencial em colaborar para a modificação de cenários epidemiológicos no território do recôncavo e promovendo acesso a informações compreensíveis a famílias em situação de vulnerabilidade social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração das ações de promoção à saúde e ações de educação em saúde no contexto escolar ainda se apresenta como um desafio para as instituições de ensino, sobretudo, para aquelas que não possuem tradição com cursos técnicos voltados para a formação em saúde, como se dá no caso do IF Baiano, uma instituição de formação eminentemente agrária. Para os profissionais de saúde que compõem a assistência estudantil é um desafio realizar esse tipo de atividades, em virtude da alta carga horária dos estudantes e do financiamento necessário para essas ações.

Nesse contexto, o desenvolvimento de projetos de extensão diversificados com temáticas abrangentes relacionadas à educação em saúde pode se apresentar com potencial para o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção da saúde no ambiente escolar, assim como também para o financiamento e aquisição de insumos que, muitas vezes, é limitado/insuficiente pela forma de aquisição da administração pública e pela disponibilidade de recursos financeiros.

Além disso, a estratégia de execução de projetos de extensão na área da saúde possibilita a abordagem de temas sensíveis que não possuem muita difusão, e apoia a rede de unidades de atenção primária do município no desenvolvimento de ações de promoção à saúde no ambiente escolar, fortalecendo o Programa Saúde na Escola.

Observa-se, no entanto, a necessidade de expandir tais ações de saúde a fim de prover informação não apenas para os estudantes, mas também para seus pais, mães ou responsáveis que, muitas vezes, não tiveram acesso a tais informações e reproduzem práticas que não contribuem para o desenvolvimento de um estilo de vida saudável.

Durante a execução dos três projetos de extensão relatados anteriormente, tal limitação foi encontrada, de maneira que se aponta como lacuna a necessidade de explorar ações educativas de saúde voltadas também para mães, pais e/ou outros responsáveis a fim de contribuir para a qualificação do diálogo sobre os variados temas que transversalizam o tecido social da vivência dos estudantes.

Por fim, o desenvolvimento do braço extensionista em instituições de educação básica incrementam a formação humana e cidadã de seus estudantes ao prover-lhes a experiência de contato com atividades extramuros. Além disso, o desenvolvimento de ações de extensão proporciona para as comunidades do entorno dos respectivos campi, para seus territórios de identidade e para a sociedade em geral, o retorno dos impostos investidos em educação para além da formação profissional per si.

TERMO RESPONSABILIDADE DE AUTORIA

As informações contidas neste capítulo são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es). As opiniões nele emitidas não representam pontos de vista da Comissão Organizadora e Científica.

REFERÊNCIAS

AMERICAN HEART ASSOCIATION (AHA). **Destaques da atualização das diretrizes de 2015 da American Heart Association para ressuscitação cardiopulmonar e atendimento cardiovascular de emergência.** Texas, USA, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo. Brasília, 20 jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. p. 13-22.

NARDINO, Janaine; BADKE, Marcio Rossato; BISOGNO, Silvana Bastos Cogo; GUTH, Emerson José. Atividades educativas em primeiros socorros. **Revista Contexto & Saúde**, v. 12, n. 23, p. 88-92, jul./dez. 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO (IF BAIANO). **Relatório de Gestão 2019**. Salvador, 2019. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/09/RG-2019-27.08.2020-TCU.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

SOUSA JÚNIOR, João. Henriques; RAASCH, Michele; SOARES, João Coelho; RIBEIRO, Letícia Virgínia Henriques Alves de Sousa. Da desinformação ao caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (Covid-19) no Brasil. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 13, n. 2, Edição Especial, p. 331-346, abr. 2020.

CAPÍTULO 8

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E SUPORTE PSICOSSOCIAL

Catarina Prado Sakai

1. INTRODUÇÃO

A conjuntura social, política e econômica em que se encontra o mundo no contexto da pandemia do novo Coronavírus produz respostas distintas nas regiões do mundo, evidenciando desigualdades dos sistemas políticos, econômicos e sociais. A vulnerabilidade socioeconômica, atravessada por fatores de raça e etnia, é importante agravante da crise. É fundamental destacar que a vivência da pandemia vai muito além dos cuidados com higiene, limpeza e protocolos de biossegurança para evitar a propagação do vírus e o adoecimento dos indivíduos. A pandemia afetou a vida das pessoas de muitas formas, alterou a rotina diária, as relações sociais e familiares, relações de trabalho, utilização dos serviços de saúde, trouxe o fechamento das escolas e universidades, além de tornar o mundo digital essencial para interação entre as pessoas (COELHO, 2020).

Todas essas mudanças podem gerar impactos individuais, como aumento dos agravos em saúde mental, em decorrência da potencialização de emoções negativas, medo constante de ser contaminado e perder entes queridos, medo de perder os meios de subsistência, ficar desempregado, sensação de impotência perante os acontecimentos, irritabilidade, angústia, tristeza, desamparo, tédio e solidão; impactos

sociais, como aumento de situações de violência doméstica devido ao isolamento social, que obriga a convivência em situação de conflitos familiares; e impactos econômicos, de curto médio e longo prazos, como recessão econômica, crise financeira, colapso de sistemas de seguridade social e, conseqüentemente, condições de vida cada vez mais precarizadas (FIOCRUZ, 2020; SALVADOR, 2020).

No Brasil, onde a desigualdade social é profunda, a educação tem sido uma das áreas mais afetadas pelas conseqüências da pandemia. As diferenças entre as instituições de ensino públicas e privadas no manejo e continuidade das atividades pedagógicas não presenciais têm evidenciado as diferenças socioeconômicas que marcam o país. A pandemia tem requerido novas estratégias para enfrentar as desigualdades entre estudantes e todas as demandas sociais que perpassam o contexto educacional. O desafio hoje se faz na busca por garantia de acesso, permanência e manutenção dos vínculos dos alunos com as escolas e universidades (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2020).

A escola representa um espaço para além da aquisição e transmissão de conhecimentos, é o lugar de construção e inserção social, trocas afetivas ou mesmo de refúgio psíquico para situações de vulnerabilidade. A instituição escolar se configura, na maior parte das vezes, como fator de proteção social e de saúde mental, que, atualmente, encontra-se interrompido pela recomendação de distanciamento social (COELHO, 2020).

O presente contexto pandêmico impõe aos trabalhadores, gestores, professores e técnicos da educação conhecer a realidade socioeconômica e domiciliar dos estudantes, com o intuito de adaptar caminhos viáveis à continuidade do ensino de forma remota. Assim, aproximar-se dos discentes é uma necessidade fundamental para que as estratégias e decisões nesse período estejam conectadas com as realidades específicas da comunidade. Do mesmo modo, a oferta de assistência estudantil e a realização de atividades pedagógicas não presenciais precisam estar contextualizadas com a realidade local para que exista democracia e equidade nas ações.

O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) é uma instituição de ensino composta por 14 campi, distribuídos em diferentes regiões do estado da Bahia, compondo um corpo discente diverso e heterogêneo. Esse instituto abarca um número alto de estudantes oriundos da zona rural e de contextos de vulnerabilidade socioeconômica e familiar. Na rede federal de ensino, o financiamento para a permanência do estudante está assegurado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnae) (Decreto n.º 7.234/2010), que possibilita a oferta de bolsas e auxílios para alimentação, moradia, transporte, monitoria e outros (BRASIL, 2010).

No IF Baiano foram criadas modalidades emergenciais de auxílios, distribuídos Kits Alimentação e, recentemente, lançado edital de auxílios para aquisição de equipamentos eletrônicos e internet, que contribuirão para os estudantes acompanharem as atividades pedagógicas não presenciais. Sem dúvida, essas modalidades assistenciais têm focado esforços na atenção ao estudante, de modo a preservar a segurança, saúde e vínculo institucional (IF BAIANO, 2020a; IF BAIANO, 2020b).

Porém, o auxílio financeiro é apenas uma parte do cuidado com o estudante. A Política de Assistência Estudantil do Instituto também traz como objetivos o desenvolvimento de ações que assegurem, de forma preventiva, a assistência à saúde do estudante; implemento de ações educativas que propiciem o desenvolvimento do pensamento crítico, político e criativo; e o fomento de novas oportunidades de aprendizagem, permitindo que todos(as) construam as habilidades socioprofissionais necessárias à sua inserção, permanência e êxito no mundo do trabalho ou o prosseguimento na vida acadêmica (IF BAIANO, 2019).

Nessa direção, as Coordenações de Assistência Estudantil (CAE) dos campi estão prestando seus serviços pedagógicos, psicológicos e atendimentos sociais de forma remota, desde o início da suspensão das aulas presenciais. Especificamente no campus do IF Baiano Senhor do Bonfim, a equipe de assistência estudantil encontra-se voltada ao planejamento de ações que possam tanto

ampliar o mapeamento das situações de vulnerabilidades dos discentes quanto aproximar e criar canais de diálogo virtuais entre os servidores e estudantes.

O presente capítulo tem como objetivo expor um relato de experiência do projeto de rodas de conversa virtuais denominado “CAEntrenós”, realizado a partir de uma metodologia interativa e coletiva, com produção de socialização e acolhimento para os discentes, durante o período de suspensão das atividades presenciais devido à pandemia da Covid-19, no campus do IF Baiano Senhor do Bonfim, entre os meses de julho e outubro de 2020.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

O projeto das rodas de conversas virtuais foi idealizado pela psicóloga do campus, com apoio e participação da equipe da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE). O objetivo principal desse projeto foi possibilitar um espaço de aproximação entre a CAE e os estudantes do campus durante o período de pandemia. Além disso, os encontros pretendiam ser um momento de escuta para as turmas, em que os estudantes pudessem relatar como estavam sua saúde física e mental, suas relações familiares, dificuldades enfrentadas para seguir estudando de modo remoto, entre outros aspectos vivenciados durante a pandemia.

Os objetivos secundários do projeto foram divulgar as atribuições da CAE, a atuação dessa coordenação durante a suspensão das aulas presenciais, divulgar meios de comunicação entre a equipe e os estudantes, além de esclarecer dúvidas sobre os auxílios financeiros e kits alimentícios disponíveis. Esse espaço também foi utilizado para mapear temáticas de interesse para realização de novas rodas de conversa virtuais, visando ao bem-estar e à promoção da saúde entre os discentes.

O projeto foi inspirado em uma atividade similar, realizado pela CAE do campus Itapetinga, que autorizou a psicóloga de Senhor do Bonfim a reproduzir o mesmo nome para os encontros: “CAEntrenós”.

O coordenador da CAE enviou o projeto para a direção acadêmica, socializando a proposta e seus objetivos. Em seguida, foram criados cartazes e materiais digitais para divulgação nas redes sociais e nos veículos de comunicação institucionais. Essa divulgação foi feita, principalmente, via WhatsApp, pelos líderes de sala e representantes estudantis. Os coordenadores de curso também foram informados e contribuíram com o convite à comunidade discente.

A plataforma escolhida para realização dos encontros foi o Google Meet, por ser uma ferramenta gratuita, que pode ser acessada pelo navegador do computador, sem necessidade de baixar nenhum programa, e também por não limitar o tempo de duração das reuniões virtuais. Além disso, essa plataforma realiza encontros on-line com até 100 pessoas, compatível com a demanda do projeto. Um texto convite foi enviado para o público-alvo, agendando dia e horário do encontro com cada turma. Esse texto possuía link de acesso à sala virtual, agendada previamente no Google Meet.

Para as turmas que possuíam estudantes surdos, foi garantida a acessibilidade em Libras, a partir da parceria do projeto com os tradutores e intérpretes de Libras do campus.

O projeto se desenvolveu entre os meses de julho e outubro de 2020, desde a sua elaboração, execução e construção de relatório. Foram contempladas todas as turmas dos dois cursos de nível superior (licenciatura em Ciências Agrárias e licenciatura em Ciências da Computação), quatro de nível Técnico Subsequente (Técnico em Informática, Agrimensura, Alimentos e Zootecnia) e um de nível Médio Integrado (Técnico em Agropecuária). A pós-graduação e os cursos EAD não constituíram público-alvo do projeto.

Para os cursos superiores e técnicos subsequentes, nos quais os discentes são, em sua maioria, adultos e adultos jovens, optou-se por unir as turmas em um único encontro por curso, totalizando seis encontros virtuais de 1 hora e 30 minutos de duração, aproximadamente. Já no curso de nível médio, em que estão matriculados estudantes adolescentes de 14 a 19 anos, optou-se por realizar uma roda com cada sala, totalizando 12 encontros. Para esse público, a

metodologia de atuação em grupos menores se mostra mais efetiva, a partir da experiência de outros projetos desenvolvidos pela equipe de saúde do campus. Observa-se que quando os adolescentes estão entre colegas e amigos de turma, há maior envolvimento e participação nas discussões, criando-se um clima de acolhimento e suporte afetivo.

A psicóloga da equipe facilitou a maioria dos diálogos, contando com a contribuição dos membros da equipe de assistência estudantil, que é composta atualmente por: assistente social, médico, enfermeira, técnica de Enfermagem, nutricionista e assistentes de aluno. Cada um desses profissionais participou de ao menos um encontro, participando ativamente nos debates e na logística para realização das reuniões.

Um roteiro semiestruturado norteou a interação com os estudantes. Na abertura, os objetivos do projeto eram explicitados; em seguida, o encontro era iniciado com uma dinâmica quebra-gelo, por meio de exercícios de respiração, relaxamento e auto-observação, utilizando a música de fundo “Maior”, na versão de Dani Black e Milton Nascimento, disponível no site YouTube. Após a dinâmica, os alunos compartilhavam os sentimentos despertados pela música e como estavam se sentindo naquele momento.

Para provocar a participação, os estudantes eram questionados: como está a pandemia para vocês? Quais as maiores dificuldades? Quais estratégias vocês têm utilizado para lidar com o isolamento social?

Após as discussões em grupo, o diálogo seguia para descrição de como a CAE está atuando no período de pandemia, como estão funcionando os auxílios e como a equipe da saúde vem trabalhando durante a pandemia.

Por fim, era feita uma avaliação do encontro, questionando a aceitação deles para novos momentos de diálogo virtual e sobre quais temas gostariam de dialogar. Os endereços eletrônicos de todos os membros da equipe ficavam disponíveis para consultas, dúvidas e outras demandas individuais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto “CAEntrenós”, do campus Senhor do Bonfim, promoveu 18 rodas de diálogo virtuais entre os meses de julho e outubro de 2020, com o objetivo de possibilitar uma interação entre os trabalhadores da Coordenação de Assuntos Estudantis e os alunos dos cursos presenciais de nível médio integrado, subsequente e superior. Esse espaço possibilitou um momento de reflexão sobre o contexto que estamos vivenciando e sobre as dificuldades e desafios enfrentados por cada um em meio à pandemia da Covid-19. Os servidores e estudantes puderam compartilhar seus sentimentos e suas estratégias para enfrentar situações como a solidão, dificuldade de estabelecer rotinas, saudade dos amigos e da família, medo do coronavírus e também as expectativas para quando esse período passar.

Os encontros permitiram encurtar um pouco a distância do convívio escolar e possibilitaram o reconhecimento de aspectos psicológicos, sociais e econômicos importantes vivenciados pelos estudantes neste período. Além de ser possível mapear as principais dificuldades no processo de ensino e aprendizagem que eles estão enfrentando para dar continuidade aos estudos de modo remoto.

Sobre a participação da comunidade nos encontros, houve uma média de nove alunos em cada roda de diálogo do Ensino Médio integrado. Considerando que essas turmas possuem cerca de 40 alunos, a representação foi de aproximadamente 22%. Avaliou-se que diante do cenário de dificuldades de acesso à internet de qualidade e do fato de se tratar de uma atividade extracurricular, com participação voluntária, a adesão esteve dentro do esperado. Já nos cursos subsequentes e superiores, a média de presentes foi de 12 alunos. Porém, para essas modalidades foi feita uma roda por curso, incluindo as turmas de todos os semestres, visto que o quantitativo de alunos por sala é menor. Além disso, os estudantes são mais velhos e muitos possuem atividade laboral,

o que também contribuiu para menor participação em atividades acadêmicas extras às disciplinas obrigatórias.

Um dos desafios das rodas virtuais foi lidar com a interação não presencial e com a mediação de falas enquanto os participantes não se viam e, muitas vezes, não se ouviam. Isso porque a maioria dos estudantes não abria a câmera e alguns não chegavam a abrir também o microfone dos seus celulares ou computadores, utilizando exclusivamente o chat (ferramenta de mensagens escritas da sala do Google Meet). Inicialmente, esse comportamento trazia desconforto à equipe da CAE, mas aos poucos a metodologia foi sendo ajustada e as falas escritas no chat eram sempre lidas em voz alta pela facilitadora.

As mensagens escritas passaram a ser mais um canal de comunicação nas turmas e muitas vezes era através dele que os depoimentos e expressões de emoções mais importantes se davam. A abertura da câmera e do microfone pode gerar sensação de invasão de privacidade para alguns estudantes e também para as pessoas que moram com eles, e a exposição na câmera pode ser desconfortável e aumentar situações de ansiedade já vivenciadas. Então, optou-se por sempre respeitar o desejo individual de aparecer e/ou falar utilizando o microfone, valorizando-se as falas escritas do mesmo modo que as demais interações.

Após cada encontro foi feito um relatório, contendo o número de presentes e os principais temas abordados pelos estudantes. No intuito de facilitar a análise dos resultados, as falas foram agrupadas em três temáticas principais: a vida durante a pandemia, a relação com os estudos e as estratégias de autocuidado.

3.1. A vida durante a pandemia

A dinâmica quebra-gelo, utilizando música, respiração e auto-observação, mostrou-se uma importante estratégia para despertar reflexões e interação entre o público presente. Esse momento de

abertura, por meio da arte, especificamente da música, pareceu promover um espaço acolhedor e diferenciado de cuidado, que são fundamentais para as trocas sociais e o estabelecimento de vínculos.

As principais reflexões trazidas nesse momento inicial do diálogo diziam sobre a saudade da vida antes do Coronavírus, saudade dos amigos, da rotina, da escola, das festas. Houve relatos de sentimento de tristeza, solidão, tédio e angústia por estar “preso” em casa, além da difícil adaptação à situação atual e aos protocolos de biossegurança e de distanciamento, uso de máscara, medo de sair, ter sempre que limpar as compras etc. Porém, uma minoria de participantes trouxe relatos de que esse tem sido um período bom, de aprendizados, com mais tempo para se dedicar aos assuntos de que gostam, ver filmes e dormir.

A falta sentida com relação ao IF Baiano estava relacionada à convivência com os colegas, à alimentação no refeitório, à companhia dos amigos para o almoço, aos momentos na cantina, ao jogo de bola e às brincadeiras em sala de aula. Os participantes trouxeram, em mais de um encontro, a retrospectiva do início da pandemia, quando o diretor do campus emitiu um documento sobre a suspensão das aulas por quinze dias, mas que já perdurava por mais de seis meses. A princípio, eles afirmaram que havia uma sensação de alívio, por terem freado a sobrecarga de trabalho e estudos, mas depois começaram a sentir falta da correria vivida anteriormente. Muitos contaram que estavam desestimulados e com dificuldade para estabelecer uma rotina de estudos.

Outro tema trazido foi sobre as mudanças que a pandemia provocou nas rotinas diárias e na convivência doméstica e familiar. As falas predominantes foram sobre o desafio de estar tanto tempo próximo aos familiares, ficar em casa o dia inteiro, precisar ajudar nas tarefas domésticas, receber a cobrança dos pais e ter seu espaço em casa desrespeitado. A minoria relatou ser positivo estar em casa, próximo aos pais e irmãos. A psicóloga, enquanto facilitadora dos encontros, acolheu essas falas e deu algumas orientações sobre a importância da comunicação e da empatia com a família para produção de um ambiente mais harmônico.

Os estudantes expressaram suas percepções e temores com relação ao Coronavírus, contaram casos de amigos, vizinhos e familiares que já foram infectados. Um discente trouxe o relato de um familiar, na cidade de São Paulo, que faleceu decorrente de complicações da Covid-19, e nenhum dos participantes relatou já ter tido o vírus. Alguns falaram que já estavam cansados de ouvir e discutir sobre a temática da pandemia e que o excesso de notícias na televisão intensifica os sentimentos negativos vivenciados.

3.2 Relação com os estudos

Durante a realização do projeto, as Atividades Pedagógicas não Presenciais (APNP), em função da situação de excepcionalidade da pandemia da Covid-19, ainda não estavam regulamentadas e normatizadas, mas ainda em fase de discussão com a comunidade acadêmica, e só foi publicada oficialmente no final do mês de outubro (IF BAIANO, 2020c). Desse modo, as ações de ensino remotas nos cursos técnicos de nível médio e nos cursos de graduação estavam acontecendo a partir da iniciativa individual dos professores, que encaminhavam atividades, trabalhos e aulas on-line, na tentativa de manter os alunos em uma rotina de estudos, porém sem caráter obrigatório.

Os debates sobre o retorno das aulas de modo remoto foram acalorados, com muitas dúvidas e opiniões, além de preocupação e angústia com relação à viabilidade dessa modalidade de ensino. Os estudantes se mostraram divididos. Alguns defendiam as APNPs, diante da preocupação de estar “perdendo” um ano letivo quando comparados com alunos da rede privada, que passaram a ter aulas on-line desde o início da pandemia, principalmente os discentes das 3ª séries do ensino médio integrado, que demonstraram apreensão quanto à prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e com a desvantagem em relação aos estudantes das escolas particulares.

Muitos participantes relataram dificuldades de acesso à internet, falta de computador para leitura e realização de atividades, além

de conexão instável em seus domicílios. Grande parte dos presentes nas rodas do projeto afirmou possuir apenas o celular como equipamento eletrônico para acompanhar as atividades remotas; alguns, ainda, precisavam compartilhar o celular dos pais e familiares e por esse motivo deixavam de participar de algumas aulas. Apenas uma minoria afirmou possuir notebook ou computador em casa. Os participantes também expressaram preocupação com os colegas que vivem em áreas sem cobertura de internet, na zona rural.

Outras dificuldades narradas foram relacionadas às metodologias de ensino remoto, o excesso de atividades encaminhadas pelos professores, cansaço em permanecer muito tempo sentado na frente das telas, desânimo para realizar as tarefas on-line, dificuldade de concentração devido à dinâmica domiciliar (morar com muitas pessoas, não ter um espaço adequado para se concentrar).

Estabelecer uma rotina de estudos e se manter motivado em meio à pandemia tem sido um grande desafio. Os estudantes dos cursos técnicos disseram que o maior agravante para eles é o caráter prioritariamente prático da formação escolhida, sendo impossível substituir as aulas práticas por atividades EaD, tanto por falta de materiais como também pela importância da presença do professor. Esses alunos também levantaram a queixa de que haviam se inscrito em um curso presencial e que não teriam o mesmo aproveitamento no ensino remoto.

Por fim, alguns estudantes falaram que, com a interrupção das aulas presenciais, precisaram começar a trabalhar em empregos formais e informais, para ajudar em casa, diante da crise financeira. E isso traria ainda mais dificuldade à retomada das atividades pedagógicas não presenciais.

Em relação ao retorno das aulas de modo presencial, os estudantes discutiram a viabilidade de voltar antes da vacina para a Covid-19 ser fornecida. Debateram sobre as regras de distanciamento que precisariam ser adotadas e os obstáculos para estabelecer práticas que garantissem a não contaminação da comunidade. O principal desafio colocado foi no transporte de ida e retorno ao campus,

que fica localizado na zona rural da cidade de Senhor do Bonfim e recebe estudantes de diversos municípios do território do Piemonte Norte do Itapecuru. Os ônibus estão quase sempre em sua lotação máxima, sendo inviável o distanciamento físico seguro. Outro ponto que alunos dos cursos de Informática e Computação trouxeram foi o fato de suas aulas acontecerem sempre em laboratórios, com computadores e materiais compartilhados, que poderiam ser foco de contaminação.

Refletiu-se sobre a importância do contato afetivo, abraço, lanche compartilhado, jogos, livros e cadernos divididos, entre outras experiências sociais importantes e quase inevitáveis dentro do cenário escolar. Como ficariam tais experiências em caso de um retorno sem vacina? Quais os riscos que o retorno das aulas do IF Baiano traria para a comunidade? Foram perguntas levantadas nos encontros.

3.3 Estratégias de autocuidado

Os discentes foram indagados sobre o que estão fazendo para manter a saúde mental, relaxar e se cuidar durante a pandemia. Para um grande número de estudantes, assistir séries e filmes tem sido a principal atividade desde que as aulas foram suspensas. Principalmente os do ensino médio integrado, que citaram também os jogos eletrônicos on-line como atividade que ocupa uma quantidade significativa de horas diárias, representando forma de diversão e também de manter o contato social.

Fazer atividade física, pedalar, caminhar, aulas on-line gratuitas de yoga e treino funcional também foram citadas com importantes estratégias de autocuidado.

Discutiu-se o volume de cursos, aulas e experiências de entretenimento a que hoje é possível ter acesso de forma gratuita on-line, como culinária, inglês, dança, música, aulas preparatórias para o Enem e vestibular etc. Além disso, a internet também possibilita vídeos chamadas e o encurtamento das distâncias entre amigos e familiares. Porém, os participantes, ao mesmo tempo em que con-

cluíram que a internet pode ajudar a ter vivências saudáveis, também relataram o aumento do estresse e de sentimentos negativos devido ao uso em excesso. As redes sociais foram apontadas como causadoras de problemas de autoestima, ansiedade e frustração, além de aumentarem o “vício” às telas.

Desse modo, alguns participantes contaram que, para se cuidar, preferem ir para roça, plantar, cuidar dos animais, “desconectar”. E apesar de ser difícil deixar o celular de lado, todos concordaram que é importante reservar um tempo do dia sem aparelhos eletrônicos para ter mais saúde mental.

Durante a pandemia, alguns alunos iniciaram atividades laborais e pequenos empreendimentos, como venda de doces e salgados pela internet, produção e comercialização de bijuterias, serviços de diarista e outros trabalhos em comércios familiares. Todos com o intuito de ajudar a família a enfrentar a crise econômica e também como recurso terapêutico para lidar com o tempo antes ocupado pela escola.

A arte foi trazida como importante estratégia de bem-estar – ouvir música, desenhar, tocar um instrumento e ler livros foram alguns dos exemplos. Em dois encontros, estudantes levaram espontaneamente expressões artísticas ao vivo para o grupo – uma aluna do ensino médio cantou uma música cristã e fez uma reflexão religiosa sobre a pandemia, e um estudante declamou um poema autoral, que falava de superação e coragem. O coordenador da CAE também utilizou sua habilidade com o violão para interpretar músicas nos encontros em que esteve presente. Foram momentos extremamente enriquecedores para o projeto, comprovando o papel da arte como via de expressão das emoções, além de suas funções de produzir prazer estético, divertimento, comunicação, representação simbólica e interação social (LIMA, 2018).

Em cada encontro foi reforçada a importância dos hábitos de vida saudáveis, da regulação do sono, da atividade física e boa alimentação para qualidade de vida dos estudantes. Além disso, as medidas de biossegurança para enfrentamento da Covid-19 foram

levadas pela equipe da CAE, incluindo informações seguras sobre o número de casos no território e destacando-se os principais comportamentos de risco que deveriam ser evitados.

Foram divulgados os projetos que estavam sendo desenvolvidos no campus durante a pandemia, visando ao bem-estar e à formação cidadã e política dos estudantes, como *lives*, ciclos formativos on-line, projetos musicais nas redes sociais do IF Baiano, entre outros. E os próprios alunos também compartilharam sugestões de filmes, livros e aplicativos para exercícios físicos e outras dicas de autocuidado.

Por fim, alguns estudantes da segunda série do ensino médio integrado relataram o desenvolvimento de um grupo de estudos autônomo e independente dos professores. Os colegas com mais facilidade em determinadas disciplinas estavam mediando aulas semanais para a turma. Desse modo, eles tentavam manter uma rotina de estudos e diminuir a sensação de “ano perdido”.

Ao final de cada roda virtual era feita uma avaliação, questionando aos presentes o que eles tinham achado daquele momento. De modo geral, todas as turmas afirmaram que tinham gostado muito do contato, ainda que on-line, e que poderiam ocorrer mais vezes espaços “para colocar os assuntos em dia”, “dar risada”, “rever os amigos” e “cuidar do psicológico”.

A atenção à saúde mental foi referida por muitos como um aspecto importante de ser cuidado e assistido no período de pandemia. A turma do curso Técnico em Informática sugeriu que nos próximos encontros o tema abordado fosse “Como ter saúde mental na pandemia”. Já os alunos de Licenciatura em Ciências Agrárias sugeriram debater “Educação no pós-pandemia ou a perspectiva dos cursos de licenciatura pós-pandemia”.

A psicóloga da equipe, que mediou os encontros, comprometeu-se a pensar em uma metodologia para dar prosseguimento ao projeto, por meio de encontros periódicos com as turmas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto das rodas de conversas virtuais CAEntrenós foi uma experiência da assistência estudantil de adaptação à pandemia, que buscou, sobretudo, aproximar e fortalecer o vínculo entre os estudantes e o IF Baiano campus Senhor do Bonfim. A partir do reconhecimento da responsabilidade da instituição de estimular fatores protetivos da saúde física e mental, essa iniciativa representou uma ação de apoio, motivação e acolhimento em um momento em que as vulnerabilidades sociais e individuais eram agravadas pela crise sanitária mundial.

O CAEntrenós fez a tentativa de acolher as vivências dos alunos, produzindo sentido às experiências e um posicionamento crítico diante da realidade atual. Encontramos, nesse projeto, o desafio de construção de uma educação crítica, significativa e para todos, indo além da necessidade de cumprir carga horária letiva ou um currículo imposto, principalmente nesse momento de pandemia, que exige cautela e cuidado entre a comunidade (SILVA, 2019).

A equipe da CAE reconheceu a potência dos encontros para a aproximação e estreitamento dos laços sociais com os estudantes, além de tornar o trabalho da própria equipe mais motivador e coeso. A proximidade com os discentes, o olhar sobre suas potencialidades e desafios e o diálogo criativo desenvolvido em cada roda de conversa produziu impactos positivos também nos trabalhadores, que puderam refletir sobre a pandemia e o seu papel enquanto trabalhadores da educação pública brasileira.

Esse projeto, apesar de ter atingido aos objetivos almejados de fortalecimento de laços sociais, afetivos e conforto psíquico, não alcançou os estudantes que não possuem acesso à internet e que, talvez, sejam aqueles em maior vulnerabilidade. Para buscar sanar essa limitação são necessárias ações institucionais de ampliação dos auxílios da assistência estudantil, que possibilitem a inclusão digital e o acesso de forma igualitária aos serviços e atividades pedagógicas do IF Baiano.

Muitos estudantes permanecem vinculados às escolas e universidades devido ao apoio da assistência estudantil na permanência e êxito das suas trajetórias acadêmicas. Desse modo, a implementação de atividades pedagógicas não presenciais deve levar em consideração o cenário de desigualdades e vulnerabilidades comunitárias. O retorno às aulas de modo remoto pode agravar a exclusão dos que mais precisam de suporte, potencializando a sensação de impotência, desmotivação e falta de controle que já permeiam os estudantes desde o início da pandemia (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2020).

TERMO RESPONSABILIDADE DE AUTORIA

As informações contidas neste capítulo são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es). As opiniões nele emitidas não representam pontos de vista da Comissão Organizadora e Científica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília. Publicação no DOU: 20/7/2010. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 23 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19. Brasília, 2020. Publicação no DOU: 18/3/2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 28 out. 2020.

COELHO, Ana Paula Santos; OLIVEIRA, Daniela Sousa; FERNADES, Elionara Teixeira Boa Sorte; SANTOS Alana Libania de Souza; RIOS, Mônica Oliveira; FERNANDES, Emanuella Soares Fraga. Saúde mental e qualidade do sono entre estudantes universitários em tempos de pande-

mia da Covid-19: experiência de um programa de assistência estudantil. **Revistas Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, 2020.

CURIA, Beatriz. *et al.* **Isolamento durante o Covid-19 e violência dentro de casa**. Porto Alegre: PUCRS. Disponível em: <https://www.pucrs.br/wp-content/uploads/2020/04/Cartilha-isolamento-e-violencia.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2020.

FIOCRUZ. **Cartilha de recomendações gerais em saúde mental e atenção psicossocial na pandemia do Covid-19**. 1. ed. Brasília: Fiocruz, 2020

FIOCRUZ. **Cartilha de recomendações de saúde mental e atenção psicossocial na pandemia do Covid-19 - Violência doméstica e familiar**. 1. ed. Brasília: Fiocruz, 2020.

IASC (Comitê Permanente Interagências). **Como lidar com os aspectos psicossociais e de saúde mental referentes ao surto de Covid-19**. Versão 1.5, Genebra: IASC, 2020.

IF BAIANO. Conselho Superior. **Resolução n.º 65/2020, de 27 de abril de 2020**. Aprova o Regulamento de Concessão de Auxílios Financeiros em Caráter Emergencial, em razão da pandemia causada pela Covid-19. Salvador, 2020. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/bonfim/files/2020/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Consup-65-2020-AuxillioEmergencialb3f3dc320b024d00b48a25c35481042b-1.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2020.

IF BAIANO^b. Conselho Superior. **Resolução n.º 89/2020, de 27 de outubro de 2020**. Aprova repasses financeiros para a aquisição de pacote de dados, contratação de serviço de banda larga ou mesmo aquisição de equipamento que possibilite o acesso, enquanto perdurar a excepcionalidade. Salvador, 2020. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/bonfim/files/2020/11/Resolucao-89-2020-OS-CONSUP-IFBAIANO.pdf>. Acesso: 04 nov. 2020.

IF BAIANO^c. Conselho Superior. **Resolução 90/2020, de 28 de outubro de 2020**. Aprova as Atividades Pedagógicas não Presenciais. Disponível

em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/normativas/resolucao-consolidada-90-e-91-2020-com-anexo/>. Acesso em: 29 out. 2020.

IF BAIANO. **Política de Assistência Estudantil**. Salvador, 2019. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/lapa/files/2019/08/Politica-de-Assistencia-Estudantil-29-01-2019.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. **O bem-estar subjetivo da comunidade estudantil do IFB em tempos de pandemia**. Fórum de psicólogos escolares do IFB. Julho de 2020. Disponível em: [https://www.ifb.edu.br/attachments/article/23804/O%20bem-estar%20subjetivo%20da%20comunidade%20estudantil%20do%20IFB%20em%20tempos%20de%20pandemia%20\(1\).pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/article/23804/O%20bem-estar%20subjetivo%20da%20comunidade%20estudantil%20do%20IFB%20em%20tempos%20de%20pandemia%20(1).pdf). Acesso em: 29 out. 2020.

LIMA, Wanderson Santos; SANTANA, Leandro Sipriano de; MARX, Bárbara Salla. Subjetividade e emoção na música: a cultura e o afeto relacional. **Revista de Ciências Sociais da UFPE**, Pernambuco, ano 2, v. 2, n. 1, 2018.

SALVADOR, Andreia Clapp; GONÇALVES, Rafael Soares; BASTOS, Valéria Pereira. A crise provocada pela Covid-19: antigos problemas em um novo cenário. In: LOLE, Ana *et al.* (org.). **Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. Disponível em: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/06/ParaAlemDa-Quarentena.pdf> Acesso em: 03 nov. 2020.

SILVA, Signe D. C. M; SOBRINHO, Ianca; DUTRA, Késsia L; LIMA, Tristan; SILVA, William B. As Metodologias Ativas e a Aprendizagem Significativa como Determinantes na Produção de Tecnologias Educativas. In: CONGRESSO SOBRE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO (CTRL+E). 2019, Recife. **Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2019. p. 349-358.

SOBRE OS AUTORES

Alana Assunção Damasceno de Souza

Mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela Universidade do Sul da Bahia. Especialista em Política e Sociedade pela Faculdade Educacional da Lapa. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia. Assistente social do IF Baiano Campus Uruçuca, atuando com a Política de Assistência Estudantil.

E-mail: alana.souza@ifbaiano.edu.br / Orcid:
0000-0002-9790-5003.

Alexandra Bomfim de Oliveira

Mestra em Sistemas Aquáticos Tropicais (Área Capes: Ecologia) e Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Docente de Ensino Básico Técnico Tecnológico no IF Baiano Campus Teixeira de Freitas. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas e Práticas em Gênero, Diversidade e Sexualidade (Gedisex), atuando na linha de pesquisa Sexualidade e Adolescência.

E-mail: alexandra.oliveira@ifbaiano.edu.br / Orcid:
0000-0003-3118-9531.

Ana Vitória Moreira Silva

Estudante do Curso Técnico em Florestas Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Teixeira de Freitas. Pesquisadora de Iniciação Científica do projeto de pesquisa “Percepção de saúde reprodutiva dos discentes do Ensino Básico Técnico Tecnológico do Instituto Federal Baiano Campus Teixeira de Freitas”.

E-mail: victoria.moreira258@gmail.com / Orcid:
0000-0002-8404-7898.

Catarina Prado Sakai

Mestra em Saúde Comunitária pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA). Especialista em Saúde Coletiva com ênfase em Saúde Mental, pela Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Psicóloga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano. Membro da equipe de Coordenação de Assistência Estudantil, Campus Senhor do Bonfim.

E-mail: catarina.sakai@ifbaiano.edu.br / Orcid:

0000-0002-9186-5426.

Cleidiane Mauricio dos Santos

Mestra em Teologia (EST). Especialista em Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial (Ucam). Psicopedagoga (Fivari). Pedagoga e bacharel em Direito (Uneb). Professora EBTT/Docente do Atendimento Educacional Especializado (IF Baiano). Coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) (IF Baiano Campus Valença). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusão (Gepees), da Uneb, e do Grupo de Pesquisa em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar (GPEEPED - IF Baiano).

E-mail: cleidiane.santos@ifbaiano.edu.br / Orcid:

0000-0001-6602-883X.

Davi Santos Rodrigues

Graduado em Sistemas de Informação pela Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC). Técnico em Manutenção e Suporte pelo IF Baiano (2019). Diretor de Tecnologia na Action Consultoria Jr. Produtor e Editor na Moderna Publicidade.

E-mail: daviavira@gmail.com / Orcid: 0000-0003-2187-4930.

Gabrielli Ornellas Schramm

Especialista em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Salvador (Unifacs). Graduação em Psicologia pela Faculdade

Ruy Barbosa. Psicóloga do IF Baiano Campus Teixeira de Freitas. Membro da Comissão Local de Assistência Estudantil, do Núcleo de Assistência e Inclusão do Estudante, do Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial e do Núcleo Multiprofissional de Saúde, vinculados à assistência estudantil do Campus Teixeira de Freitas.

E-mail: gabrielli.schramm@ifbaiano.edu.br / Orcid:
0000-0001-5662-3117.

Giovanna de Melo Ferreira

Estudante do Curso Técnico em Florestas Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Teixeira de Freitas. Pesquisadora de Iniciação Científica do projeto de pesquisa “Percepção de saúde reprodutiva dos discentes do Ensino Básico Técnico Tecnológico do Instituto Federal Baiano Campus Teixeira de Freitas”

E-mail: giovannamferreira20@gmail.com / Orcid:
0000-0003-1416-3735.

Iana de Oliveira Soares

Especialista em Gestão social: políticas, redes e defesa de direitos pela Unopar. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Assistente social do IF Baiano Campus Itapetinga, atuando com a Política de Assistência Estudantil.

E-mail: iana.soares@ifbaiano.edu.br / Orcid:
0000-0002-8130-3200.

Jardelson Rocha Oliveira

Especialista em Enfermagem do Trabalho pelo Cesg-FG. Bacharel em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Enfermeiro do IF Baiano Campus Teixeira de Freitas. Membro da Comissão Local de Assistência Estudantil.

E-mail: jardelson.oliveira@ifbaiano.edu.br / Orcid:
0000-0001-5764-2926.

Jussara de Santana Barreto

Graduanda em Licenciatura em Biologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e técnica em Manutenção e Suporte em Informática pelo IF Baiano (2019).

E-mail: jussarabarreto2000@gmail.com / Orcid:
0000-0002-1321-5006.

Leonízia de Jesus Sena de Almeida

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Especialista em Linguística (UFBA) e em Políticas Públicas (UGF). Formação em Pedagogia pela Faculdade Adventista da Bahia. Trabalha no IF Baiano Campus Governador Mangabeira, no Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino e Aprendizagem (Nuape). Desenvolve Projeto de Extensão com os estudantes do Proeja. É vinculada aos grupos de Pesquisa Rizoma, da Universidade Estadual de Feira de Santana, e Desenvolvimento Regional, no IF Baiano.

E-mail: leonízia.sena@ifbaiano.edu.br / Orcid:
0000-0003-3101-7879.

Malu Oliveira Santos

Especialista em Odontopediatria pelo Instituto Paranaense de Pesquisa e Ensino em Odontologia (Ippeoq). Cirurgiã Dentista Graduada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Odontóloga do IF Baiano Campus Valença. Chefe substituta da Coordenação de Assistência ao Educando do Campus Valença.

E-mail: malu.santos@ifbaiano.edu.br / Orcid:
0000-0002-4110-4071.

Mariana Mendes Novais de Oliveira

Especialista em Práticas do Serviço Social nas Políticas Públicas pela Unifacs. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Assistente social do IF Baiano Campus Valença. Presidente da Comissão Local de Assistência Estudantil.

E-mail: mariana.olivera@ifbaiano.edu.br / Orcid:
0000-0003-2939-4480.

Neide Pinto dos Santos

Mestra em Educação (Uefs). Especialista em Atendimento Educacional Especializado (Ucam). Psicopedagoga (Favic). Pedagoga (Uefs). Professora EBTT/Docente do Atendimento Educacional Especializado (IF Baiano). Membro do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) (IF Baiano Campus Governador Mangabeira). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar (GPEEPED) e do Grupo de Pesquisa em Linguagens do IF Baiano. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trajetórias, Culturas e Educação (Trace - Uefs).

E-mail: neide.santos@ifbaiano.edu.br / Orcid:

0000-0002-2609-0943.

Nelian Costa Nascimento

Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Integrada Euclides Fernandes. Professora da Rede Estadual de Educação. Pedagoga Orientadora Educacional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Santa Inês, atuando com a Política de Assistência Estudantil. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Linguagens, Anticolonialismo e Subjetividades (Gepeds).

E-mail: nelian.nascimento@ifbaiano.edu.br / Orcid:

0000-0002-5961-7027.

Tailan Bomfim Andrade

Especialista em Neuropsicologia pela Faculdade Ruy Barbosa. Graduado em Psicologia pela Faculdade Ruy Barbosa. Psicólogo em cooperação técnica com o IF Baiano Campus Santa Inês, atuando com a Política de Assistência Estudantil no Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial.

E-mail: tailan.andrade@ifbaiano.edu.br / Orcid:

0000-0002-6062-1584.